

Hoje

na RTP 1
Tempo de
Antena
do PCP

após o Telejornal
das 20 horas

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 21 de Novembro de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1199 • Director: Carlos Brito

INTERNACIONAL

Fidel Castro em Roma

O dirigente cubano interveio na cimeira da FAO e encontrou-se no Vaticano com João Paulo II Pág. 15

EM FOCO

O Mundo sob as garras do «Apartheid» global

• Artigo de Manoel de Lencastre Pág. 22

SACRIFICAR O PAÍS à moeda única

Orçamento passa na Assembleia viabilizado pelo PSD

Págs. 5 e 6

A Mulher e o Desporto



Congresso aponta discriminações

Págs. 20 e 21

GRUNDIG em greve



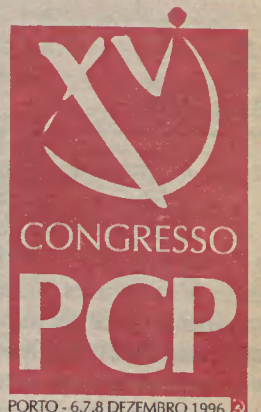
Para defender 700 postos de trabalho, iniciou-se há uma semana uma greve na GIP, que pode alastrar a todo o complexo Grundig/Blaupunkt. Pág. 11

Aniversário festejado em todo o País

JCP fez 17 anos



A mão visível da ditadura financeira



Conversa com os camaradas Octávio Teixeira, Lino de Carvalho e Sérgio Ribeiro

Págs. 18 e 19

Editorial Alegada «decisão histórica»



Carlos Carvalhas no 17º aniversário da JCP

RESUMO

13
Quarta-feira

Inicia-se o debate sobre o Orçamento de Estado, na Assembleia da República ■ O presidente da República recebe o procurador-geral da República, Cunha Rodrigues ■ O julgamento do caso do padre Max é adiado para 1997 ■ Em Díli, centenas de jovens apedrejam a sede do parlamento provincial ■ Os Estados Unidos decidem que vão participar numa força multinacional de paz no Zaire ■ Em Nova Deli, uma colisão aérea entre dois aviões provoca 345 mortos ■ A abertura da Cimeira Mundial da Alimentação, realizada em Roma, é marcada pelo drama dos refugiados no Zaire.

14
Quinta-feira

Os alunos das universidades de Coimbra, Açores e Faculdade de Letras do Porto fazem greve, protestando contra a alteração à LBSE ■ Os trabalhadores da Grundig entram em greve ■ Portugal disponibiliza tropas para uma missão humanitária no Zaire, sob a égide da ONU ■ O Supremo Tribunal de Justiça reafirma o acórdão que remete para o âmbito das infracções fiscais o uso de facturas falsas ■ Os jovens timorenses voltam a manifestar-se em defesa de D. Ximenes Belo ■ A conferência de Paris sobre a Bósnia adopta um plano de consolidação da paz, para um período de dois anos ■ Milhares de palestinianos saem à rua para celebrar antecipadamente o possível acordo sobre a retirada de Israel de Hebrón.

15
Sexta-feira

Na AR, o Orçamento é viabilizado, na generalidade, com os votos do PS, a abstenção do PSD e os votos contra do PCP, PEV e PP ■ Milhares de manifestantes timorenses vêm para as ruas de Díli, naquela que é classificada como a maior manifestação realizada em Timor desde a invasão pela Indonésia, em 1975 ■ 700 mil ruandeses refugiados no Zaire iniciam o regresso ao seu país de origem ■ A extrema-direita israelita manifesta-se contra a retirada de Hebrón ■ António Di Pietro, o ministro das Obras Públicas italiano, demite-se ■ Realiza-se a primeira volta das eleições para a câmara alta do Parlamento da República Checa.

16
Sábado

Carlos Carvalhas participa no comício-festa do 17º aniversário

da JCP, em Lisboa ■ D. Ximenes Belo é recebido por uma verdadeira multidão no seu regresso a Díli ■ Os refugiados hutus ruandeses continuam a afluir às centenas de milhar a Goma ■ Em Roma, Fidel Castro insurge-se contra o embargo dos EUA a Cuba ■ Milhares de pessoas manifestam-se em Carachi a favor de Benazir Bhutto ■ Os deputados bielorrussos propõem a anulação do referendo em curso ■ No Daguestão, ocorre uma explosão num prédio de habitação dos guardas fronteiriços russos.

17
Domingo

Termina em Monsaraz, o I Encontro sobre Arqueologia Urbana ■ No último dia da Cimeira Mundial da Alimentação, o director-geral da FAO apela para a redução para metade do número de pessoas com fome, nos próximos 20 anos ■ A tensão entre o Parlamento e o presidente da Bielorrússia aumenta.

18
Segunda-feira

O Julgamento do caso dos hemofílicos é adiado ■ A Indonésia nega a existência de um plano para matar José Ramos-Horta ■ Os membros da NATO chegam a um acordo de princípio para uma nova missão de paz na Bósnia em 1997 ■ O Conselho de Segurança da ONU começa a discutir o nome do próximo secretário-geral da organização.

19
Terça-feira

O Presidente da República preside à sessão de abertura da Assembleia Regional dos Açores ■ CGTP entrega em sede de Concertação Social e à ministra do Emprego a sua contraproposta de acordo ■ Escola Secundária encerra na Guarda devido à baixa temperatura ambiente do edifício ■ CIMPOR divulga transformação em sociedade gestora de participações sociais e criação de três sub-holdings ■ UEFA anuncia ir fazer a sua própria investigação em torno das acusações de suborno envolvendo clubes portugueses ■ Fidel Castro é recebido por João Paulo II no Vaticano e, durante a audiência, convida o Papa a visitar Cuba ■ Estados Unidos vetam a reeleição de Butros-Ghali como secretário-geral da ONU, mantendo este, no entanto, a sua candidatura.

EDITORIAL

Alegada «decisão histórica»

Com a aprovação na generalidade do Orçamento do Estado na Assembleia da República, o Governo, o PS e o PSD forçaram mais um perigoso avanço para enredar o país nas malhas da moeda única.

Um tanto provocatoriamente, em face dos sacrifícios que estão a ser impostos ao nosso povo, António Guterres chamou-lhe «uma decisão histórica».

Esta tirada retórica do Primeiro-Ministro visa fazer avultar o seu papel, acima do que é historicamente verdadeiro, na corrida para a moeda única e, ao mesmo tempo, minimizar a oposição fundamentada que lhe é movida, especialmente pelo PCP, e para a qual não tem argumentos.

O actual Governo faz, agora, gala em proclamar a sua opção pela moeda única e pelo cumprimento reverente dos critérios de Maastricht, sendo especialmente grave que tenha persistido e intensificado esta política, que foi anteriormente definida por Cavaco Silva, quando são tão evidentes as suas ruinosas consequências na vida económica e social do nosso país

Ficou sem resposta, por parte do Primeiro-Ministro, a crítica essencial do PCP, sintetizada por Octávio Teixeira no debate do Orçamento, quando afirmou: «É indubitável que o cumprimento desses critérios tem efeitos restritivos na actividade económica, impede a recuperação plena da economia portuguesa, a dinamização do investimento produtivo e a necessária melhoria do nível de vida dos portugueses e de satisfação das funções sociais que ao Estado incumbem.»

É significativo que ao querer enaltecer as «apreciáveis vantagens» que no campo económico a moeda única trará a nosso país, Guterres tenha apontado à cabeça, no encerramento do debate orçamental, que «poderemos ir de Lisboa ou do Porto a Berlim sem ter de trocar dinheiro».

Caramba!

É a paixão do Primeiro-Ministro pelo turismo a vir à tona. Até se esquece que há os «visas» e outros cartões de crédito que já dispensam o dinheiro...

São estas tão frágeis «vantagens» económicas que o Governo pode invocar em defesa da moeda única que o levam a proclamar que as razões da sua escolha são políticas.

E vêm então outros tropos retóricos em que o Primeiro-Ministro voltou a insistir no discurso da passada sexta-feira ao afirmar: «Portugal quer estar na frente, no centro onde se decide o nosso destino colectivo.»

Acreditará Guterres que as grandes potências e as transnacionais da União Europeia vão mesmo partilhar com Portugal as grandes decisões sobre o futuro colectivo da comunidade?

Então, Portugal não tem que tirar lições da forma como os seus interesses tem sido ignorados, preteridos e sacrificados na PAC, noutras políticas agrícolas, nas pescas, nos têxteis, etc.?

Por exemplo, o Primeiro-Ministro alegou que actualmente não tem nenhuma possibilidade de intervir ou contrariar as decisões do banco central alemão, mas que «amanhã participaremos nas decisões de um banco cen-

tral europeu onde todos os países estarão devidamente representados».

Acreditará Guterres que o empenhamento alemão no Tratado de Maastricht, na União Económica e Monetária e na moeda única tem o propósito altruísta de partilhar o enorme poder do seu banco central com os governos dos pequenos países da Europa, incluindo Portugal? Ou o seu propósito não será antes o de racionalizar e potenciar ainda mais esse poder e a consequente influência dando uma carga política e institucional ao que agora é uma questão de relação de forças económicas?

A experiência dos povos e o simples bom senso tem uma só resposta para estas interrogações: a teoria de entrarmos com os primeiros no centro da moeda única para partilharmos com os grandes o governo da Europa lembra a fábula da rã que queria ser grande como um boi.

Trata-se de uma teoria que em linguagem mais actual equivale à publicidade enganosa, pois o Governo propaganda um resultado que sabe que não é alcançável para em troca justificar os sacrifícios sociais, económicos, políticos que impõe ao povo português e as novas mutilações de soberania que quer impor a Portugal.

É este então o verdadeiro sentido da «decisão histórica» de que falou Guterres.

A teoria de entrarmos com os primeiros no centro da moeda única para partilharmos com os grandes o governo da Europa lembra a fábula da rã que queria ser grande como um boi.

A votação do Orçamento na Assembleia da República confirmou também, depois de todas as tentativas de finta por parte de Marcelo Rebelo de Sousa, a completa co-responsabilização do PSD com a política do actual Governo.

Como oportunamente comentou Carlos Carvalhas o comportamento dos dois partidos - PS e PSD - mostrou que «estava tudo combinado».

Na verdade, Guterres depois de ter reconhecido que o PSD andava à procura de «uma desculpa» para viabilizar o Orçamento acabou por lhe proporcionar a tal desculpa ao declarar que a não aprovação do Orçamento equivaleria à rejeição do Programa do Governo ou a uma moção de censura.

Por seu lado, o PSD uma vez obtida esta satisfação também foi ao encontro da vontade de Guterres ligando o seu voto à moeda única que era o que pretendia o Primeiro-Ministro para poder falar de «uma sólida maioria dos portugueses».

O mais inquietante de tudo isto é que, debaixo das aparências, na verdadeira realidade não é bem o PSD que viabiliza o Orçamento do Governo do PS, é o PS que opta pela mesma política orçamental de direita que seria feita por um governo do PSD e que vem na continuidade da que foi feita pelos governos do PSD.

Para quem ainda tivesse dúvidas sobre esta realidade e considerasse exageradas as críticas do PCP, a tal «decisão histórica» de Guterres aí a revelá-la nua e crua para que se tirem todas as conclusões.

Em relação ao movimento dos trabalhadores, a toda a população laboriosa e às próprias classes e camadas médias a conclusão só pode ser a de não esperarem benesses da actual governação, que as reserva para os grandes potentados económicos, e confiarem apenas no caminho da luta para melhorar a sua situação e a situação do país.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7º-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lj. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EUROPA
50 números: 6 750\$000; 25 números: 3 487\$500	50 números: 24 750\$000
ESPAÑA	EXTRA-EUROPA
50 números: 13 300\$000	50 números: 39 950\$000
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU — 50 números: 26 650\$000	

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

Um negócio do «Expresso»

O «Expresso» concluiu finalmente a publicação do Guia das Cidades.

Na sua última edição, o semanário de Pinto Balsemão desculpava-se com o «aumento do número de páginas de alguns fascículos e dificuldades no mercado internacional de papel» para justificar o prolongamento desta iniciativa editorial bastante para além do inicialmente anunciado.

Os colecionadores que não são leitores habituais do «Expresso» tiveram assim de comprar o jornal durante mais umas quantas semanas do que tinham previsto para completarem um Guia que tem inegável interesse turístico e cultural.

Não é o interesse do colecionável que está em causa, nem é no prolongamento da publicação que reside o negócio para que queremos chamar a atenção.

À conversa com amigos no Algarve, ouvi contar a história do singularíssimo lançamento da operação Guia das Cidades naquela região, no primeiro trimestre deste ano.

Quase não queria acreditar, mas deram-me provas irrefutáveis.

As câmaras visadas foram convocadas de forma oficial para uma reunião com o «Expresso».

Foi o próprio presidente de então da CCR (Comissão de Coordenação da Região) do Algarve, Eng. David Assoreira, quem as convocou por ofício e para as instalações da própria CCR. O ofício, ao que me disseram, também anunciava que a reunião culminaria com um almoço num restaurante típico da ilha de Faro, oferecido pelo «Expresso».

Asseguraram-me que aquele alto funcionário da estrutura desconcentrada do Estado não se ficou pelo ofício, insistiu com telefonemas próprios e da secretária para assegurar o sucesso da operação.

Na reunião, os representantes do «Expresso» apresentaram gráficos sobre as tiragens e as vendas do seu jornal (muito altas, é claro) e sobre as tiragens e vendas dos outros (é claro, muito mais baixas), os planos e duração da iniciativa, o grande alcance que revestia para o turismo e muito mais das câmaras visadas. Pediram a estas apoios diversificados no plano técnico e informativo e contactos assegurados com os serviços.

Cumpriram escrupulosamente, registe-se, a promessa do almoço, mas antes lembraram que a iniciativa tinha pesados custos de produção e por isso convidavam as câmaras visadas a ajudar a suportá-lo.

Este pormenor dos custos mereceu ao «Expresso» tão especial cuidado que até o próprio Pinto Balsemão escreveu às câmaras significando que o patrocínio e a contrapartida da utilização de uma página da responsabilidade da respectiva câmara envolvia um custo de 1.500 contos.

Na sua última edição, o «Expresso» também se gaba do «notável sucesso editorial» da iniciativa. Apetece dizer: pudera, com tais apoios do aparelho do Estado!

E apetece perguntar depois: mas serão legítimos estes apoios ao «Expresso»? E qual terá sido a sua dimensão noutras regiões? Como encaixam estes apoios nas competências e no orçamento das CCRs?

Aqui temos como o «Expresso», que é um estrênuo defensor do «menos Estado», se sabe servir dele quando bem lhe convém. É o neoliberalismo...

■ Carlos Brito

Outras contas

No passado sábado, o suplemento «Economia & Negócios» do «Expresso» titulava, à largura de cinco colunas, que «Receio dos mercados atrasa 'nova inflação'».

A respectiva notícia explicava depois que o «Expresso» tinha apurado que «a nova base do Índice de Preços no Consumidor (IPC) que deveria avançar já em Janeiro, foi adiada para 1998 por receio da reacção dos mercados financeiros» e que «ao que tudo indica, os novos valores da inflação seriam marginalmente superiores aos obtidos através do «velho» Índice com base em 1991».

Sendo certo que, como é já referido pelo «Expresso», o INE e o Governo não deixarão de apresentar para esta decisão uma enxurrada de justificações altamente técnicas, a verdade é que esta notícia permite aproximarmo-nos da evidência de que, como se suspeitava, há muitas formas de retocar para baixo os dados sobre a taxa de inflação. E não apenas por razões de tranquilização dos poderosos e sacrossantos «mercados», mas principalmente como forma de condicionar e restringir os aumentos de salários e de pensões.

O Governo e os seus técnicos podem dar as voltas que quiserem ao assunto, mas a verdade é que a generalidade dos cidadãos assiste incrédula, quando não indignada, ao continuado bombardeamento que cai sobre as suas cabeças sobre a persistente baixa da inflação e não vê nela qualquer correspondência com os muitos aumentos de preços que conhece e sofre, com o real poder de compra dos seus salários, com o seu nível de vida.

Acresce que a actualização de salários e pensões baseada apenas na estrita correspondência com a taxa oficial de inflação se tornou

numa flagrante mentira, na medida em que passa ao lado da realidade de um rendimento disponível das famílias que se vai degradando por força de aumentos de preços que misteriosamente parecem não se repercutir na inflação oficial, por força de aumentos dos encargos dos cidadãos com a educação ou a saúde, por força do aumento dos impostos indirectos.

É que bastar referir novamente como exemplo que, quando a partir de 1992, a comparticipação dos cidadãos nos medicamentos passou de 20 para 30% (o que representou um agravamento de 50%), isso deve ter dado origem a que, só por essa via, nos anos seguintes e até hoje, tenham sido «comidos» não só todos os aumentos reais com boa parte até dos aumentos nominais atribuídos aos reformados.

E quando hoje se atenta nos valores propostos pelo Governo para aumentos salariais atarrachados à taxa de inflação, talvez seja tempo de perceber que dinheiro concreto se esconde por detrás da «religião» das percentagens e como ele voaria pela calada do consumo. E tempo de perceber que, mesmo que o Governo cometesse a «generosidade» de conceder à Função Pública um alegado aumento real de 0,5%, isso num salário de 100 contos significaria 500\$00 por mês.

Esos especialistas que nos desculpem por estas contas tão prosaicas, mas 500\$00 nem sequer dará para compensar, por exemplo, quem, comprando quatro botijas de gás por mês, passou a gastar mais 800\$00 mensais, por força do recente aumento de 12% no seu preço.

■ Vítor Dias

O mal e a caramunha

As declarações proferidas há dois dias pelo 1º Ministro verbendo o notório empolamento dos temas futebolísticos e a menor atenção prestada pelos meios aos principais problemas nacionais, sem dificuldade mereciam aplauso caso o Eng.º Guterres não tivesse nada a ver com o panorama «comunicacional» actualmente preponderante. Mas não é essa, realmente, a situação.

Corre-nos em primeiro lugar, obviamente, a actuação da RTP e dos dois canais de televisão que mantém no ar. Cujo carácter público parece que só interessa que seja lembrado na hora dos contribuintes pagarem os larguíssimos milhões de contos que tem custado a administração danosa da empresa e a incorrigi-

da governamentalização dos seus espaços informativos.

Não se vai ao ponto de responsabilizar o Eng.º Guterres, a título pessoal, pelas acções e omissões que diariamente constroem os alinhamentos dos telejornais, pela exiguidade e formato dos espaços do debate político, e pela notória falta de isenção e de respeito pelo pluralismo que uns e outros têm patenteado. Nem se vai ao ponto de lhe atribuir responsabilidades directas na selecção de alguns programas que disputam com a concorrência o troféu do que há de pior e de mais alienante.

Mas como 1º Ministro a sua responsabilidade política não pode ser iludida, quando a RTP também contribui para o aludido empolamento futebolístico e notoriamente não cumpre com

as suas obrigações de serviço público. Ou quando cede - como se está a tornar cada vez mais frequente - às conveniências «informativas» do Governo.

Tome-se, a título de exemplo, a questão da actualização das pensões da segurança social anunciada na semana passada.

Em nome de que critério a RTP abordou este assunto apenas na óptica oficiosa da apresentação das propostas do Governo, ao mesmo tempo que silenciou a referência crítica que o PCP, de forma fundamentada, lhes dirigiu?

Numa matéria que interessa directamente a milhões de portugueses, não teria sido não só necessário mas também obrigatório levar à opinião pública as diversas posições e promover,

até, o seu saudável confronto e esclarecimento democráticos?

Se a esta matéria tivesse sido dedicado 1% do tempo generosamente concedido ao interminável falatório futebolístico, os portugueses não estariam hoje melhor informados e mais esclarecidos? Não teriam ficado a saber que acima da pensão mínima, os pensionistas não vão ter quaisquer aumentos reais de pensões? E que há pensionistas que vão receber um valor real inferior àquele a que tinham direito, pelos descontos que efectuaram?

É por tudo isto que as palavras do 1º Ministro, condenatórias do empolamento dos temas futebolísticos, chamam à memória o aforismo popular - fazer o mal e a caramunha.

■ Edgar Correia

CUBA

e o «amigo americano»

As declarações do Primeiro-Ministro português António Guterres em relação a Cuba e ao seu Presidente produziram uma onda de justificada indignação. Indignas do Portugal de Abril, elas constituíram objectivamente uma prestimosa ajuda ao «amigo americano» que se encontra cada vez mais isolado na sua política agressiva contra a Ilha da Liberdade. Isolamento que foi uma vez mais confirmado com a massiva condenação da lei Helms-Burton pela Assembleia Geral da ONU enquanto, por outro lado, tanto a Cimeira de Santiago do Chile como a Conferência da FAO, evidenciavam a dignidade e o prestígio internacional de Cuba e de Fidel.

Aquelas declarações do engenheiro António Guterres não podem reduzir-se a uma simples «gaffe» política ou a um inoportuno lapso de comunicação entre o pessoal do Palácio das Necessidades e o staff do 1º Ministro. Tudo isso seria já bastante grave, particularmente se tivermos em conta o contexto em que foram produzidas. Na América Latina, onde o prestígio de Cuba e do próprio Fidel é tal que a OEA (onde, aliás, pontificam governos de direita) condenou por unanimidade os EUA pela sua política de bloqueio a Cuba. No Chile, onde Fidel de Castro foi acolhido por grandes manifestações populares de solidariedade. Num país em que continua a pairar a sombra sanguinária de Pinochet, que pouco antes mandara prender Gladys Marin, a Secretária-Geral dos comunistas chilenos, sem que do governo português tenha partido qualquer sinal de protesto.

Não, a nosso ver não se trata de um simples episódio: por mais lamentáveis e criticáveis que sejam por si mesmas, as declarações do eng. A.G. expressam posições de fundo que ofendem a soberania nacional e relevam de uma política externa subalterna e seguidista em relação aos EUA e outras grandes potências imperialistas. A defesa que fez no México das virtualidades da União Europeia e do processo de mundialização capitalista terá suscitado do M.N.E. mexicano Angel Curria um cortante comentário: «O que resta do papel do Estado e do conceito de soberania no mundo que descreveu?»

Infelizmente não há motivo para pensar que um tal comentário tenha provocado qualquer sobressalto na «consciência» do eng. A.G. Mas já é de admitir que o tenham reconfortado as recentes afirmações do Dr. Mário Soares sobre Cuba, numa aula sobre a integração europeia do curso de Relações Internacionais da Faculdade de Economia: «Fidel assumiu uma posição imobilista e assim a Europa não pode exigir aos EUA o fim do bloqueio» (*Público*, 16.11.96). E mais o terá reconfortado ainda, se não é que tudo era já do seu conhecimento, a violenta cruzada anticubana desencadeada pelo seu novo amigo Aznar, a respeito da qual o «El País» de 13.11.96 titula: «Espanha propõe à União Europeia um plano de acoso económico contra Cuba», acrescentando que «Aznar decidiu cerrar fileiras com os EUA e romper de modo espectacular com a política tradicionalmente seguida por Madrid face a Cuba».

A questão que assim se coloca é particularmente séria: as declarações do eng. A.G. constituem afinal uma peça de uma ofensiva anticubana concertada para justificar o prosseguimento do criminoso bloqueio norte-americano a Cuba e modificar num sentido negativo a posição oficial da própria União Europeia nesta matéria. É necessário intensificar a acção para que isso não aconteça. É necessário prosseguir a luta pela revogação da Lei Helms-Burton e de solidariedade com o povo cubano e Cuba socialista. É necessário exigir do governo português uma política externa de soberania e independência nacionais.

■ Albano Nunes

SEMANA



FIFA apoia, mas...

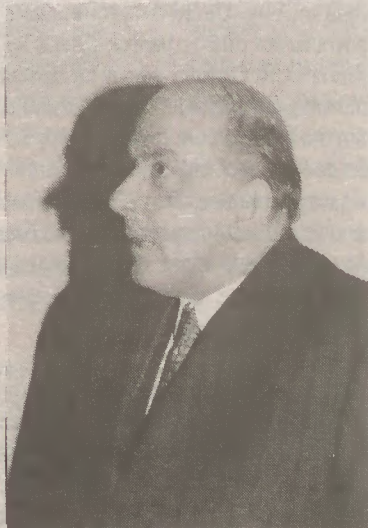
A FIFA reafirmou a confiança na Federação Portuguesa de Futebol (FPF), pela voz do seu secretário-geral, Joseph Blatter, em conversa com Gilberto Madaíl, presidente da FPF, que se deslocou expressamente a Zurique para este encontro. Todavia, Blatter não deixou de invocar, no quadro das suas declarações de apoio, o «caso» do Marselha-Valenciennes, que desembocaria na irradia-

ção do presidente do Marselha, Bérnard Tapie (entretanto preso e condenado por corrupções diversas, ligadas ou não ao futebol) e à despromoção deste clube para a 2ª divisão. Recorde-se que o «caso Marselha» teve, entre outros ingredientes, corrupções diversas para viciar resultados e beneficiar o Marselha, na altura líder do campeonato francês de futebol.

Défice do Estado aumenta 20%

Entre Janeiro a Outubro deste ano o défice orçamental do Estado português aumentou 20%, o que implica, para já, o atraso da aplicação das verbas previstas para investimento público este ano. Este crescimento do défice ficou a dever-se, sobretudo, a uma redução de receitas de capital, nomeadamente na cobrança do IVA: em Outubro último a receita do IVA rendeu 65 milhões de contos, enquanto a de Setembro fora de 126 milhões de contos e a de Agosto superior a 96 milhões de contos. Apesar de o ministro Sousa Franco minimizar esta quebra (que, note-se, não se verifica nos impostos directos sobre o

trabalho, nomeadamente o IRS), argumentando que «os números não são comparáveis», o facto é que o Governo,



para «equilibrar» as coisas, «moderou» os investimentos públicos previstos, descendo-os para 60% da taxa de execução esperada.

(Eduardo Dâmaso, «A Semana Política» - «Público», 16.11.96)

«Acho que já não vejo televisão há meses.»

(Manuel Maria Carrilho, Ministro da Cultura - «Já», 14.11.96)

«É evidente que quando alguns pretendem cada vez mais que Portugal é Lisboa, é com o dinheiro dos nossos bolsos que temos de ir reconstruir metade da Câmara Municipal de Lisboa.»

(Pinto da Costa, Presidente do F.C.P. das televisões, 17.11.96)

«Temos que actuar!»

(Miranda Calha, Secretário de Estado dos Desportos - «Nova Gente», 18.11.96)

«Vamos fixar os limites das ofertas aos árbitros.»

(Gilberto Madaíl, Presidente da F.P.F. - «Semanário», 16.11.96)

«É forçoso reconhecer que, para o momento difícil que o futebol está a atravessar, tem contribuído também alguma comunicação social.»

(Editorial - «Expresso», 16.11.96)

«Subordinar a qualidade dos processos à eficácia dos resultados é degradar o jornalismo e rebaixar a profissão.»

(Mário Mesquita - «Diário de Notícias», 15.11.96)

«Hoje não temos nenhuma margem de manobra em relação às decisões do banco central alemão, que em nada depende de nós.»

(António Guterres, Primeiro-Ministro, no debate sobre o OGE - das televisões, 15.11.96)

«Somos pela moeda única mas nunca subscreveríamos este Orçamento.»

(Marques Mendes, chefe do Grupo Parlamentar do PSD, idem, idem)

«Dantes, os portugueses não eram números, agora são zeros na marcha forçada para a moeda única.»

(Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, idem, idem)

«Espanhóis não nos tirarão a água.»

(Elisa Ferreira, Ministra do Ambiente - «O Diabo», 19.11.96)

«Em matéria de ideias políticas, como sabem, sou extremamente tolerante.»

(Paulo Portas, citado em «Diário de Notícias», 19.11.96)

«Os portugueses têm menos filhos mas estes são cada vez mais altos.»

(Joaquim Letria - «O Diabo», 19.11.96)

José Eduardo dos Santos com reservas para a Unita

O presidente angolano, José Eduardo dos Santos, desloca-se em visita oficial a Espanha, onde aprofunda, com o governo de José Maria Aznar, a já ampla cooperação económica entre os dois países. Questionado em Madrid sobre o que pensa do recente anúncio da Unita de que irá finalmente cumprir os acordos de Lusaca, José

Eduardo dos Santos ironizou e disse «ser como São Tomé, ver para crer», recordando que a experiência mostra que a Unita só actua sob pressão internacional, «pelo que esperamos por essa pressão». Recorde-se que a organização de Jonas Savimbi tem, pelo menos, 35 mil homens por acantonar, o que tem provocado protestos por

parte da ONU, que denuncia igualmente que muitos dos 62.500 elementos da Unita que se apresentaram nos locais de acantonamento supervisionados pela ONU, acabaram posteriormente por os abandonar. Entretanto, o governo angolano publicou uma lei que prorroga por mais dois anos o mandato da actual legislatura.



Universidades e politécnicos não alcançam consenso

Depois de uma reunião de duas horas para discutir a proposta do Governo de António Guterres de alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo, o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos e o Conselho

de Reitores das Universidades Portuguesas não conseguem chegar a acordo quanto aos requisitos que as escolas superiores de educação deverão cumprir para formar docentes habilitados a dar aulas ao terceiro ciclo do ensino

básico. Apesar de terem já há duas semanas um «documento orientador» do Ministério da Educação para definir os pré-requisitos para esta formação, os responsáveis dois Conselhos preferiram remeter a sua análise para uma

reunião posterior, a realizar no próximo mês de Dezembro. Entretanto, à hora do fecho desta edição, o ministro da Educação, Marçal Grilo, que esteve nesta reunião, prometeu «declarações» aos jornalistas sobre esta matéria.

Julgamento em Évora do caso da hemodiálise

Começa em Évora o julgamento do caso de negligência médica de que são acusados, directamente, três médicos e um engenheiro pelo crime da morte de 20 hemodialisados no Hospital Distrital de Évora, tragédia ocorrida em 1993. De então para cá o Estado português não teve qualquer gesto de apoio para com os familiares das vítimas, apesar de o Provedor de Justiça ter recomendado ao Estado que assumisse as suas responsabilidades civis e solidárias para com os familiares, sobretudo com os mais necessitados, a quem nem o funeral das vítimas foi pago. Aliás nenhum foi sequer recebido pelos ex-ministros da Saúde, Arlindo de Carvalho e Paulo Mendo, que sempre se recusaram fazê-lo. Este processo, que chega aos 60 volumes, envolve 200 testemunhas, dois terços dos quais médicos, nefrologistas e patologistas e peritos em tratamento de águas. Recorde-se que as mortes dos hemodialisados de Évora começaram em Março de 1993, mas as deficiências nos sistemas de osmose que conduziram à tragédia haviam começado três anos antes, quando se detectaram níveis excessivos de alumínio no sangue dos doentes em tratamento. O Governo de Cavaco Silva negou soberaneiramente o problema e chegou ao ponto de tentar alijar a responsabilidade para o sistema municipal de tratamento de água, até ser forçado a admitir que o drama se deveu a incúria hospitalar.

Netanyanu quer «unidade»



O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, afirma-se a favor da formação de um governo de «unidade nacional» com a oposição trabalhista, segundo revelou a televisão israelita. Considerando que esta solução deveria ser implementada depois da retirada do exército israelita da cidade de Hebron, na Cisjordânia, Netanyahu justificou esta sua reviravolta com os «problemas» que Israel enfrenta a nível internacional, referindo-se assim às crescentes críticas internacionais à política de

afrontamento desencadeada pelo seu executivo, tendo como consequências imediatas o aumento da violência em espiral. Todavia, Netanyahu manifesta uma «inquietação»: que a eventual participação do líder trabalhista, Shimon Peres, neste também eventual governo de «unidade nacional», seja aproveitado por Peres para «minar» a sua posição. Este, entretanto, já se declarou várias vezes favorável a uma solução deste tipo, embora «sob condições», que ainda não especificou.

Parlamento aprova Orçamento

O Parlamento aprovou, na generalidade, o Orçamento do Estado para 1997. No momento da votação, sem surpresas, como corolário de um debate também ele sem grandes novidades, o resultado esperado: com os votos favoráveis do PS e a preciosa abstenção do PSD, o Orçamento foi viabilizado, dele demarcando-se, com o voto contra, todas as restantes formações parlamentares.

Há que dizer, no entanto, que este apuramento final não reflecte com fidelidade o posicionamento político evidenciado pelos diferentes partidos face ao Orçamento do Estado e às Grandes Opções do Plano. Significa isto, por outras palavras, que nem todos estabeleceram uma relação de coerência entre o seu discurso e o voto. Fazendo uso de aparências várias, com efeito, houve quem dissimulasse no sufrágio o sentido das suas verdadeiras opções, do seu querer e vontade política. Excepção feita ao Grupo comunista - que desde a primeira hora manteve uma atitude consequente ancorando a sua rejeição ao Orçamento no entendimento de que este contraria, como sintetizou Carlos Carvalhas, no final do debate, a "viabilização de um futuro melhor para a economia e a sociedade portuguesas" -, a verdade é que tanto o PSD como o CDS/PP não se podem minimamente queixar das orientações ideológicas e muito menos das reais opções políticas que o Executivo plasmou no Orçamento.

No caso do PSD, pela simples razão de que as suas opções políticas e orçamentais não diferem, em rigor, no que é essencial, das adoptadas pelo Governo do PS, ou seja, como sublinhou o secretário-geral do PCP, obedecem à mesma "determinante de sacrificar a economia e a sociedade portuguesas ao «bezerro de ouro» da moeda única".

Foi por isso, apesar da razoável encenação, para consumo público, um número falhado aquele a que se assistiu com o PSD a exigir ao Primeiro-Ministro que esclarecesse se a rejeição do



Sacrificar o País pela moeda única

Orçamento seria interpretada como aprovação de uma moção de censura. No próprio debate, esta questão esteve presente em todas as intervenções do PSD, de um modo quase exasperante, sem que a resposta viesse. Apenas no último dia, já no período das declarações finais, António Guterres aludiu ao tema - talvez num gesto de boa vontade para ajudar o PSD a salvar a face -, considerando um sinónimo de moção de confiança a rejeição do Orçamento.

Só que esta "bóia de apoio que permitisse ao PSD «justificar» o seu voto de viabilização do Orçamento", como observou Carlos Carvalhas, acabou por vir tarde, pois, momentos antes, antecedendo o discurso do Primeiro-Ministro, Marques Mendes

foi forçado a anunciar aquilo que já se sabia desde o comício do Pontal, no Verão passado, isto é, que o PSD iria deixar passar o Orçamento.

Quanto ao CDS/PP, que parece ter deixado cair o que antes era apresentado como frontal oposição à moeda única - a avaliar pelo discurso de Manuel Monteiro que conformou a questão à necessidade de serem previamente feitos estudos sobre as consequências da adesão -, o seu voto contra não pode deixar de ser interpretado, prosaicamente, como uma mera uma questão de "ciúmes" de quem se viu preterido (depois dos serviços por si prestados no último Orçamento), neste romance do PS em busca de parceiro, pelo PSD.

Em causa as opções do Governo

Nem rigor nem preocupação social

Em contraste com as posições assumidas pelo PSD e CDS, onde o foguetório do discurso apenas serviu para camuflar a inexistência de razões substantivas de oposição, o Grupo comunista foi o único dos grandes partidos que evidenciou no debate factores de diferenciação susceptíveis de dar corpo a uma verdadeira política alternativa capaz de resolver os problemas da economia e da sociedade portuguesa.

Coube-lhe ainda, de um modo frontal e sem rodeios, com sentido de responsabilidade, protagonizar as críticas mais severas a um documento estruturante da acção governativa para o próximo ano que, do seu ponto de vista, peca, precisamente, em primeiro lugar, como sublinhou Octávio Teixeira, por ter como orientação política determinante a "doentia obsessão pela moeda única e a reverente submissão ao cumprimento dos critérios de convergência nominal".

Tal opção, lembrou, em correspondência plena com as concepções neoliberais seguidas pelo Executivo, conduz a que o Orçamento - longe de satisfazer as necessidades e exigências do País - venha a produzir "efeitos restritivos na actividade económica", impedindo simultaneamente a "recuperação plena da economia portuguesa, a dinamização do

investimento produtivo e a necessária melhoria do nível de vida dos portugueses e de satisfação das funções sociais que ao Estado incumbem".

Dessas consequências nefastas no plano económico e social, largamente pomenorizadas pelos deputados comunistas nas suas intervenções, falou ainda Octávio Teixeira na sua intervenção inicial para concluir, em síntese, que o "desemprego vai aumentar, vai prosseguir o encerramento de empresas, muitos trabalhadores vão continuar a passar para o desemprego e muitos jovens permanecerão à porta do emprego que não encontram".

E tudo, explicou, porque as opções políticas fundamentais que caracterizam o Orçamento, decorrentes do objectivo da moeda única, vão contra os salários (congelamento ou redução dos fracos níveis salariais, aprofundando o desequilíbrio na distribuição do Rendimento Nacional), contra o emprego (não há qualquer efeito indutor de menos desemprego) ao mesmo tempo que prosseguem o "fundamentalismo privatizador" (por mera opção política-ideológica, sem qualquer fundamentação séria sob os pontos de vistas económico ou social).

Desmontada ficou, por outro lado, a ideia insistentemente ventilada pelo Governo de que

o Orçamento obedeceu na sua elaboração a preocupações de **justiça social**. Exemplos, vários, de que tal "consciência social" - assim lhe chamou Sousa Franco - não passa de uma ficção deu-os Bernardino Soares, ao citar, entre outros, o caso da Educação (desde o crescimento nulo do investimento na educação especial até ao insignificantes crescimento do investimento na acção social escolar), bem como o da Saúde onde o aumento da dotação em apenas 0,8 por cento para o Serviço Nacional de Saúde vai traduzir-se em aumentos das listas de espera para consultas, equipamentos que ficarão sem funcionar e vagas de pessoal por preencher.

Sem resposta não ficou também, noutro plano, a ideia de **rigor** que o Governo procurou fazer passar como imagem de marca do seu Orçamento. O melhor testemunho de que não é rigorosamente assim deu-o Lino de Carvalho ao lembrar, a propósito do tipo de investimentos previstos no âmbito do PIDDAC, a multiplicidade de pequenas dotações espalhadas por concelhos e freguesias nos distritos onde o PS tem a ambição de ganhar eleições autárquicas. Alegadamente dirigidos para centros de dia e lares para idosos, escolas, centros de saúde ou esquadras, referiu, estas pequenas dotações entre mil e cinco mil contos chegam a corres-

ponder no distrito de Setúbal a um quarto da totalidade dos projectos, elevando-se mesmo essa percentagem a um terço no caso do Alentejo.

"Não é um programa de investimentos mas um programa de donativos para ano eleitoral", observou Lino de Carvalho, numa alusão às próximas autárquicas e ao facto de este ser o tipo de dotações, frisou, "ideal para permitir que governadores civis, secretários de Estado e ministros vão esvoaçando de terra em terra a distribuir cheques para descanso das almas e descanso dos votos".

Falar de "rigor" ou de "justiça social" só mesmo, pois, por caricatura ou deliberado acto de propaganda. Será que se pode falar de **rigor**, com efeito, como salientou Carlos Carvalhas, quando o Governo "aumenta em mais de 50 por cento a verba para o estabelecimento de contratos programas para as autarquias - autênticos sacos azuis para os seus membros utilizarem em campanha eleitoral autárquica?".

"E de **justiça social** - acrescentou - quando o Governo aumenta as pensões, mínima e social, nas «fabulosas» quantias de 37\$00 e 34\$00 por dia, respectivamente, depois de ter aumentado os preços dos medicamentos em oito por cento?"

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

As propostas do PCP

São já conhecidas algumas das propostas concretas que o Grupo Parlamentar do PCP apresentará em sede de especialidade ao Orçamento do Estado para o próximo ano, cujo debate decorre desde o início da semana. Nos seus objectivos, tais propostas visam, se forem aprovadas, minorar os aspectos mais negativos do OE, muito embora haja a consciência plena de que, só por si, não alteram o essencial, ou seja, como sublinhou em declarações ao "Avante!" o presidente da bancada comunista, Octávio Teixeira, "a orientação política e social global deste mau Orçamento do Governo PS".

Tornadas públicas ainda no decorrer do debate na generalidade, estas propostas prendem-se com alterações ao sistema fiscal, por forma a torná-lo um pouco menos injusto. Nesse sentido, por um lado, trata-se de propostas destinadas a aliviarem um pouco a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho, através, concretamente, do aumento da dedução específica de 484 para cerca de 510 contos, bem como através da redução da taxa mínima de IRS de 15 para 14 por cento.

Realce merecem, por outro lado, as propostas com vista a tributar as operações financeiras e especulativas e muitos lucros dos bancos e das seguradoras que actualmente estão isentos de impostos. Neste capítulo, nota de registo deve ser dada igualmente à proposta que visa, de forma gradualista, abrir o sigilo bancário para efeitos fiscais, medida que do ponto de vista de Octávio Teixeira se afigura fundamental se se quer, de facto, combater a fraude fiscal.

Em relação a estas últimas propostas, que todos os anos têm estado no centro das preocupações do Grupo Parlamentar do PCP, importa referir que, desta feita, elas mais não são do que a expressão concreta das sugestões apresentadas pela Comissão para o Desenvolvimento da Reforma Fiscal, não podendo, por conseguinte, como nos disse o líder parlamentar comunista, ser apelidadas de «extremistas» ou «revolucionárias». Com efeito, acrescentou, visam apenas "combater a fraude fiscal que interessa aos «grandes» e obter receita das operações financeiras que permitam baixar mais sensivelmente os impostos sobre o trabalho".

Parlamento aprova Orçamento para 1997

Carlos Carvalhas

"Um Orçamento que agrava a situação"

Chegados ao momento da votação, na generalidade, do Orçamento do Estado para 1997, o Governo tem razões para se sentir satisfeito, como daqui a pouco mostrará o senhor Primeiro-Ministro.

Não porque o Governo e o PS tenham conseguido convencer quem quer que seja da bondade do seu Orçamento. Pois o melhor que conseguiram durante o debate foi considerar que os critérios de Maastricht, o euro-marco e a batuta do Bundesbank, representarão, nada mais nada menos, que "um regresso aos melhores tempos da história pátria"...

A satisfação do Governo resulta apenas da garantia que tem de que o mau Orçamento que apresentou será viabilizado pelo PSD.

PSD cuja grande preocupação em todo o debate foi o de "provocar", ou melhor, de solicitar ao Primeiro-Ministro que dissesse publicamente que identificava a votação do Orçamento com a votação de uma moção de confiança virtual.

Solicitação repetida até à exaustão com um único objectivo: o de procurar uma bóia de apoio que lhe permitisse "justificar" o seu voto de viabilização do Orçamento com um pretenso auto-sacrifício pela "estabilidade política". Para assim poder mistificar que a opção de voto do PSD assenta, de facto, na sua concordância essencial com as opções políticas e orçamentais do Governo do PS. E, fundamentalmente, com a orientação orçamental determinante de sacrificar a economia e a sociedade portuguesas ao "bezerro de ouro" da moeda única.

Tal como, por razões paralelas, a grande preocupação manifestada pelo CDS/PP, que no Orçamento anterior serviu de muleta ao Governo, foi o facto de não ter sido o senhor Primeiro-Ministro a abrir o debate orçamental.

e o investimento vai travar a taxa de crescimento económico ao nosso alcance, criar mais dificuldades ao sector produtivo e agravar a situação de milhares e milhares de famílias.

O Governo sabe que por cada ponto que se perde no crescimento do Produto Interno Bruto, alarga-se o fosso entre o nosso desenvolvimento e o da média da União Europeia, sendo milhares os postos de trabalho que se deixam de criar.

Tudo pequenas bagatelas para um Governo que julga que muda a realidade, ou disfarça a natureza do seu Orçamento apelidando-o, para efeitos de propaganda, como de «rigor com preocupações sociais».

De rigor, com preocupações sociais, senhor Primeiro Ministro e senhor Ministro das Finanças?

De rigor, quando o Governo aumenta em mais de 50% a verba para o estabelecimento de contratos programa com as autarquias, que são autênticos sacos azuis para os seus membros utilizarem em campanha eleitoral autárquica?

De justiça social, quando o Governo aumenta as pensões, mínima e social, nas "fabulosas" quantias de 37\$00 e 34\$00 por dia respectivamente, depois de ter aumentado os preços dos medicamentos em 8%?

Não, senhor Primeiro-Ministro.

Não há preocupação social, mas preocupação com os grandes senhores do dinheiro, quando se congelam os vencimentos dos trabalhadores da Função Pública e quando se pretende, como orien-



go, melhores reformas e um programa de emergência.

Não há preocupação social quando por um lado se propõe a redução da taxa do imposto sobre os lucros, ao mesmo tempo que se mantém inalteradas as taxas do imposto sobre os rendimentos dos trabalhadores. Não é com actualizações ligeiramente acima da inflação das deduções à colecta e do primeiro escalão do IRS, que se pode reclamar de ter preocupação social, quando na verdade ninguém passa a pagar menos impostos nem melhora o seu rendimento disponível.

O senhor Primeiro-Ministro e o senhor Ministro das Finanças não conseguem disfarçar que este é um Orçamento que inclusivamente desacelera o apoio a áreas sociais e económicas essenciais, expresso, por exemplo, na clara insuficiência de dotações para o ensino superior público, a demonstrar mais uma vez a grande paixão do PS pela Educação.

A «grande paixão» em que o Ministro da Educação não hesita em tentar dividir os estudantes com alterações à lei de bases do sistema educativo.

O senhor Ministro é o responsável pela instabilidade que se está a verificar no ensino. Porque se tem recusado a dialogar com estudantes e professores. A resposta dos estudantes tem sido uma resposta com grande maturidade. É tempo de o Governo perceber que a juventude não aceita o «quero, posso e mando» e a degradação do ensino público.

Com este orçamento, que mantém as traves mestras dos Orçamentos do cavaquismo, a navegar com a bandeira de Maastricht em vez de navegar com a bandeira dos interesses nacionais, o desemprego, o trabalho precário e as bolsas de pobreza, vão continuar a aumentar, como vão continuar a agravar-se a distribuição do rendimento nacional e a injustiça social.

Senhor Primeiro-Ministro,

Dantes, quando V. Exa. era oposição, as pessoas estavam primeiro. Agora, primeiro estão os critérios de Maastricht e a política de concentração da riqueza.

Dantes as pessoas não eram números, agora são zeros na marcha forçada para a Moeda Única.

Dantes ainda manifestava preocupações sobre a transparência das privatizações, hoje vale tudo e tudo se privatiza, mesmo as estradas, para que se atinja o critério da dívida pública...

Dantes a primeira prioridade era o desemprego, a segurança a grande pre-

ocupação e a droga o inimigo público número um ...

Hoje quando o desemprego continua a aumentar, quando a insegurança é a regra e quando a droga continua a ser vendida à luz do dia em autênticos hipermercados cidadãos, a prioridade passou a ser a propaganda política, a utilização do aparelho do Estado ao serviço dos interesses do partido do Governo, o reforço das CCR's e dessas figuras ímpares da democracia portuguesa que são os governadores civis!

Que diferença entre o PS da oposição e o PS do Governo.

Que diferença entre as promessas e as realizações.

Até a arrogância, antes tão prontamente criticada, já tem os seus afloramentos em várias afirmações, como aquela de que «não admitiremos alterações ao Orçamento»...

O País precisava de mais humildade por parte do Governo. E precisava, sobretudo, de uma política que promovesse o desenvolvimento económico, que estimulasse o investimento, que incentivasse e defendesse a produção nacional, que melhorasse o nível e qualidade de vida das populações e que, com medidas concretas, desse combate efectivo ao desemprego e ao trabalho precário.

De uma política que defendesse na União Europeia os interesses nacionais e que se batesse pela prioridade primeira da concretização do princípio da coesão económica e social.

De facto, senhor Primeiro-Ministro e senhor Ministro do Equipamento: Portugal não é nem uma colónia dos EUA, nem uma colónia de Bruxelas, nem uma semicolónia da Alemanha. E isto tanto em relação ao Alqueva como em relação a Timor, como em relação à política de Defesa, aos têxteis, à reforma da PAC, ao direito de veto e a qualquer outra questão de interesse nacional.

Senhor Primeiro-Ministro,

O seu Governo sabe que pode contar com o PSD, e se necessário mais uma vez com o CDS/PP, para lhe viabilizarem o seu Orçamento.

Mas o seu Governo sabe igualmente que este Orçamento contraria a viabilização de um futuro melhor para a economia e a sociedade portuguesas.

E o senhor Primeiro-Ministro sabe, de ciência certa, que entre a viabilização de um Orçamento, ou mesmo de um Governo, e a viabilização do futuro das portuguesas e dos portugueses, o PCP nem por um momento vacila na sua opção.

Por isso, votamos contra o Orçamento do Estado para 1997.

"Que vai o senhor Primeiro-Ministro dizer àquele idoso casal de alentejanos que num canal televisivo declarou que só comiam uma refeição de carne por mês, porque as reformas não davam para mais? Com um aumento real de 368\$00 por mês vai dizer-lhes que já podem comer carne, ou peixe, uma vez por semana?"

Não. Pura e simplesmente V. Exa. lhes diz, mesmo sem falar, que a sina deles é continuarem a comer, apenas e tão-só, açorda e que terão de pagar mais 8% em muitos dos medicamentos que necessariamente têm de comprar!

Octávio Teixeira

Quando não existem razões substantivas de oposição, que o discurso anti-Maastricht ditado exclusivamente por um nacionalismo seródio não esconde, há que tentar salvar as aparências com meras questões formais...

O Governo verá o seu Orçamento viabilizado na Assembleia da República. E com isso se dará por satisfeito. A satisfação de uma vitória de Pirro.

De facto, senhor Primeiro-Ministro, o que é que este Orçamento diz aos trabalhadores, aos reformados, aos jovens e às mulheres quanto aos seus problemas aspirações e anseios?

O Governo sabe que este é um Orçamento que em vez de relançar a economia

tação geral, o congelamento ou a redução dos débeis níveis salariais dos trabalhadores portugueses. E, ao mesmo tempo, se dá, no essencial ao capital financeiro, 190 milhões de contos em benefícios fiscais.

Não há preocupação social quando um Governo diz que não há dinheiro para os reformados mas tem 60 milhões de contos para dar aos grandes agrários.

Os «sem-terra» não existem somente no Brasil e nas Telenovelas.

Os «sem-terra» estão também aqui, na zona do latifúndio, e a esses, com a sua política, o senhor Primeiro-Ministro está a condená-los à pobreza, ao desemprego e à emigração. Depois de lhes ter prometido, quando estava na oposição, empre-

Organizações apresentam propostas de alteração Orçamento adia desenvolvimento regional

Aprovado na passada semana na generalidade, o Orçamento de Estado baixou à discussão na especialidade, fase que os deputados comunistas aproveitam para apresentar um conjunto de propostas de alteração visando minorar os aspectos mais gravosos do documento. Entretanto, as organizações do Partido continuam a analisar o Orçamento, denunciando as consequências negativas para o desenvolvimento regional.

ALCOCHETE

Com surpresa constataram os comunistas de Alcochete que afinal a conclusão do novo quartel da GNR foi protelada pelo Governo «para o final do século!». Criticando os critérios que presidiram à elaboração do PIDDAC/97, o PCP lembra que Alcochete é o único concelho do País que não tem postos de autoridade policial e exige que o Poder Central faça os investimentos necessários para fazer face aos impactos produzidos pela construção da nova ponte sobre o Tejo.

ALGARVE

Para a DORAL do PCP, o PIDDAC/97 prossegue a política de sucessivos Governos do PSD ao concentrar no litoral grande parte das verbas de investimento, facto que contribui para a desertificação económica e humana de extensas áreas do interior da região.

Da análise ao documento, ressalta que as principais verbas para 1997 são absorvidas para a conclusão projectos há muito em curso, caso dos sistemas hídricos, ou para obras anteriormente aprovadas ou em execução, como o Hospital do Barlavento, a Escola de Enfermagem, os portos de Portimão e Vila Real de Santo António, a Universidade do Algarve.

Adiados ficam assim projectos considerados fundamentais para a região como são, entre outros, o prolongamento da Via do Infante, dos itinerários complementares de ligação Lagos - Aljezur, ou Vila Real de Santo António - Mértola.

Para além das lacunas e omissões do OE/97 em relação às necessidades da região, o PIDDAC/97 apresenta ainda uma dispersão de pequenas verbas, de montantes não superiores a 20 mil contos, que «longe de constituírem opções de desenvolvimento, traduzem sobretudo a intenção do Governo utilizar dinheiros públicos para distribuir pequenas benesses em acções de propaganda em anos de eleições autárquicas», sublinha o PCP.

BEJA

Em comunicado, a concelha de Beja chama a atenção para a redução do investimento previsto para o distrito «em mais de um milhão, e duzentos e sessenta mil

contos», sendo o concelho de Beja um dos mais atingidos com um diminuição de 30,6% das verbas para 1997, ou seja, mais de meio milhão de contos». Para além disto, a concelha do PCP recorda que a taxa de execução do plano de investimentos para 1996 não deverá atingir sequer os 60%.

No Orçamento para o próximo ano, o Governo adia uma série de projectos para o crescimento e desenvolvimento da cidade entre os quais está a Escola Superior Agrária, prevista para o ano em curso e agora adiada para 1998. O meso se passa com a conclusão dos serviços comuns do Instituto Politécnico, Escola Superior de Enfermagem e Centro da Juventude de Beja.

Outros equipamentos e infra-estruturas, em diversas áreas, com o apoio aos idosos, deficientes, educação e cultura, saúde, acessibilidades, etc., são pura e simplesmente ignorados pelo Executivo PS que não só esquece as promessas eleitorais como contraria um alerta da própria Comissão Europeia responsável pela política regional para a necessidade de concentrar mais investimento no Alentejo, como forma de travar o declínio na região.

COIMBRA

Em conferência de imprensa, a DORC do PCP nota que o distrito de Coimbra perde peso no total nacional passando de 3,76% em 1995 para 3,14% em 1997. Ao mesmo tempo alarga-se o fosso em relação aos distritos beneficiados com maior investimento: de 1/7 passa para 1/10 de Lisboa e de 1/3 passa para 1/4 de Setúbal.

Em consequência, as obras do Mondego registam a mais baixa dotação de sempre; não há dotação para o reflorestamento das áreas áridas do interior serrano; não é contemplada a ampliação da rede pública pré-escolar; permanecem insuficientes as verbas para a acção social escolar na Universidade de Coimbra; são postergadas para os anos seguintes as necessidades em cuidados primários de saúde.

Em resposta, a DORC elaborou entretanto um conjunto de propostas concretas para serem incluídas no PIDDAC, que abrangem as áreas da saúde e acção social; educação e desporto, cultura e património, ambiente, justiça, protecção civil e a rede viária, e que serão

defendidas pelo Grupo Parlamentar do PCP na discussão na especialidade do Orçamento.

SANTARÉM

Reunida na passada semana, a Direcção Regional de Santarém analisou a proposta de Orçamento de Estado, em particular no Plano de Investimentos (PIDDAC), elaborando um conjunto de propostas que correspondem às legítimas aspirações da população do distrito.

Entre estas encontram-se a regularização das bacias hidrográficas dos rios Tejo e Sorraia; a adaptação ao tráfego rodoviário da antiga Ponte Rainha D. Amélia, fazendo a ligação entre os concelhos do Cartaxo e Salvaterra de Magos; a construção do IC3 com prioridade para a ponte Chamusca/Golegã; pontes sobre o rio Sorraia em Benavente, sobre o Alviela em Pernes e entre Cons-

investimentos do Estado. Segundo a DORL, o PIDDAC caracteriza-se por protelar obras cujo final estava previsto para 1997 e 1998. Ilustrando, cita os exemplos dos quartéis da GNR de Merceana, Azambuja e Santa Cruz, o Centro de Saúde do Cacém, o Tribunal Judicial da Amadora, a esquadra da PSP de Camarate - projectos cuja conclusão é arrastada, para já, por mais um ano.

Um outro traço dominante é quebra significativa das verbas previstas em 1996 para aplicação no ano seguinte e a que é agora efectivamente consagrada no PIDDAC/97. A título de exemplo a DORL refere os casos do Tribunal Judicial da Amadora (de 259 mil contos passa para 10 mil contos); o Tribunal Judicial de Sintra (de 528 mil contos para 28 mil contos); o quartel da GNR na Azambuja (de 100 mil contos para 22.500 contos), o quartel da GNR de Santa Cruz (de 95 mil contos para 18 mil contos), ou

Domingos de Rana e Estoril; ou mesmo cinco mil contos para os Centros de São João da Talha, Santo António dos Cavaleiros e Ericeira.

Por fim, a apreciação da DORL salienta que um numeroso conjunto de investimentos não se encontram contemplados, apesar de serem ciclicamente prometidos em campanhas eleitorais. É assim que não está no orçamento a instalação de um meio de transporte de massas sobre carril no corredor de Odivelas, bem como foi esquecido o prolongamento da rede de metropolitano à Falagueira, a Moscavide e Sacavém, a construção do Hospital de Loures e de várias instalações desportivas prometidas a cerca de duas dezenas de escolas do distrito.

Neste quadro, os deputados eleitos pelo círculo de Lisboa vão apresentar um amplo conjunto de propostas em várias frentes. Designadamente na área da saúde, com a inscrição de verba

postas de lançamento de obras na Sede da Sociedade Voz do Operário; a construção de equipamentos de serviços públicos, judiciais e notariais; e a consagração de um esforço financeiro do Estado na adutora da circunvalação, obra recentemente lançada pela EPAL e que é indispensável ao abastecimento de água dos concelhos urbanos da Grande Lisboa. Ao todo, as propostas do PCP para o distrito representam um investimento que ronda os 2,5 milhões de contos.

VILA REAL

Um milhão trezentos e trinta contos é o que o distrito de Vila Real vai perder no próximo ano, diz a Regional do PCP que considera ser esta «uma estranha forma de dar importância ao interior, parar a sua desertificação, superar os atrasos do seu desenvolvimento e diminuir as assimetrias regionais».



As necessidades das populações voltam a ser esquecidas por um orçamento que reduz o investimento

tância e a Praia do Ribatejo; reparação dos diques e limpeza de valas; a construção da escola EB 2,3 no Couço; os IC13 e IC10, com variante à vila de Coruche; a continuação da construção da Casa de Camões em Constância, do Museu Nacional Ferroviário no Entroncamento, o restauro da Casa Museu de Fotografia Carlos Relvas; a conservação da Casa Museu dos Patudos em Alpiarça e reparação da Igreja Matriz na Golegã; a construção do novo quartel da GNR na Golegã.

LISBOA

Descontentes com as opções políticas do OE/97, os comunistas de Lisboa divulgaram na passada segunda-feira as suas propostas de alteração, centrando as suas críticas em particular no plano de

ainda o quartel da Merceana (de 90 mil para 10 mil contos).

Por outro lado, o PIDDAC atribui verbas irrisórias para vários investimentos facto que a DORL interpreta como «um mecanismo para gerar falsas expectativas junto das populações» e uma «tentativa de amortecimento dos movimentos locais de reclamação e de simultânea cobertura a eventuais actos de lançamento de primeiras pedras em ano de eleições».

Só assim se compreende que o Orçamento defina uma verba de dois mil contos para cinco instalações de forças segurança (esquadras da Brandoa, Damaia, Bairro Padre Cruz e Horta Nova; quartel da GNR de Sintra e Divisão da PSP de Sintra), e que para a construção de unidades de cuidados primários de saúde sejam atribuídos 2500 contos, como acontece com os de Alcabideche, São

para o hospital de Loures, centros de saúde e extensões em vários concelhos; na área da segurança das populações, para lançamento de novas instalações da PSP e postos da GNR; nos transportes e acessibilidades, insistindo no transporte de massas no corredor de Odivelas, no prolongamento do das linhas do Metro Colégio/Pontinha e Gare Oriente, e construção de variantes e circulares aos principais núcleos urbanos; na habitação, com a resolução do dramático problema da Quinta do Mocho.

O PCP propõe a transferência de meio milhão de contos, da verba prevista para o complexo do Jamor, para a construção de duas dezenas de pavilhões gimnodesportivos; dotações para construção ou conservação de instalações de instituições de cultura, desporto e recreio, onde se destaca a pro-

A DORVIR reclama a recuperação da linha ferroviária do Corgo, entre Vila Real e Chaves, a reactivação da exploração do sector mineiro no distrito (Borralha - Montalegre; Vale das Gatas - Sabrosa; e Jales - Vila Pouca de Aguiar), e medidas de apoio aos produtos agrícolas, garantindo o seu escoamento a preços compensadores. O PCP reivindica ainda a aplicação do rendimentos mínimo nacional a várias zonas do distrito.

Entre os vários projectos para inclusão no PIDDAC/97 destaca-se a criação do Museu do Douro, a construção de pavilhões gimnodesportivos, de salas de aula, bem como a recuperação de várias instalações escolares. Os comunistas exigem ainda a abertura de um centro de recuperação e tratamento da toxicod dependência em Vila Real.

Açores

PCP quer políticas novas para o arquipélago

Divulgando em conferência de imprensa as conclusões da reunião da DORAA do passado fim-de-semana, José Decq Mota, coordenador regional, considerou que «com a derrota do PSD/Açores abre-se um novo período de democratização do funcionamento do sistema autónómico».

Decq Mota afirmou ser «essencial que o novo poder regional (...) tenha a consciência rigorosa que o tempo da manipulação, do eleitoralismo, do condicionamento e da manobra ilegítima terminou».

Defendendo soluções adequadas aos graves problemas sociais e económicos dos Açores,

o dirigente comunista sublinhou que «a modificação política operada não garante, por si só, a realização de novas e melhores políticas».

Por isso, ressaltando qualquer juízo sobre a futura acção governativa, o PCP define um conjunto de orientações para combater o desemprego e a

pobreza, favorecer o desenvolvimento regional, aperfeiçoar os sistemas sociais básicos e clarificar competências regionais de forma a permitir uma mudança democrática profunda.

A DORAA debruçou-se sobre o programa do VII Governo Regional, que será debatido nos próximos dias na Assembleia Legislativa, salientando que, «são muitas as questões de fundo que separam o PCP/Açores deste programa de governo, mas ciente de que as aberturas que ele contém podem motivar um útil e profícuo diálogo político, decidiu

que a Representação Parlamentar do PCP irá assumir uma posição que contribua para a viabilização e investidura do VII Governo Regional».

Para tal, a DORAA encarregou o seu Secretariado e a representação Parlamentar de, após a apresentação e debate do programa, «decidirem o sentido de voto e as declarações que melhor expressem em simultâneo quer a necessidade de viabilizar o Programa quer a vontade de tornar claras as diferenças que ele comporta em relação ao PCP/Açores e os pontos positivos nele contidos».



Os comunistas exigem que a mudança de Governo nos Açores seja acompanhada de soluções para os graves problemas sociais e económicos

Portalegre Pensões baixas agravam pobreza

Reagindo ao anúncio dos aumentos das pensões de reforma, a regional de Portalegre do PCP afirma em comunicado que «o baixíssimo nível da grande maioria das pensões constitui um dos mais graves problemas sociais» do distrito que apresenta também os índices mais alarmantes à escala nacional, no conforto, envelhecimento da população, e rendimento *per capita*.

Como sublinha a DORPOR, os aumentos de 3,3 por cento significam que os pensionistas não vão ter qualquer aumento real das pensões, já que este valor, inferior «aos míseros 5,3 por cento verificados em 1995», é idêntico ao esperado para a inflação. Quanto à pensão mínima do regime geral e à pensão social, a actualização não ultrapassa o montante ridículo de 37 e 34 escudos por dia, respectivamente.

Também a actualização extraordinária tem um alcance bastante limitado (abrangendo cerca de 40 mil pessoas de um total de um milhão e seiscentos e cinquenta mil pensionistas), uma vez que só se aplica aos que tenham uma longa carreira contributiva e mais de 75 anos de idade. Para a DORPOR

não se compreende esta medida num país onde a esperança de vida é de 72 anos para os homens e 78 para as mulheres. «Mais parece que o Governo do PS está à espera que muitos pensionistas desapareçam para lhe reconhecer, tarde de mais, o direito a uma pensão um pouco mais digna.

Empresas em dificuldade

Também em nota à imprensa, a Concelhia de Portalegre critica o Governo PS pela ausência de medidas para resolver a crise que afecta a economia do concelho.

Nomeadamente, os comunistas referem as dificuldades na indústrias tradicionais, caso das empresas Robinson e Fino's, e o não cumprimento dos compromissos por parte das empresas Johnsons & Control e Hoechst Fibras. A primeira nunca atingiu os 700 postos de trabalho prometidos, enquanto que na Hoechst paira a ameaça da extinção de empregos.

Tripolaridade alterada

Por outro lado, a DORAA manifesta o seu desacordo em relação à proposta de decreto legislativo que estabelece a orgânica do VII Governo Regional, considerando que o projecto de diploma altera a «tripolaridade da distribuição dos departamentos governativos». De facto, as soluções orgânicas anteriores distribuíam os membros do Governo (presidente e secretários) e os seus gabinetes numa porção de 50% em Ponta Delgada e os restantes 50% entre as cidades de Angra e Horta, enquanto a solução actual fixa em Ponta Delgada 67% dos membros do Governo e 33% para o conjunto Angra-Horta. Os comunistas defendem que esta alteração devia merecer um «debate regional atento e consensual» que não foi feito.

O PCP critica ainda a redução de Secretarias Regionais, afirmando que ela impede a necessária redução do número e

racionalização de competências dos Directores Gerais; manifesta reservas sobre a funcionalidade de uma supersecretaria de âmbito social e defende que o departamento responsável pelo ambiente deveria ter poderes efectivos de controlo, decisão e planeamento o que dificilmente acontecerá com a sua integração num departamento orientado para as questões de natureza económica produtiva.

A DORAA frisa que no caso da proposta ser aprovada na generalidade vai bater-se para que na especialidade sejam mantidos o número e a distribuição das Secretarias Regionais, assegurando a divisão das áreas sociais e a autonomização do sector do ambiente.

Na reunião, foram ainda definidas iniciativas e prioridades imediatas para o trabalho político, sendo de destacar a apresentação de uma proposta que garanta desde já o efectivo aumento do número de sessões plenárias da Assembleia Legis-

lativa Regional; a intervenção no sentido da justiça remuneratória, designadamente com propostas para estabelecer um salário mínimo regional e repor o projecto de remuneração complementar para as administrações local e regional.

O PCP pretende também efectuar adaptações ao sistema fiscal que permitam a viabilização financeira de muitas empresas e que corrija as remunerações dos trabalhadores por conta de outrem que são em média 12% inferiores às auferidas no Continente; e conta apresentar uma proposta de alteração do sistema eleitoral que vise a salvaguarda da representatividade de cada ilha e o respeito pela proporcionalidade.

A DORAA decidiu convocar, para os dias 18 e 19 de Janeiro, o Conselho Regional do PCP, o qual se poderá convocar para o primeiro semestre de 1997 o 6º Congresso da organização.

CAMARADAS FALECIDOS

Daniel Antunes do Vale

Faleceu recentemente, com 82 anos de idade, o camarada Daniel Antunes do Vale, natural de Vialonga. Residente no Barreiro, estava organizado na célula do Bairro 4 da freguesia do Barreiro. Foi, enquanto operário da CUF, um destacado militante na luta antifascista e depois do 25 de Abril.

Artur Ferreira Balreira

Faleceu no dia 6 de Novembro, vítima de doença incurável, o camarada Artur Ferreira Balreira. Militante do Partido desde antes do 25 de Abril, foi preso pelo regime fascista. Destacado activista sindical, integrou a Comissão Administrativa Fundadora do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro. Defensor também do associativismo desportivo, o seu funeral constituiu uma grande manifestação de pesar.

Teófilo Matos

Com profundo pesar, a Organização Concelhia de Caldas da Rainha informou o falecimento recente do camarada Teófilo Matos, lutador convicto da causa dos trabalhadores, da liberdade e da democracia.

Membro do Partido desde muito novo, foi aos 25 anos preso pela PIDE, permanecendo nas cadeias fascistas cerca de cinco anos. Foi membro da

Comissão Concelhia de Caldas da Rainha do PCP e pertenceu ao Movimento dos Agricultores da Região. Muito estimado, o seu desaparecimento causou profunda consternação entre amigos e camaradas.

Armando Falcato Simões Alves

Com 80 anos de idade, faleceu no dia 13 de Novembro, após prolongada doença, o camarada Armando Falcato Simões Alves, natural de Estremoz. Fundador do Sindicato dos Médicos, este camarada participou nas campanhas de consultas gratuitas que se realizaram no Alentejo.

Rogério Augusto dos Santos Barreiros

Faleceu no passado dia 14, com 62 anos, o camarada Rogério Augusto dos Santos Barreiros. Muito activo e prestigiado em Barcarena, o camarada foi presidente da Junta de Freguesia nos mandatos de 1979 a 1985. Actualmente era membro da Comissão de Freguesia.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

PCP saúda comunistas dinamarqueses

Por ocasião da realização da Convenção Nacional do Partido Comunista da Dinamarca, o Comité Central do PCP enviou «fraternais saudações, desejando os maiores sucessos aos seus trabalhos», exprimindo a sua solidariedade e manifestando o seu desejo de reforçar as tradicionais relações de amizade e cooperação entre os dois partidos.

Na iniciativa, que decorreu no domingo, o PCP esteve representado por Fátima Garcia, do Secretariado da representação do PCP no Parlamento Europeu.

«O vosso Congresso realiza-se numa conjuntura muito complexa da vida internacional, que coloca aos comunistas novas e exigentes tarefas. Aproveitando a mudança da correlação de forças resultante do desaparecimento da URSS e dos regimes socialistas na Europa de Leste, o imperialismo procura impor a todo o planeta a sua "nova ordem". Uma ofensiva generalizada foi desencadeada pelo grande capital contra os direitos e conquistas sociais e democráticas dos trabalha-

dores e a independência dos Estados soberanos. As desigualdades sociais aprofundam-se cada vez mais. E mesmo nos países capitalistas mais desenvolvidos, o desemprego, a precariedade, a pobreza e exclusão social atingem muitas dezenas de milhões de pessoas», refere a saudação.

O documento prossegue sublinhando que o PCP considera que «a luta em cada país é de importância decisiva», o que não obsta a que se valorize «o reforço da solidariedade internacional dos comunistas, dos progressistas, dos trabalhadores e dos povos», considerado de «enorme importância para o êxito de todos e de cada um na luta pelo progresso social, a democracia, a paz e o socialismo». Nesse sentido, refere o documento, «faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para fortalecer a sua acção comum ou convergente, muito em particular no plano europeu, contra as nefastas consequências do Tratado de Maastricht e a marcha forçada para a "moeda única", que já está a dar lugar a grandes lutas populares».

Santarém prepara o Congresso

Reuniu cerca de 120 militantes a IV Assembleia da Organização Concelhia de Coruche, realizada no Couço, no passado sábado, dia 16.

A Assembleia aprovou um plano de trabalho para 1997, que foi apresentado pelo camarada Armando Rodrigues, membro do CC e do Executivo da DORSA, seguindo-se um debate em que intervieram vários membros da Concelhia, nomeadamente o camarada Manuel Brandão, Presidente da Câmara de Coruche, que anunciou que até ao final do mandato será integralmente cumprido o programa da CDU (já completamente cumprido em algumas freguesias), e a camarada Helena Peseiro que salientou a

necessidade de se reforçar o trabalho junto dos jovens e da mulheres.

A Assembleia procedeu depois à eleição da nova Comissão Concelhia e à eleição dos 10 delegados ao Congresso que competem ao concelho.

No final, interveio o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política e director do nosso jornal, que partiu do texto das Teses para o XV Congresso do PCP para abordar alguns aspectos mais importantes da situação internacional e nacional.

Já no passado dia 9, se tinha realizado a III Assembleia da Organização Concelhia de Alcanena, com a participação de mais de três dezenas de militantes.

A Assembleia aprovou um programa de acção, apresentado pelo camarada Francisco Lancinha, do Executivo da DORSA, contendo dois objectivos principais: a batalha autárquica de 1997 e o reforço do Partido. No debate que se seguiu intervieram vários camaradas sobre estes temas e o camarada Valdemar Marques, membro do Executivo da DORSA e da Concelhia, que presidiu a Assembleia, abordou alguns aspectos da Teses do Comité Central para o XV Congresso. Os trabalhos foram encerrados com uma intervenção de Carlos Brito sobre a situação nacional e as lutas em curso.

Entretanto, também já tiveram realização as Assembleias

Plenárias para discussão das Teses e eleição dos delegados ao Congresso em Torres Novas, Tomar, Almeirim, Entroncamento, Rio Maior, Vale de Cavalos, Vale de Santarém e Vila Nova da Barquinha.

Na Assembleia de Torres Novas, com cerca de três dezenas de participantes, surgiram, no vivo debate que se travou, algumas propostas de alteração às Teses que no final foram aprovadas na generalidade.

A Assembleia de Tomar teve a participação do camarada Blanqui Teixeira, membro do Secretariado do CC, que abordou especialmente os problemas da organização partidária, apontando várias direcções para o seu reforço no concelho.

Centros de saúde encerram à noite

Em comunicado, a DORBE do PCP condena o encerramento nocturno, entre as 20 e 8 horas, dos serviços de atendimento nos centros de saúde de Mértola, Almodôvar e Ourique, além de restrições no acesso aos serviços de urgência do Hospital de Beja.

Os comunistas sublinham a gravidade destas medidas, da responsabilidade do Governo PS, que se juntam à crónica falta de médicos e de enfermeiros e às deficientes condições de trabalho.

Notando que não houve qualquer diálogo da sub-Região de Beja com os trabalhadores envolvidos, o PCP considera «estranhos os critérios técnicos que levaram a fechar uns SAPs e a manter outros abertos». De qualquer modo, esta medida «contraria as promessas eleitorais do PS e põem em causa o direito dos cidadãos à saúde, sobretudo numa região com alta percentagem de idosos».

Por outro lado, prossegue a nota distribuída, «a juntar ao desaparecimento, nos últimos anos, de carreiras ferroviárias e rodoviárias, escola, postos de correio, casas do povo, e à transferência de serviços públicos de Beja para Évora, o Governo do PS, que enquanto oposição criticou estas medidas, continua esta política com o encerramento de postos de atendimento da EDP e prepara-se para centralizar ainda mais empresas estatais em vias de privatização, como a Telecom, e transfere a direcção da JAE para o Algarve.

Avis protesta

Também a concelhia de Avis do PCP protesta em comunicado contra o encerramento das urgências no Centro de Saúde de Avis, entre a meia-noite e as

nove horas da manhã, considerando-a como uma «afrenta à população do concelho».

A concelhia lembra que Avis dista a mais de 60 quilómetros das cidades mais próximas (Portalegre, Évora e Abrantes), com a agravante de algumas freguesias se encontrarem a mais de 20 quilómetros da sede do concelho. Acresce que o concelho tem unidades fabris com laboração nocturna onde existem riscos de ocorrência de acidentes.

O PCP solidariza-se com as populações e apoia os esforços que impeçam o encerramento das urgências de Avis.

João Amaral visita Vizela

O deputado comunista João Amaral deslocou-se recentemente a Vizela para participar numa sessão dedicada ao tema da regionalização, tendo sido recebido em várias instituições da vila e mantido encontros com o Movimento para a Reconstrução do Concelho de Vizela (MRCV), com representantes da Associação Comercial e Industrial, e visitado as termas, Bombeiros Voluntários e a Casa do Povo, onde assinou o livro de honra.

À noite, o deputado falou sobre a regionalização durante uma sessão concorrida, onde criticou o impasse a que chegou o actual Governo por ter cedido às pressões do PSD. Como não podia deixar de ser, foi levantada a velha mas sempre presente questão do Concelho de Vizela.

Como foi referido, «os que por actos negam a criação do

Assembleia na Marinha Grande

Com a participação de Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política do PCP, decorreu, no passado sábado, a VII Assembleia Concelhia da Marinha Grande, que aprovou o relatório e resolução para o reforço da Organização e da actividade do Partido no concelho, e elegeu a nova Comissão Concelhia.

Os comunistas sublinharam a ausência de medidas para defesa e modernização do sector cristaleiro, alertando para as graves dificuldades que enfrenta a indústria da limas. A crise nestes dois sectores e o encerramento de unidades

industriais no sector dos molinos têm repercussões sociais negativas no concelho onde continua a aumentar o desemprego.

Segundo a resolução, o balanço dos últimos três anos, que coincide com a presença do PS à frente do município, indica uma quebra da dinâmica empresarial, que colocou o concelho nos mais baixos índices de desenvolvimento de que há memória.

Em consequência, o comércio e serviços deixaram de funcionar como válvula de escape para os desempregados e particularmente o comércio tradicional sobrevive dificilmente.

Contrariamente às expectativas criadas, o Governo PS não beneficiou o concelho com novos investimentos, assim como não se verificaram os apoios prometidos ao desenvolvimento da rede viária, à despoluição da bacia do Liz, à concretização do ensino superior público, ao ordenamento da orla costeira (nomeadamente o desassoreamento da Praia da Vieira, exigência que mereceu da Assembleia a aprovação de uma moção), à criação de infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento económico e à promoção do emprego.

A Assembleia definiu um conjunto de objectivos políticos e programáticos, onde se destaca a preparação das próximas autárquicas, nas quais os comunistas se propõem recuperar a a maioria na Câmara Municipal. Os comunistas consideram realista este objectivo já que em 1993 a câmara foi perdida por escassos 170 votos, apesar de nessas eleições a CDU ter registado um aumento de votos (320 em relação às anteriores.

PORTO Lançada nova revista

Realizou-se no passado sábado, no centro trabalho da Boavista, a apresentação pública do primeiro número da revista «Diagonal» editada pelo Sector Intelectual do Porto.

Na sessão de lançamento, em que estiveram cerca de uma centena de pessoas, os camaradas Jorge Sarabando, do Comité Central, e Vítor Santos, Presidente do Conselho Directivo do Instituto Superior de Engenharia, desenvolveram o projecto editorial da nova publicação e abordaram o conteúdo de alguns dos textos nela incluídos.

Este primeiro número da «Diagonal» conta, como colaboradores, com Óscar Lopes, Carlos Pimenta, José Luís Borges, Rogério Reis e Mário David Soares.

EMIGRAÇÃO Assembleia em França

Decorreu em Paris a Assembleia Plenária dos membros do PCP a residir em França. Para além da eleição dos seus delegados ao XV Congresso, a Assembleia debateu, de forma viva e participada, a proposta de Resolução Política em particular na parte que se refere à emigração. Manifestando concordância, em termos genéricos, com o texto sobre a «situação dos trabalhadores emigrantes portugueses», vários camaradas apontaram no entanto algumas insuficiências tendo apresentado propostas de emenda às Teses.

Particular atenção mereceu a grave situação no Leste do Zaire e na região dos Grandes Lagos onde populações inteiras morrem ou sobrevivem em condições de grande miséria. A Assembleia manifestou a sua solidariedade para com os povos desta região de África vítimas de tiranos como Mobutu que sempre teve o apoio do Ocidente, em particular da França.

SINTRA Novos militantes

Desde a Festa do «Avante!», a campanha de recrutamento de novos militantes para o PCP já se traduziu no concelho de Sintra em 62 adesões. Destes novos militantes 22 são jovens e 16 são mulheres.

Entretanto, prossegue a bom ritmo a preparação do 15º Congresso do Partido, tendo-se realizado já nas 14 freguesias do concelho 16 reuniões preparatórias, incluindo o sector das empresas, estando marcadas para sábado próximo assembleias de militantes nas freguesias de Algueirão-Mem Martins e Queluz, e, para domingo, em Rio de Mouro.

A organização concelhia de Sintra elegeu 26 delegados ao congresso, estando neste momento já eleitos oito camaradas.

LOURES Variante vai ser construída

De acordo com o despacho do Ministro do Equipamento, irá ser lançada a obra de construção do lanço da variante à EN10 Bobadela/Santa Iria da Azóia. A Comissão Concelhia de Loures do PCP congratula-se com esta decisão e considera que a luta da população conduziu finalmente à concretização de uma das soluções para a melhoria da acessibilidade na zona, assim como para a sua recuperação paisagística e ambiental.

Contudo, o PCP defende que a construção deve ser garantida até ao início da Expo'98 de modo a facilitar a circulação na zona, e deve contribuir para a recuperação ecológica da zona ribeirinha e para uma renovada relação da população com o rio. Os comunistas frisam, no entanto, que, sendo uma obra importante, a variante não pode fazer esquecer a necessidade de novas soluções de acessos na zona, nomeadamente, a construção da ligação entre o Prior Velho e Camarate e o prolongamento do Metro a Moscavide e a Sacavém.

PONTINHA Bairros esquecidos

Durante a visita efectuada no passado sábado à freguesia da Pontinha, Demétrio Alves, presidente da CM de Loures, voltou a responsabilizar o Governo Civil de Lisboa pelo abandono em que se encontram os bairros da Urmeira e Dr. Mário Madeira e a zona da Paiã. Como afirmou, o actual Governador Civil, sob cuja alçada continua importante parcela do território do concelho de Loures, continua sem dialogar com a Câmara, atitude aliás idêntica à do seu antecessor do PSD.

TRABALHADORES

MAGNA DOS TE'S REÚNE NO PORTO

Trabalhadores-estudantes de todo o País participam no sábado na Assembleia Magna, promovida pela federação de associações de TE's, nas instalações do Instituto Superior de Engenharia do Porto. O último número do boletim da FNATES (federação com sede na capital nortenha) divulga a ordem de trabalhos que vai ser proposta à assembleia e na qual figuram questões do Estatuto do Trabalhador-Estudante, do Ensino Superior, do Ensino Decorrente, do Conselho Nacional de Educação. Deverá ser aprovada uma «carta de objectivos imediatos» e eleita a direcção da federação. Registrando que o Estatuto do TE se encontra em fase adiantada de revisão, na Assembleia da República, no editorial é comentado como «lamentável» o facto de, recentemente, estabelecimentos de ensino terem anunciado o encerramento de cursos em horário pós-laboral, sem que o ministro nada faça para o impedir.

SUSPENSO NO CARAMULO

Um delegado sindical da empresa das Águas do Caramulo encontra-se suspenso pela administração que, com este procedimento, «continua a sua política de perseguição» — denunciou o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Indústrias de Bebidas. Num comunicado em que apela à solidariedade de todos os trabalhadores da empresa para com o seu eleito, o sindicato recorda que a administração «no passado recente, tudo fez para levar a delegada sindical da época a rescindir o contrato, por não suportar mais as perseguições que lhe eram movidas». A actividade dos delegados sindicais, refere o SNTIB, «conseguiu pôr fim a algumas das ilegalidades que, há anos, vinham sendo cometidas pela administração» e «é um travão à sua política de desrespeito e não cumprimento da lei e do CCTV»; por isso, os responsáveis da empresa utilizam «todos os pretextos para desmobilizar e perseguir os delegados sindicais, com o objectivo de pôr fim à sua actividade em defesa dos direitos dos trabalhadores».

UNIÃO DE ÉVORA COM CRAVINHO

As declarações sobre o Alqueva, proferidas pelo ministro João Cravinho na AR no dia 14, mereceram o apoio da União dos Sindicatos do Distrito de Évora. Numa nota de imprensa, a USDE/CGTP regista «com aplausos» a afirmação de que o empreendimento avançará independentemente de haver ou não participações da União Europeia. «Não aceitamos que lobbies internos e internacionais, devidamente identificados com interesses obtusos à região, tentem a todo o custo impedir o Alqueva e o Projecto de Desenvolvimento Integrado», afirma a União. «Mas, ao mesmo tempo, não podemos deixar de reafirmar a nossa crítica ao facto de o Conselho Consultivo do Alqueva, onde estão representados os parceiros sociais, não ter sido chamado a pronunciar-se sobre o Projecto de Desenvolvimento Integrado do Alqueva, já entregue em Bruxelas», acrescenta-se na nota da USDE.

No dia 12, quando foi conhecida a entrega do projecto em Bruxelas, o Secretariado Inter-Regional do Alentejo da CGTP (que integra as uniões de sindicatos de Évora, Beja e Portalegre) protestou contra a não audição do Conselho Consultivo e solicitou uma reunião, com urgência, ao ministro do Planeamento e Equipamento, para o interrogar sobre o projecto e, nomeadamente, sobre o futuro da Portucel Recicla, de Mourão.

GOVERNO CORRIGE DOIS POR CENTO

O complemento de reforma anunciado pela Governo para corrigir as pensões degradadas beneficiará, na melhor das hipóteses, somente dois por cento dos reformados — afirma a União dos Sindicatos de Aveiro. Numa nota divulgada sexta-feira, a USA/CGTP refere que a medida anunciada por Ferro Rodrigues aplica-se a reformados com um mínimo de 24 anos de descontos e 75 anos de idade, enquanto a média de contribuições por pensionista se situa nos 16 anos e «só uma pequeníssima parte dos reformados» tem mais de 75 anos.

MENDO DE NOVO?

Transformar os hospitais em empresas públicas de direito privado é uma intenção que insistentes notícias, não desmentidas, atribuem ao Governo e ao Ministério da Saúde, mas que para a Federação Nacional dos Médicos «constitui uma total recuperação do projecto do anterior ministro, Paulo Mendo, que suscitou, há cerca de dois anos, posições de repúdio de todas as organizações médicas». Num comunicado em que lança o alerta à classe e anuncia a realização de reuniões sindicais nos hospitais e distritos, a FNAM previne que «uma das implicações imediatas desta ideia seria a destruição integral de todas as carreiras profissionais, com a consequente institucionalização de uma total instabilidade e precariedade laboral e salarial».

Administração Pública, ferroviários, hotelaria, comércio

Lutas na ordem do dia

O prosseguimento das orientações económicas herdadas do cavaquismo não dá solução aos principais problemas dos trabalhadores e das empresas. À contenção salarial, à limitação de direitos, aos salários em atraso, à destruição do caminho-de-ferro, à instabilidade do emprego e ao aumento do desemprego, os trabalhadores respondem com a luta.

Para hoje foi convocada uma conferência de imprensa do Sindicato da Hotelaria e Turismo do Sul, com o objectivo de anunciar a convocação de acções nos hotéis Ritz, Sheraton, Tivoli e Penta. As lutas deverão coincidir com a realização da cimeira da Organização para a Segurança e Cooperação Europeia, que reúne em Lisboa a 1 e 2 de Dezembro.

2,6 não é novo

A coordenadora da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública considerou anteontem, logo a seguir à reunião de negociações com o Governo, que a proposta de 2,6 por cento de aumentos salariais «é no essencial idêntica à anterior, porquanto continua a apontar para a redução dos salários reais e, nomeadamente, não perspectiva qualquer resolução para a escandalosa diferença de 4,5 por cento entre o valor do salário mínimo da Administração Pública e o salário mínimo nacional».

As demais medidas apresentadas pelo Governo, «ao contrário de mitigarem a inaceitabilidade dos valores avançados

para os salários e pensões, vêm agravar a própria proposta, sendo reveladoras de grande falta de sensibilidade e até desconhecimento do quadro legal vigente».

A Frente Comum decidiu convocar para 5 de Dezembro uma manifestação nacional, pois «perante o carácter inaceitável da proposta salarial do Governo, é fundamental uma adequada resposta por parte dos trabalhadores». A nota de imprensa divulgada terça-feira à noite informa ainda que a Frente Comum vai «continuar o esclarecimento e a mobilização dos trabalhadores, nomeadamente, por formas diversificadas por região e sector, no sentido de decidir adequadas formas de luta face ao evoluir do processo, sem excluir o recurso à greve».

Modernização nos carris

No plenário nacional de organizações representativas dos trabalhadores das empresas do Grupo CP foi reafirmada «a firme determinação dos ferroviários de continuarem a bater-se por um projecto de

verdadeira modernização e desenvolvimento real, harmonioso e sustentado da rede da CP, no quadro de uma empresa única, embora com autonomia funcional e contabilística, em função das necessidades, dos principais sectores de actividade».

A resolução aprovada terça-feira e divulgada pela federação dos Ferroviários (FSTFP/CGTP) aponta uma série de acções a levar a cabo «na defesa do caminho-de-ferro, dos direitos e interesses dos trabalhadores e dos utentes, na defesa dos postos de trabalho»:

— recolher assinaturas para uma petição que leve os deputados a discutir na AR «a situação a que os sucessivos governos arrastaram a CP e que teve altos custos para o País, degradou o serviço prestado e reduziu milhares de postos de trabalho»;

— realizar uma greve de 24 horas a 29 de Novembro, por aqueles objectivos e para exigir a resolução de diversos problemas que se arrastam, como a negociação do Regulamento de Carreiras, a redução da carga de trabalho diário, a garantia dos direitos conquistados;

— constituir delegações que permanecerão diariamente frente ao Ministério do Equipamento, exigindo resposta às propostas da federação e das comissões de trabalhadores;

— convocar para Janeiro um encontro nacional de

representantes dos ferroviários.

Muitas promessas e 21 problemas

O Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa verificou nos últimos dois meses «um disparo dos conflitos laborais na sequência de despedimentos colectivos, encerramentos selvagens, redução de postos de trabalho e aumento dos salários em atraso». A direcção do CESL/CGTP enumerou 21 empresas onde centenas de trabalhadores vivem graves problemas: Renault, Martins & Rebelo, Gonçalves & Fonseca, Móveis Olaio, Sonicel, Nova Ucal, Coop. Agrícola de Loures, Batista Russo, Coop. Prod. Leite de Mafra, Sporting CP, Braz & Braz, Boaventura & Duarte, Mercedes-Benz, Acácio Jorge, JA Ribeiro, Congelândia/Agora, Socoeuropa, Auto Dinis, Camisaria Moderna e Pio Barral Marques.

«A situação situação social vem a degradar-se dia a dia, com o Governo a continuar a fazer promessas de criação de novos postos de trabalho, sem resolver estas situações concretas de aumento do desemprego», comenta o sindicato, que realiza na próxima quarta-feira, dia 27, um encontro de trabalhadores daquelas empresas, seguido de concentração frente ao Ministério do Emprego.

Precariedade fomenta acidentes na construção

Num universo de 337 mil trabalhadores no sector da construção civil e obras públicas havia, no final do ano passado, 289 400 com vínculos precários (contratos a prazo, recibos verdes, trabalho clandestino à hora, ao metro ou à peça), revelou o dirigente sindical José Dinis. Ao intervir sexta-feira num colóquio organizado pela Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção, cha-

mou a atenção para diversas consequências desta situação, referindo que, com a degradação das condições de trabalho, «os trabalhadores são compelidos a aceitar empregos com baixos salários, muitas vezes abaixo dos mínimos legais e convencionais, longos horários e sem condições mínimas de higiene e segurança no trabalho».

Os trabalhadores com vínculos precários «tendem a ocupar empregos com mais ele-

vado grau de perigosidade, insalubridade ou penosidade e a não reclamarem medidas de segurança», disse José Dinis, acrescentando que, «segundo os dados da própria IGT, há uma forte incidência da implicação destes trabalhadores nos acidentes de trabalho perigosos ou mortais».

A iniciativa realizou-se no âmbito da «semana europeia da Segurança e Saúde no local de trabalho».

SEP divulga estudo inédito sobre condições dos enfermeiros

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses deu a conhecer, na passada quinta-feira, um estudo sociográfico sobre os recursos e condições de exercício da enfermagem, trabalho de características inéditas cuja execução o SEP solicitou ao departamento de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa.

Com esta iniciativa, o sindicato ficou na posse de «uma importante caracterização», «um valioso documento de trabalho» para reflexão e identificação de problemas estratégicos, «um suporte científico da acção reivindicativa do SEP, na defesa de melhores condições de trabalho dos profissionais que representa e da população em geral», e «um contri-

buto fidedigno para as futuras discussões, quando tanto se fala em reformas da Saúde» — disse, na conferência de imprensa, Maria Augusta Sousa.

A presidente do SEP (que figurou como presidente da Assembleia Geral na lista única apresentada às eleições de ontem para os corpos gerentes) esteve acompanhada das investigadoras responsá-

veis pelo estudo, Graça Carapinheiro e Noémia Mendes Lopes.

O trabalho teve por base 774 respostas de 1294 enfermeiros vogais dos centros de saúde, enfermeiros directores dos hospitais e enfermeiros chefes dos serviços hospitalares de todas as regiões de Saúde do País, a quem foram enviados 4 questionários.

TRABALHADORES

Unidade e solidariedade marcam uma semana de luta Grundig tem que garantir estabilidade e emprego

Os trabalhadores da GIP entraram em greve há uma semana. A todo o momento, a paralisação pode estender-se às demais empresas do complexo Grundig/Blaupunkt. O PCP vai questionar o Governo acerca do que pretende fazer para garantir que os negócios da multinacional alemã não vão deixar 700 pessoas sem emprego.

A administração da Grundig Indústria de Portugal - uma das empresas em que foi dividida a Grundig Electrónica de Portugal, em 1990, num processo que deu origem ao actual complexo Grundig/Blaupunkt, a maior unidade industrial do distrito de Braga - prepara-se para vender as instalações ao grupo Bosch (que é proprietário de duas das empresas do complexo bracarense). Mas não garante a manutenção dos 700 postos de trabalho.

Ao dar a conhecer os seus projectos, a administração da Grundig afirmava, num comunicado aos trabalhadores subscritos pelos senhores Gadd e Baumann: «Dado o estado embrionário das negociações com a Bosch, assumir neste

momento quaisquer compromissos, seria prematuro e poderia comprometer irreme-



diavelmente o sucesso de todo este processo. A empresa acredita que poderá prestar infor-

mações mais concretas dentro de aproximadamente dois meses.»

À insegurança lançada pela administração, responderam os trabalhadores da GIP logo no dia 12: entraram em greve e foram exigir à gerência que esclarecesse rapidamente as condições em que está a ser preparado o negócio. Na quinta-feira, dia 14, realizou-se



Os trabalhadores querem garantias de que a eventual venda da GIP não vai pôr em causa os seus direitos e os postos de trabalho, de que depende a sobrevivência de centenas de famílias

ciava «o carácter desumano e maximalista das multinacionais», que ainda recentemente se revelou quando a Riker decidiu encerrar a PCB - Produção de Calçado de Braga, em Sete Fontes, deixando todos os trabalhadores no desemprego.

«Estes polvos económicos instalam-se no nosso país, sacam os fundos comunitários que são destinados à economia nacional, exploram os trabalhadores e, quando já estão satisfeitos, partem para outra», denuncia a DORBraga, sublinhando que «compete ao Governo português controlar e exigir o cumprimento das obrigações por parte das multinacionais».

Único partido que se colocou até agora do lado dos trabalhadores da Grundig, o PCP (através dos seus autarcas no grupo de eleitos da CDU), propôs sexta-feira, na Assembleia Municipal de Braga, uma moção sobre este caso, subscrita também pelos grupos do PS, PSD e PP e que foi aprovada por unanimidade.

novo plenário, desta vez com a presença solidária dos trabalhadores de todas as empresas do complexo, das estruturas sindicais do sector e do coordenador da CGTP-IN.

Os trabalhadores da GIP decidiram então iniciar uma greve que só terminará quando a gerência garantir que os postos de trabalho e os direitos não estão em risco; ficou em aberto a possibilidade de a paralisação se alargar aos 4 mil trabalhadores do complexo Grundig/Blaupunkt. Os trabalhadores deslocaram-se ainda ao Governo Civil de Braga, exigindo uma intervenção oficial, tanto mais justificada quanto a empresa recebeu financiamentos estatais e comunitários para criação de emprego (1 milhão de contos do PEDIP, nos finais da década de 80 e princípio da de 90, segundo a direcção regional do PCP).

PCP intervém

O deputado comunista José Calçada esteve segunda-feira em Braga. Depois de reunir com membros das estruturas representativas, revelou aos trabalhadores que o Grupo Parlamentar do PCP ia questionar os ministros da Economia e da Indústria acerca das intenções do Governo perante a grave situação vivida na Grundig.

Já no dia 14, em comunicado aos trabalhadores, o secretário da DORBraga do PCP manifestara a sua solidariedade, prometendo «tudo fazer por forma a contribuir para impedir qualquer despedimento». Nesse documento, a direcção regional do Partido denun-

Os prejuízos e quem os paga

Como motivo para a decisão de «vender áreas industriais» à Bosch, a administração da Grundig aponta os prejuízos do grupo a nível europeu, quantificados em cerca de 62 milhões de contos no ano passado, para os quais a GIP teria contribuído com um resultado negativo de 1,2 milhões de contos, sobretudo em aparelhos de alta fidelidade.

Mas estes argumentos não convencem os trabalhadores.

A dirigente sindical Amélia Lopes disse no plenário de dia 14 que «a Grundig de Braga não contribuiu nada para este prejuízo». «Os trabalhadores sabem que, durante o ano de 1995 as empresas aqui laboraram em pleno e, se não laboraram mais, foi porque a administração não admitiu trabalhadores; mas tiveram trabalhadores contratados a prazo, que depois mandaram embora, depois de sacarem aquilo que lhes interessava sacar» - sublinhou.

Também Carvalho da Silva disse no plenário que «essa teoria de que o grupo Grundig teve grandes prejuízos não é aceitável», frisando que, «na Europa nunca as empresas, em particular as grandes empresas, deram tantos lucros desde a década de 60, como estão a dar actualmente, e a Grundig não é excepção». Lembrou, a propósito, que no País se registam «milhares de falências» de empresas, mas a experiência demonstra que «a empresas falidas e a despedimentos sucessivos» de trabalhadores «correspondem fortunas pessoais e vidas de luxo» dos patrões cujas empresas vão à falência.

Direcção da Casa Hipólito impede retoma do trabalho

Em comunicação que fez chegar a cada um dos trabalhadores, o conselho de direcção da Casa Hipólito intimidou o pessoal desta empresa de Torres Vedras a não retomarem a laboração na passada segunda-feira.

A decisão de regressar ao trabalho tinha sido tomada em plenário, na semana passada, em simultâneo com pedidos de audiência ao primeiro-ministro e aos ministros da Economia e do Emprego. Numa carta que a Comissão de Trabalhadores enviou ao conselho de direcção (com conhecimento ao conselho geral da empresa, que elege aquele órgão), dava-se nota ainda de duas outras decisões do plenário de dia 12: exigir que os responsáveis da empresa tomassem todas as medidas necessárias para retomar o trabalho, nomeadamente a compra de matéria-prima; e prevenir que, caso tais medidas não fossem tomadas, «os trabalhadores estão na disposição de assumirem eles a produção».

Os 400 trabalhadores da Casa Hipólito não recebem salários desde Agosto e a empresa está sem produzir desde essa altura. O conselho de direcção e o conselho geral não apresentaram qualquer proposta para ultrapassar este problema e os membros do órgão executivo não comparecem na empresa há mais de um mês.

«Nas reuniões efectuadas entre a CT e os órgãos do poder local e do Governo, estes reconhecem que a Casa Hipólito é viável, pois tem uma carteira de encomendas de 200 mil contos até finais de 1996 e de um milhão de contos para 1997, e tem ainda assegurado o mercado nacional e o mercado externo» - aponta a Comissão de Trabalhadores, numa nota de imprensa divulgada sexta-feira.

Perante a atitude da direcção da empresa (cuja substituição deverá estar em discussão numa próxima assembleia de accionistas), os trabalhadores resolveram deslocar-se hoje à residência oficial do primeiro-ministro, para exigir do Governo «medidas políticas que criem condições para a viabilização» - disse, ao «Avante!», João Miranda Júnior, da CT da Casa Hipólito.

CT da Lisnave ignorada como antes

A Comissão de Trabalhadores da Lisnave solicitou segunda-feira ao ministro da Economia uma reunião, com carácter de urgência, para tentar romper o «comprometedor silêncio» do Governo acerca do acordo a negociar com o grupo Mello.

A carta enviada ao ministro recorda que em Maio, perante os representantes dos trabalhadores, Augusto Mateus assumiu o compromisso de solicitar a participação formal da CT no processo de reestruturação, de modo a não se repetir a marginalização verificada em 1993, com o Governo do PSD.

A decisão de mandar os ministros da Economia e das Finanças para negociarem com os Mellos um acordo global para continuar o «plano de reestruturação» da Lisnave foi tomada a 3 de Outubro, na presidência do Conselho de Ministros. Passado mês e meio, a CT ainda não foi contactada por nenhum representante do Governo.

Na carta a Augusto Mateus, a CT pergunta que motivos levaram o ministro ignorar os representantes dos trabalhadores na negociação de «questões tão importantes para a vida e o futuro» de quem trabalha nos estaleiros da Margueira, da Mitrena e da Rocha.

O ministro é informado que, em plenários realizados na semana passada, os trabalhadores da Lisnave «reafirmaram que querem ser sujeitos activos em todo este processo».

Vicente Merendes, da CT, adiantou ao «Avante!» que é difícil aceitar como válido, para justificar um novo acordo do Governo com os Mellos, o incumprimento do plano de 1993. Sublinhando a disponibilidade manifestada pelos trabalhadores para reagirem ao silêncio governamental, revelou que na próxima semana deverá ser novamente analisada a situação e definidas outras formas de tomar posição.

Educação e desenvolvimento local

"Educação e Desenvolvimento Local" é o tema de um encontro promovido pelo município de Loures, em cooperação com os agentes educativos, e que está a decorrer no Pavilhão Paz e Amizade, em Loures.

Os trabalhos desenvolvem-se em três painéis: "Educação e Desenvolvimento Local", "Equipamento e gestão da rede escolar" e "Política educativa: situação actual e perspectivas".

Em debate estarão diferentes questões, como - educação pré-escolar, expressões artísticas, património cultural, educação física, acção social escolar, formação profissional e saídas profissionais, educação cívica / exercício da cidadania, bibliotecas e incentivos à leitura.

Em paralelo decorrem actividades complementares - mostra audiovisual, animação sociopedagógica, entre outras.

O objectivo do encontro é contribuir para a informação/formação dos agentes educativos do município e definir perspectivas e propostas de trabalho, no sentido de uma verdadeira cooperação entre autarquia, escolas e comunidade.

Visita à Pontinha

Os autarcas eleitos da CDU na Pontinha e o Presidente da Câmara Municipal de Loures, Demétrio Alves, participaram sábado passado numa visita à Freguesia da Pontinha, para contactar com a população e apreciar algumas obras levadas a efeito e em curso naquela freguesia.

Os autarcas aproveitaram a oportunidade para apreciar, com a população, algumas propostas que têm sido apresentadas à Administração Central, nomeadamente - melhoria dos serviços de saúde; segurança pública; Bairros Dr. Mário Madeira e da Urmeira; acessibilidades e estacionamento junto à futura estação do Metropolitano; construção do Pavilhão Gimnodesportivo.

Resíduos industriais sem licenciamento

O Grupo Parlamentar de "Os Verdes", através da deputada Heloísa Apolónia, entregou na mesa da Assembleia da República um requerimento, no qual se questiona o Governo, através dos Ministérios da Economia e do Ambiente, sobre o funcionamento da estação de armazenagem de resíduos industriais no Quimiparque na cidade do Barreiro.

Foi recentemente inaugurada e está em funcionamento, no Barreiro, uma estação de armazenamento e transferência de resíduos perigosos (industriais), pertencente a um grupo alemão.

Acontece, porém, que a referida estação não está licenciada. Pelo que "Os Verdes" questionam o porquê desta situação e avançam com perguntas específicas, como: qual a precedência dos resíduos, qual o seu destino e se o Governo considera que "os resíduos estão devidamente armazenados e acondicionados, garantindo questões de segurança".

Encontro de reformados

As Organizações de Reformados, Pensionistas e Idosos do Alentejo realizaram sábado passado, no Salão dos Bombeiros Voluntários de Beja, um Encontro de Quadros.

O Encontro foi organizado pelas Federações de Beja, Évora e Portalegre, e teve como objectivos fundamentais a discussão e análise da situação dos reformados, pensionistas e idosos, no caso concreto do Alentejo.

Promessas não cumpridas

Em comunicado à população, a CDU de Antas faz uma "visita" a uma parte dos problemas da freguesia, para verificar que "nada do prometido foi cumprido". É o caso da "água que continua sem chegar à maioria dos aglomerados populacionais, o saneamento por fazer, a luz pública por melhorar, os caminhos por pavimentar". Ou ainda a promessa, incumprida, de "criação de zonas desportivas e de lazer".

A concluir, a CDU sublinha: "Esperamos todo este tempo por acções concretas. Elas não foram concretizadas. É tempo de alertar."

Lisboa disciplina resíduos hospitalares

A Câmara Municipal de Lisboa decidiu passar a proceder apenas à remoção dos resíduos equiparados a urbanos, produzidos nas diferentes unidades de Saúde da capital. Uma medida que decorre da directiva do Ministério da Saúde, que estabelece a classificação e determina o tratamento diferenciado dos resíduos hospitalares.

Cada unidade de Saúde passa assim a ser responsável pela triagem e destino final dos resíduos hospitalares de risco biológico e dos específicos (de incineração obrigatória).

A Câmara de Lisboa decidiu entretanto intensificar a fiscalização junto dos contentores em uso nas Clínicas e Unidades de Saúde, para verificação do cumprimento das normas, em defesa da saúde pública.

Estação arqueológica classificada

O Sítio Arqueológico Romano do "Cerrado do Castelo", localizado no recinto da Escola Primária de Grândola e propriedade da Câmara Municipal, foi classificado, pelo ministro da Cultura, como Imóvel de Interesse Público.

Embora descoberta no início deste século, apenas em 1989/90 aquela estação foi alvo de intervenção arqueológica metódica.

Esta política não, Queremos outra Educação!

A Campanha da JCP, por uma Educação Pública, Gratuita e de Qualidade, prossegue por todo o país, englobando também a luta em torno das alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo.

"Uma possível alteração da Lei de Bases deve ser fruto de um alargado consenso político entre os diferentes visados e protagonistas do processo educativo", sublinha a Organização do Ensino Superior de Coimbra em documento em que, de par das propostas dos jovens comunistas, já amplamente divulgadas - de eliminação gradual do "numerus clausus", atribuição das necessárias capacidades ao ensino superior e politécnico, criação de um grau único inicial no ensino superior, avaliação e melhoria das formações, gratuidade de todos os graus de ensino -, se avança com um conjunto de críticas às alterações à Lei de Bases.

A JCP critica

* O Ministério da Educação por ter apresentado uma proposta de alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo, sem ter promovido um amplo debate entre todos os protagonistas e visados no processo educativo.

* O Ministro da Educação por ter apresentado publicamente uma proposta que foi fruto de pressões por parte de "lobbys" no interior do Ministério e que à partida iria dividir os estudantes afastando-os da discussão global sobre o Ensino Superior que há tanto tempo anseiam. Não seria esse mesmo, o objectivo do Sr. Marçal Grilo? Pensamos que sim. Pensava ele, que assim, não teria os estudantes unidos

na contestação global da sua política de educação.

* A proposta do Ministério da Educação porque:

Representa um verdadeiro atentado ao processo de demo-

promessa que o PS fez há um ano? Não! Esta medida entra em rota de colisão com o prometido que, relembramos, era acabar com o "numerus clausus".

Em relação à atribuição de graus académicos e formação inicial de professores, as propostas apresentadas são uma fraude em dois sentidos. Por um lado não representam a

sários requisitos financeiros, pedagógicos e científicos, mantendo o subsistema do Politécnico sem capacidade para formar o seu próprio corpo docente e para desenvolver trabalho de investigação.

Estas propostas têm como único objectivo o embaratecimento da formação inicial de docentes e de modo geral de todo o Ensino Superior, indo contra a valorização do papel das Escolas Superiores de Educação e do politécnico em geral.

Grilo desapaixonado

Prossegue amanhã, no Algarve, junto das Escolas Secundárias Poeta António Aleixo, em Portimão, e Francisco Gomes, em Olhão, a Campanha por uma Educação Pública, Gratuita e de Qualidade, promovida pela JCP.

Através desta Campanha, a JCP-Algarve aproveita para denunciar "a atitude desapaixonada de Marçal Grilo, face aos problemas que se agudizam no sector da Educação".

A JCP-Algarve refere concretamente o Sistema de Acesso ao Ensino Superior, "segundo o qual as Universidades podem definir os seus próprios critérios de acesso e que se vão somar aos Exames Nacionais", e a proposta de alteração à Lei de Bases, a "recuperação das propinas", continuando por realizar "um plano de desenvolvimento da qualidade do Ensino Superior Público, o assumir de um financiamento estatal sustentado das Universidades Públicas, e o crescimento em valor e quantidade da Acção Social escolar".

Diálogo de surdos? Avaliação? Acesso ao ens. superior? Propinas?

GRILLO DESAPAIXONADO



EXCLUSIVO

Esta é uma entrevista fictícia, que não está longe da realidade, aliás as frases entre " " são verdadeiras (Jornal de Letras de 1996, Publico de 8/7, Agri de Julho).

Pabão. Começamos pelo famoso diálogo.

Grilo. Sim, sim, o diálogo... dialogar até enfiar é o nosso lema, aliás "os estudantes foram a parte que foi mais ouvida neste processo". A oposição diz que eles estão descontentes mas isso não é verdade.

P. Correm boatos que este ano os Exames serão menos?

G. Não, "não vejo razão para diminuir o nº de exames", até são poucos no meu tempo e que era estudávamos noites e ho sem parar, sabíamos os rios, as linhas e ramais da CP, as dinastias... isto é que é bom.

P. Acha que são poucos exames?

G. Sim, sim até já decidimos que "a universidade decide o que quer que o estudante faça além do currículo que tem", isto é, as universidades vão fazer os seus

próprios exames de ingresso, que se vão somar aos do secundário.

P. Mas assim está a dificultar o acesso ao Ens. Superior Público?

G. Isto não é dificultar, é eliminar, por isso também criámos a "rota mínima". As "universidades públicas não dão nem são para todos", nem todos podemos ser doutores, por isso temos que eliminar candidatos, e continuando assim daqui a uns anos não teremos problemas com o acesso porque não haverá candidatos às universidades públicas. Aliás este ano as vagas nas privadas já são mais que nas públicas.

P. Em relação ao Ens. Superior Público diz-se que a sua paixão são as propinas?

G. Sim, sim, "os recursos são escassos", a UE e o G. Soares dizem que não podemos investir na educação, então os estudantes têm de pagar, e é claro que "a propina é independente do nível socio-económico do estudante e do curso frequentado". Todos pagam, inclusive os que não podem que terão de pedir empréstimos, que ao contrário do que diz a oposição não vão fazer os estudantes serem devedores, "o reembolso do empréstimo terá lugar após o início da vida activa" e será diferido por um período "suficientemente dilatado" até uns 10 anos, a dever aos bancos.

P. Que outros projectos têm para o futuro?

G. "Bem temos que ter uma visão gradualista do problema", vamos continuar com a política de direita e com o diálogo surdo e mudo

Esta Política Não, Queremos outra Educação!



Faro - R. Portugal, 44 tel 805734
Silves - R. Franc. Vieira, 11 tel 442274
Olhão - L. Restauração, 25 tel 702631
VRSA - R. 1º Maio, 42 tel 43037



cratização e à qualidade do ensino.

Em relação ao acesso ao Ensino Superior desresponsabiliza o Governo do controverso regime de acesso "passando a bola" para as escolas. Com esta medida o Governo acentua diferenciações entre escolas, passando a haver estabelecimentos de 1ª e de 2ª, originando assim de novo elites no Ensino Superior. Invoca abusivamente a Lei da Autonomia Universitária para impor um novo obstáculo ao acesso, os "candidatos-tipo". Foi esta a

valorização dos cursos das Escolas Superiores de Educação; por outro lado também não significam o acesso dos actuais alunos das ESE's ao 3º Ciclo do Básico.

Reduz-se a duração dos bacharelatos para 2 anos, fazendo com que os actuais e futuros alunos do Politécnico em Portugal frequentem o curso superior de menor duração na Europa e consequentemente de menor qualificação.

Dá-se-lhes a possibilidade de formarem docentes para o 3º Ciclo sem se criar os neces-

Estudantes Novas manifestações de protesto

Mais greves e manifestações de protesto, contra as alterações propostas pelo governo à Lei de Bases do Sistema Educativo, ocorreram ontem em diferentes pontos do país. Acções convocadas pelas associações académicas das universidades do Minho, Algarve, Açores, Viseu e Trás-os-Montes e Alto Douro, na sequência de uma reunião de dois dias, no passado fim-de-semana, em Braga.

As associações académicas do Porto, Coimbra e Aveiro - que também participaram no encontro - demarcaram-se entretanto da ideia de uma greve concertada para todas as universidades.

Na moção aprovada nessa mesma reunião, protesta-se, uma vez mais, contra a falta de diálogo e a falta de consulta, em

tempo oportuno, de "todos os agentes interessados".

As associações decidiram solicitar à Assembleia da República "a promoção de um debate ao nível da sociedade civil", sobre a Lei de Bases do Sistema Educativo, com a participação de associações de pais, conselhos de reitores, sindicatos de professores, estudantes e Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos.

Os estudantes exigem ainda "estar presentes na discussão de todas as propostas de alteração da política educativa e, em particular, nos domínios do financiamento, avaliação, acção social e habilitações para a docência".

Recorde-se que, no Encontro Nacional de Direcções Associativas (ENDA), realizado

nos primeiros dias de Novembro, foi aprovada por maioria absoluta uma moção de consenso em que se sublinha a importância vital de "aumentar o nível de qualificação do corpo docente em todos os níveis de ensino" e se considera essencial "que seja iniciado um debate entre todos os agentes envolvidos no processo educativo".

No mesmo encontro, numa moção aprovada - sobre financiamento, afirma-se que os estudantes "recusam qualquer projecto de financiamento que preveja qualquer espécie de aumento da comparticipação dos estudantes no financiamento do ensino superior" e lembra-se que "o ensino é um direito consagrado constitucionalmente e as famílias já contribuem através dos impostos para a educação".

NACIONAL

Homenagem a dois lutadores

Pires Jorge e Manuel Rodrigues da Silva - "dois homens que desde muito jovens até à sua morte se devotaram inteiramente à luta contra o fascismo, pela liberdade e a democracia, pelo socialismo", como foi sublinhado pelo dirigente comunista Octávio Pato - foram homenageados a semana passada, numa iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, com a atribuição dos seus nomes a duas placas toponímicas, na Quinta dos Inglesinhos à Avenida das Nações Unidas.



Momento da homenagem a Pires Jorge e Manuel Rodrigues da Silva

Na cerimónia de descerramento das placas, Octávio Pato sublinhou, em particular, os dados biográficos dos homenageados.

Manuel Rodrigues da Silva somou "23 anos de prisão nos cárceres fascistas", o que conduzia a uma morte prematura, com 59 anos de idade.

Tinha apenas 13 anos quando ingressou na Manutenção

Militar como operário metalúrgico. Aderiu ao PCP em 1933 e em 1936 era membro do Comité Central e do seu Secretariado. No mesmo ano é preso e deportado, sem julgamento, para o campo de concentração do Tarrafal, onde permaneceu 9 anos.

Após quatro anos de luta na clandestinidade, é de novo preso, em 1949, e condenado a 8 anos de prisão, que se prolongaram por 14.

Joaquim Pires Jorge começa a trabalhar com 11 anos numa fábrica de cortiça. Aos 18 anos é incorporado na Marinha e ingressa na sua Banda de Música. É na Armada que inicia a sua actividade revolucionária, participando na revolta de 7 de Fevereiro de 1927, o que lhe valeu dois anos de deportação para Angola.

De regresso a Portugal, colabora com a Organização Revolucionária da Armada (ORA) e na distribuição do "Avante!". Ingressa no PCP em 1934. Participa activamente na reorganização de 1940/41. No III Con-



Octávio Pato referiu a vida de luta dos dois homenageados

gresso do PCP é eleito para o CC e em 1950 passa a membro do Secretariado.

Ao longo da sua vida é preso por diversas vezes. Em Dezembro de 1961 é preso e condenado a 10 anos e medidas de segurança.

No 25 de Abril de 1974 encontrava-se em Paris. Em Outubro, preside à sessão de abertura do VII Congresso do PCP. Faleceu em Lisboa, em 6 de Junho de 1984.

Alentejo discriminado

"A situação que se vive no Alentejo é angustiante e este PIDDAC acentua as desigualdades e aumenta as nossas mais justificadas apreensões", afirma-se numa tomada de posição aprovada por unanimidade pelo executivo da Câmara de Beja, em reunião realizada a semana passada e envolvendo eleitos da CDU, PS e PSD.

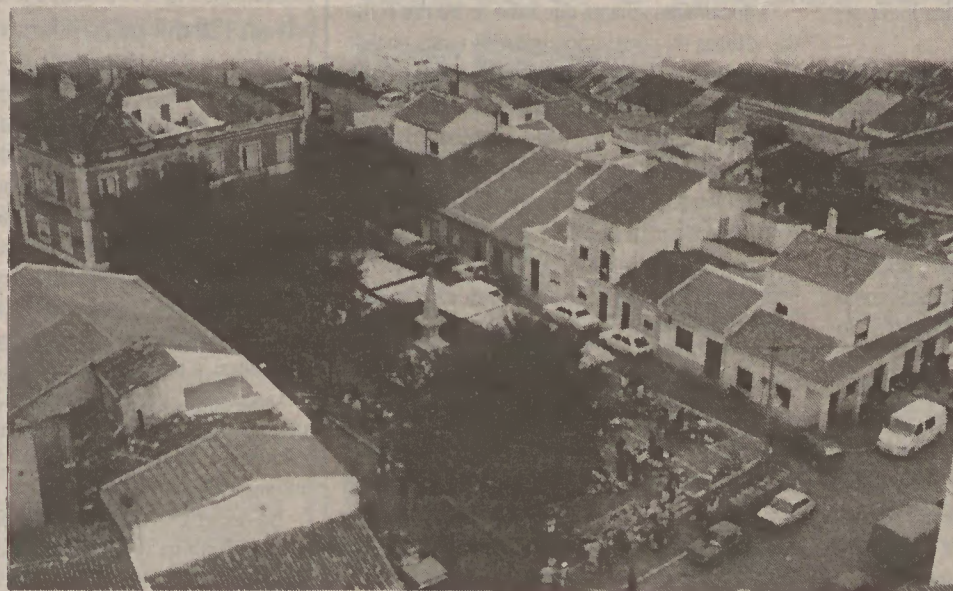
No documento - a ser enviado ao Ministro do Planeamento, Grupos Parlamentares e deputada do Partido "Os Verdes" - sublinha-se que "dos 450 milhões de contos para o todo nacional, o PIDDAC reserva apenas 29 milhões para o Alentejo, ou seja, 4,86% do total". Isto para "um terço do território português, onde se verificam as mais assustadoras taxas de desertificação humana e física, onde de há longo tempo se reclama por uma intervenção de emergência, onde empresários, trabalhadores e população em geral desesperam com um rendimento médio que mal passa os 40% da média europeia".

O documento da Câmara de Beja refere em particular a situação do distrito e sublinha o caso da capital, avançando com exemplos concretos: "A normal continuidade de obras em execução (Instituto Politécnico, Hospital Distrital, Escola Superior Agrária) exige um mínimo de um milhão de contos; as obras previstas para ini-

ciar em 97 (Esc. Superior de Enfermagem, Estalagem da Juventude) exigem cerca de seiscentos mil contos. O total previsto é de um milhão e duzentos mil. E a construção do centro para deficientes profundos? A instalação da Escola Superior de Tecnologia e Gestão? A recuperação do edifício da Casa Pia? Os pavilhões

desportivos das escolas Mário Beirão, Santiago Maior e Santa Maria? O edifício para a Direcção e 2ª Repartição de Finanças? O edifício para as Conservatórias e Notariado?"

Múltiplas perguntas sem resposta - apesar de estarem em causa "necessidades imperiosas constatadas por vários governantes".



Beja - uma cidade afectada pela política orçamental do Governo

Lisboa e Havana

Acordo de cooperação

A Área Metropolitana de Lisboa (AML) e a Assembleia Provincial del Poder Popular da cidade de Havana assinaram um protocolo de cooperação, na sequência da deslocação de uma delegação de Lisboa, para participar no IV Encontro pela Cooperação e Solidariedade dos Municípios Ibero-americanos com Havana.

O protocolo agora assinado pelos presidentes das respectivas instituições - Daniel Branco, da Área Metropolitana de Lisboa, e

Conrado Martinez Corona, da Assembleia Provincial de Havana - prevê o desenvolvimento da cooperação nas áreas do urbanismo, meio-ambiente, infra-estruturas, serviços, cultura, emprego, saúde, educação, investigação tecnológica, comércio e indústria e estende-se por um período de cinco anos.

A delegação da AML integrava, para além do seu presidente, os presidentes das Câmaras Municipais de Sesimbra e Montijo, con-

tando ainda com a participação de autarcas de diversos municípios, assim como de alguns empresários.

O IV Encontro pela Cooperação e Solidariedade dos Municípios Ibero-americanos com Havana realizou-se nos dias 13 a 15 de Novembro, por ocasião das comemorações do 477º aniversário da fundação da cidade de San Cristóbal de Havana e do 58º aniversário da criação da Organização Ibero-americana de Cooperação Intermunicipal.

Lei de Bases

FENPROF toma posição

A FENPROF "discorda em absoluto da metodologia" adoptada pelo Ministério da Educação ao abrir, "sem o necessário debate", um processo de alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo, "um documento de fundamental importância para o desenvolvimento e qualidade do Sistema de Ensino", e responsabiliza mesmo o ME "pelo conflito criado".

Em documento sobre as propostas de alteração à Lei de Bases, a FENPROF começa por sublinhar que o apontar para uma "redução da duração dos bacharelatos para 2 anos indicia que o ME pretende embaratecer a formação de professores para o ensino básico". O que na prática significa caminhar "em sentido inverso do que seria necessário face aos imperativos da melhoria da qualidade dessa formação".

A FENPROF defende que a Lei de Bases deve ser revista. Uma revisão que, entretanto, tem que "ser antecedida, em diálogo com todos os parceiros, da definição dos objectivos de formação para os diferentes níveis e ciclos de ensino e da sua correspondente tradução curricular no que se refere a formação científica específica, formação em ciências da educação e prática pedagógica, que conduzirá à definição da duração dos cursos e das qualificações mínimas a exigir ao corpo docente das instituições de ensino, quer do universitário, quer do politécnico".

A FENPROF aposta, nomeadamente, num "sistema integrado e diversificado, onde coexistam e se articulem instituições de vocações distintas e com cursos com durações variadas que proporcionem uma formação correspondente a objectivos diferenciados".

Como primeiro passo propõe-se que as escolas politécnicas que garantam as condições necessárias, deverão poder atribuir licenciaturas.

A preocupação - central - da elevação da qualidade de ensino - leva à exigência de uma formação inicial, na base da licenciatura para todos os níveis, que inclua componentes científica e pedagógica e estágio profissional, com "a duração mínima de 5 anos".

Um outro aspecto abordado no documento é a revisão do actual regime de habilitações para a docência. Concordando com o princípio de que a habilitação será conferida "pela definição dos requisitos mínimos necessários a cada uma das áreas-grupo de docência", a FENPROF considera, entretanto, que deverão ser as escolas superiores a adequar os seus currículos àquelas exigências, e não o contrário.

Finalmente, a FENPROF responsabiliza o Governo pela "ausência de medidas que assegurem aos estudantes dos ensinos público e privado a equidade no acesso à docência no ensino público" e chama a atenção para os fortes indícios de "uso de meios eticamente duvidosos pelas escolas privadas de formação de professores, às quais nem sempre são exigidos os requisitos mínimos indispensáveis".

INTERNACIONAL

Campanha contra exploração sexual

Reunidas durante a semana passada na Grã-Bretanha, representantes de associações de mulheres provenientes de 130 países trocaram experiências na luta contra a discriminação e lançaram uma campanha mundial contra a exploração sexual. Na Conferência Internacional sobre Violência, Abusos e a Cidadania das Mulheres verificou-se que os crimes contra o sexo feminino está a aumentar nos países do terceiro mundo, mesmo aqueles que construíram sistemas democráticos após anos de ditaduras ou colonialismo. Por exemplo, na Índia, onde o nascimento de um rapaz é visto como um presente e o de uma rapariga como um fardo, os crimes contra mulheres aumentaram 25 por cento nos cinco anos que precederam 1993. «Na Tailândia, um homem pode alugar o corpo da sua filha de 12 anos a um especialista de "turismo sexual" sem problema. Mas, se ele pisar uma moeda com a efigie do rei, arrisca-se a ser punido por crime de lesa-majestade», denunciou Janine Lush, uma delegada inglesa. Contudo, nas sociedades desenvolvidas, as situações de violência também existem e não conhecem nenhum tipo de barreiras, nem étnicas nem sociais. Segundo um estudo recente, em Londres, 25 por cento de mulheres com profissões liberais são maltratadas em casa. No Japão, 59 por cento das mulheres é vítima de abusos psicológicos por parte do seu parceiro, o mesmo sucedendo com 39 por cento nos EUA.

Nova agência de armamento

A Alemanha, a França, a Itália e o Reino Unido assinaram, na semana passada, o documento da criação do Organismo Conjunto em Matéria de Armamento (OCCAR), com o objectivo de «harmonizar os programas armamentistas dos países membros da UE», procurar favorecer a preferência europeia para a compra de material militar e competir com a indústria norte-americana. Fazem parte dos projectos a produção de um veículo blindado para a Infantaria, do helicóptero de combate franco-alemão «Tigre» e uma fragata antiaérea.

Curdistão

Oitenta e cinco separatistas curdos do PKK foram mortos recentemente pelo exército turco, no sudoeste do país. De acordo com a agência Anatólia, verificou-se apenas uma vítima mortal no lado governamental. Entretanto, o PDK e o UPK, as duas facções

Bósnia Mais uma conferência

A Conferência sobre a Bósnia, realizada no final da semana passada em Paris, decidiu prolongar para 1997 a presença da força da NATO na ex-Jugoslávia.

Segundo uma fonte anónima citada pela Lusa, a quase totalidade dos países membros da organização, juntamente com a Rússia, «vêm a necessidade de permanecer» na Bósnia, estando «muito orgulhosos do que foi feito» durante este ano.

A NATO tem como objectivo «manter uma força dissuasora de qualquer retoma do conflito e capaz de dar apoio mínimo às organizações civis na reconstrução do país». A nova força terá a designação de SFOR (Força de estabilização) e terá 20 a 30 mil homens, dos quais 8500 americanos.

Actualmente, a IFOR, cujo mandato expira no fim de 1996, totaliza 43 milhões de homens.

Os sérvios já se afirmaram contra este alargamento do mandato da IFOR. «Essa força não pode ter um papel de polícia», declarou Aleksa Buha, o ministro dos Negócios Estrangeiros

da República Federal da Jugoslávia.

A Jugoslávia reivindica a introdução do auxílio dos EUA à Federação croato-muçulmana

nos acordos de desarmamento assinados em Viena e em Florença, de modo a serem controlados. Relembre-se que os norte-americanos treinam e equipam aquela federação, no âmbito do programa «Train and Equip».

Afirmando que o seu país não está satisfeito com a forma como estão a ser aplicados os

acordos de desarmamento e de controlo de armamentos, o dirigente sérvio pediu «para sermos tratados equitativamente pela comunidade internacional em matéria de reconstrução económica. A Jugoslávia recebeu apenas 1,5 por cento dos 900 milhões de dólares afectados pelos países patrocinadores, quando

os critérios estipulam que deveria receber pelo menos um terço da ajuda económica.

«Se a comunidade internacional não quer tratar de forma igual a República Federal da Jugoslávia e a Federação, pediremos autorização para resolver o problemas de outro modo, através de acordos bilaterais, por exemplo», disse Buha.

A conferência tinha como principal objectivo a adopção dos princípios directores de um «plano de consolidação da paz» com a duração de dois anos, de forma a facilitar a implementação das instituições políticas colegiais. O documento assinado retoma no essencial o texto dos acordos de Dayton, concluídos há um ano, e prevê a instauração de «uma verdadeira democracia», especialmente pela promoção da liberdade de expressão e a cooperação com o tribunal penal internacional para os crimes de guerra.

Mas se no papel as desigualdades são tanto visíveis, no terreno...



Uma das muitas cenas de guerra de que a Bósnia foi palco

Na última década

Dois milhões de crianças mortas

Dois milhões de crianças morreram e seis milhões ficaram feridas na última década, em sequência de guerras e conflitos armados, de acordo com um relatório das Nações Unidas divulgado recentemente.

«Milhões de crianças são arrastadas pelos conflitos onde não são simples espectadores, mas o alvo. Algumas tombam vítimas da ofensiva generalizada contra civis, outras morrem no âmbito de genocídios calculados. Muitas sofrem os efeitos da violência sexual ou múltiplas privações dos conflitos armados, expondo-as à fome ou à doença, sendo milhares delas cinicamente exploradas como combatentes», declara no documento preparado

por Graça Machel, antiga ministra da Educação de Moçambique e viúva do ex-presidente Samora Machel.

O documento adianta que mais de 90 por cento das vítimas da guerra são civis, das quais metade são crianças, sublinhando «as ameaças muito particulares que enfrentam as raparigas e as mulheres durante os conflitos» sujeitas a «violações e outras formas de violência com armas de guerra».

No plano prático, este relatório defende o fim do recrutamento para as forças armadas de pessoas com menos de 18 anos, bem como a realização de uma campanha a favor de um estudo aprofundado sobre o impacto das sanções nas crianças.



«Milhares de crianças são cinicamente exploradas como combatentes», denuncia a ONU

Médio Oriente

Na ausência da paz

Mais uma vez as esperanças dos palestinianos não se concretizaram. Mesmo depois de saírem para as ruas a comemorar o possível acordo sobre a retirada israelita de Hebrón, mostrando a sua confiança na Conferência Económica para o Médio Oriente e Norte de África, o governo de Netanyahu não cumpriu os acordos assinados em 1995 sobre a saída desta cidade, onde vivem 120 mil palestinianos e 400 colonos judeus.

A conferência, realizada no Cairo e onde participaram mais de 4 mil delegados de 80 países, pouco adiantou no processo de paz israelo-palestiniano. Warren Christopher, secretário de Estado norte-americano, assegurou no primeiro dia que um acordo sobre Hebrón estava «mesmo à mão». Contudo, este não se realizou visto Israel exigir que as suas tropas sejam autorizadas a perseguir sem restrições suspeitos palestinianos dentro da cidade.

Hosni Mubarak, o presidente egípcio, considerou que «os únicos inimigos que temos - cristãos, muçulmanos e judeus - são a pobreza, a ignorância, a intolerância e a falta de visão de futuro».

O secretário-geral das Nações Unidas defendeu que «uma cooperação económica eficaz deve basear-se numa paz justa e global» e que esta «sem o desenvolvimento e a liberdade, fica ameaçada e sujeita à instabilidade».

Na declaração final, os participantes «reafirmaram a determinação de prosseguir na via dos acordos concluídos e sublinharam a necessidade crucial de uma aplicação fiel e rápida dos acordos por todas as partes». O levantamento das medidas restritivas e do encerramento dos territórios palestinianos foram medidas apontadas como urgentes.

No documento, os signatários comprometem-se a expandir e aprofundar a paz, pois reconhecem a necessidade de todas as partes de viverem em paz, prosperidade e segurança.

Israelitas pessimistas

Numa recente sondagem lavada a cabo em Israel, a população mostrou-se muito pessimista. Das pessoas inquiridas, 48 por cento consideraram que «Israel não está no bom caminho», contra 37 por cento que têm opinião contrária. Em Julho, a diferença entre pessimistas e optimistas era inversa.

A mesma tendência surge quanto à «confiança no governo». Enquanto que, no princípio do Verão, 55 por cento dos entrevistados mostravam-se confiantes na coligação de direita no poder, em Outubro as pessoas com essa opinião não ultrapassam os 44 por cento.

Sobre o plano de segurança, 56 por cento dos inquiridos em Julho afirmavam que Israel tinha uma «boa» ou «muito boa» postura, contra 37 por cento em Outubro; 59 por cento dos israelitas acreditam numa «nova guerra» contra 41 por cento que pensam o contrário.

INTERNACIONAL

Cimeira da FAO

Um exercício de hipocrisia

840 milhões de pessoas passam fome no mundo. Dir-se-ia que ninguém pode ficar indiferente à imensa tragédia que tal número representa, mas não é verdade. No passado domingo, no final da cimeira da FAO em Roma, o texto de boas intenções adoptado não passa de mais um exercício de hipocrisia para a generalidade dos Estados ditos desenvolvidos.

«Uma vergonha» — intervenção de Fidel Castro

A fome, inseparável companheira dos pobres, é filha da desigual distribuição das riquezas e das injustiças deste mundo. Os ricos não conhecem a fome.

O colonialismo não foi alheio ao subdesenvolvimento e à pobreza que afecta hoje grande parte da humanidade. Tão pouco lhe são alheios a ofensiva opulência e o esbanjamento das sociedades de consumo das antigas metrópoles que submetem pela exploração grande parte dos países da Terra. Por lutar contra a fome e a injustiça morreram milhões de pessoas em todo o mundo.

Que pensos de mercurocromo vamos aplicar para que dentro de 20 anos haja 400 milhões em vez de 800 milhões de esfomeados?

Estas metas são, pela sua própria modéstia, uma vergonha.

Se 35 mil pessoas morrem de fome todos os dias, metade das quais crianças, por que é que nos países desenvolvidos se arrancam olivais, se sacrificam rebanhos e se pagam quantias avultadas para que a terra não produza?

Se o mundo se comove com razão quando ocorrem acidentes, catástrofes naturais ou sociais que matam centenas ou milhares de pessoas, por que não se comove do mesmo modo face a este genocídio que ocorre diariamente diante dos nossos olhos?

Se se organizam forças de intervenção para prevenir a morte de centenas de milhares de pessoas no leste do Zaire, que havemos de fazer para evitar que morram de fome um milhão de pessoas por mês no resto do mundo?

São o capitalismo, o neoliberalismo, as leis do mercado selvagem, a dívida externa, o subdesenvolvimento, o intercâmbio desigual que matam tantas pessoas no mundo.

Por que se investem 700 mil milhões de dólares por ano em gastos militares e não se aplica uma parte desses recursos no combate à fome, a impedir a deterioração dos solos, a desertificação e a desflorestação de milhões de hectares por ano, o aquecimento da atmosfera, o efeito de estufa, que incrementa ciclones, escassez ou excesso de chuvas, a destruição da camada de ozono e outros fenómenos naturais que afectam a produção de alimentos e a vida do homem na Terra?

As águas contaminam-se, a atmosfera envenena-se, a natureza destrói-se. Não é apenas a escassez de investimentos, a falta de educação, de tecnologia, o crescimento acelerado da população, é o meio ambiente que se deteriora e o futuro que cada vez mais se compromete.

Por que a produção de armas cada vez mais sofisticadas após o fim da guerra fria? Para que se querem essas armas senão para dominar o mundo? Para que a feroz concorrência para vender armamentos a países subdesenvolvidos, que não os tornarão mais poderosos para defender a sua independência e onde o que há para matar é a fome?

Para que acrescentar a todas estas políticas criminosas bloqueios absurdos que incluem alimentos e medicamentos, para matar de fome e de doença povos inteiros? Onde está a ética, a justificação, o respeito pelos mais elementares direitos humanos, o sentido de tais políticas?

Que reine a verdade e não a hipocrisia e a mentira. Tome-mos consciência de que neste mundo deve acabar a hegemonia, a arrogância e o egoísmo.

Os sinos que dobram hoje pelos que morrem de fome todos os dias, dobrarão amanhã pela humanidade inteira se não quiser, não souber ou não puder ser suficientemente sábia para se salvar a si própria.

A cimeira da FAO não teria história se não fosse o desespero de alguns responsáveis de países do chamado Terceiro Mundo, quase todos «bons alunos» do FMI e, muito em especial, a coragem do dirigente cubano Fidel Castro.

Sem papas na língua, Fidel Castro, num discurso que reproduzimos em separado, agitou as águas chocas da cimeira chamando o verdadeiro nome às coisas: a fome e o subdesenvolvimento não existem por acaso - os ricos não conhecem a fome; é uma autêntica vergonha que o «grande» objectivo da humanidade seja contar, dentro de 20 anos, com 400 milhões de esfomeados.

Por seu turno, o administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Gustave Speth, furioso pelo ostensivo lavar de mãos dos Estados ricos - cada um que trate de si -, lançou um alerta que vale a pena reter: «O mundo de hoje é uma máquina de fabricar o desastre, e vai continuar a fabricá-lo até que ataquemos as suas raízes.»

Duas ideias-chave que vale a pena reter, até porque o documento aprovado na cimeira - adoptado por todos - não traz nada de novo. Nem sequer a afirmação de que cada ser humano «deve ter



A fome é companheira dos pobres

direito a uma alimentação adequada» é para levar a sério. Num documento interpretativo, os EUA põem a nu a sua hipocrisia, deixando claro que (sic) «os Estados Unidos crêem que a realização de um qualquer «direito à alimentação adequada» ou de um «direito fundamental de estar ao abrigo da fome» é um objectivo ou uma aspiração (...) que não deve suscitar nenhuma obrigação internacional». Sem comentários.

Encontro histórico em Roma

O encontro histórico que reuniu terça-feira no Vaticano o Papa João Paulo II e o Presidente cubano Fidel Castro dominou a cena política internacional desta semana.

Apresentado como uma vitória da diplomacia de «pequenos passos» que há muito vem sendo desenvolvida por dignatários das duas partes, o encontro tratou oficialmente «o desenvolvimento da sociedade cubana» e a situação de Cuba na comunidade internacional. Expressões suficientemente vagas para nelas caberem tudo sem nada concretizar.

Com excepção do convite de Fidel a João Paulo II para visitar Cuba, prontamente aceite, a importância do encontro gira em torno do próprio facto de se ter realizado e de todas as suas eventuais implicações.

É por de mais evidente que para Cuba, há décadas debaixo do fogo americano das sanções económicas, do embargo e do bloqueio, submetida às maiores pressões políticas e económicas que se possa imaginar, o encontro do Vaticano constitui um passo importante na quebra do isolamento a que tem estado forçada pelos Estados Unidos. Como importante foi a aprovação na cimeira ibero-americana do México e na Assembleia Geral da ONU da condenação da política norte-americana em relação à pequena ilha. Como importante foi a intervenção de Fidel Castro na cimeira da FAO, que referimos nesta página, que mobilizou todas as atenções.

Torna-se evidente o isolamento dos EUA nesta matéria, como isolados têm vindo a ficar noutras questões como a recente intervenção

contra o Iraque ou o veto, anteontem concretizado, à recandidatura de Butros-Ghali à frente da ONU, contra a posição de todos os restantes membros do Conselho de Segurança.

Dito isto, convém no entanto não cair na tentação de optimismos excessivos. É que as contradições do processo não implicam necessariamente a adopção de mais justas decisões na complexa panóplia das relações internacionais. O Vaticano, como os EUA, tem interesses que pouco ou nada têm a ver com o direito dos povos à livre escolha do seu destino. O Papa que veio da Polónia e que, com o imperialismo americano, contribuiu de forma decisiva para a derrocada do Leste, pode hoje manifestar-se preocupado com a sorte dos povos entregues à voracidade selvagem do capital, mas está antes do mais preocupado em criar condições para aumentar o Poder da Igreja Católica no mundo, sacrificando se necessário os direitos humanos, como testemunha dramaticamente a sua actuação em relação à Indonésia e a Timor-Leste.

Pontualmente, as estratégias podem ser diferentes, mas os objectivos nem tanto. Resta saber se o que está a decorrer nesta aparente rota de colisão com os EUA não vai servir à administração Clinton para inverter a sua posição em relação a Cuba, passadas que são as eleições, e adoptar formas mais eficazes de ingerência.

O tempo dirá se os cubanos, agora tão perto de Deus e tão longe dos EUA, não vão perder pela fé o que conseguiram ganhar contra a força bruta.

rivals curdas em confronto no norte do Iraque, comprometeram-se a respeitar o cessar-fogo, reforçando-o e tornando-o permanente. No documento assinado em Ancara na sexta-feira reiteram «o seu empenhamento em não perturbar os serviços civis com objectivos políticos» e «a sua promessa de não procurarem provocar a intervenção de forças exteriores que possam agravar o conflito».

Presidenciais na Roménia

O democrata-cristão Emil Constantinescu venceu a segunda volta das eleições presidenciais da Roménia, com mais de 55 por cento dos votos contra os 44 por cento do actual presidente Ion Iliescu. Iliescu indicou que vai «conduzir uma oposição construtiva e cooperar com a nova maioria».

Com a vitória da direita nas municipais de Junho, nas legislativas de Novembro e nas presidenciais de domingo, Constantinescu pode concretizar o seu programa liberal de privatizações, desregulamentação, apelo aos capitais estrangeiros privados e ajuda de institutos financeiros internacionais. Paralelamente, levará a cabo um retorno à ideia de «religião e família».

Municipais na Sérvia

Domingo, dez mil pessoas saíram à rua em Belgrado, a capital da Sérvia e da República Federal da Jugoslávia, para comemorar a vitória nas eleições municipais da oposição à coligação governamental liderada pelo Partido Socialista do presidente Milisevic. A oposição, formada pelo Movimento de Renovação Sérvio, do Partido Democrático e da Aliança Cívica, obteve a maioria em 38 dos 189 municípios. Anteriormente tinha apenas quatro.

Trabalhadores em França

Na semana passada, a França foi marcada por diversas lutas de trabalhadores. Quinta-feira, verificou-se uma grande adesão à greve dos jornalistas, que protestavam contra o projecto do governo que visa retirar aos profissionais da informação a diminuição em 30 por cento do IRS. Esta dedução fiscal foi implantada há 50 anos e visa compensar as despesas de representação. No dia seguinte, foi a vez dos trabalhadores dos transportes urbanos. No sábado, realizaram-se manifestações em todas as principais cidades do país contra a situação económica geral, em que participaram empregados do sector público e privado, desempregados, reformados e estudantes.



Afirmando-se «espaço de liberdade, alegria, luta e reflexão»

JCP comemorou 17.º aniversário

A festa no Ritz Club, em Lisboa, foi um dos pontos altos das iniciativas com que a JCP assinalou o seu 17º aniversário no passado sábado, por todo o País. Largas dezenas de jovens ocuparam por completo esta conhecida casa de espectáculos alfacinha, organizando uma festividade onde nada faltou, desde um bolo de aniversário com 17 quilos, à original canção de parabéns com música da Internacional. Pelo meio ergueu-se animado convívio, e também a intervenção política feita de críticas directas ao Governo de António Guterres que «continua a agravar os problemas que há anos afligem a juventude portuguesa», nomeadamente nas áreas do ensino, do emprego e da habitação. «Esta paixão é uma traição!», gritaram, sem tergiversações, os jovens comunistas portugueses, aludindo à «paixão pela Educação» afirmada por António Guterres na campanha eleitoral que o levou ao poder. O Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, foi recebido em apoteose pelos convivas, proferindo uma intervenção onde não poupou críticas à política governamental, nomeadamente em relação à juventude.

O início do encontro do Ritz Club estava marcado para as quatro da tarde, horário que cumprimos. E os convivas também, dado que nessa altura já a multidão de jovens tomara conta de todos os cantos do recinto. Bebia-se e conversava-se às mesas, subia-se e descia-se escadas num corropio permanente, deambulava-se pela zona central numa espécie de «espera em andamento», conversas e encontros atavam-se e desatavam-



O Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, em pleno convívio com os jovens comunistas na festa do Ritz Club

-se numa alegria garrida. Tudo mexendo ao som da música que a aparelhagem central do Ritz Club debitava em generosos decibéis. Animação a rodos, onde o melhor parecia estar sempre para vir.

E veio. Primeiro na voz de João Queirós, jovem comunista que, a solo com a sua guitarra, marcou do palco o ritmo seguinte: belas canções de agora e de sempre, onde Zeca Afonso foi o grande homenageado. A multidão conhecia as letras e as músicas e os coros erguiam-se facilmente, ora advertindo «não nos obriguem a vir para a rua gritar!», ora assinalando a «tua querida presença, comandante Che Guevara», ora saltitando com Maria

Faia, ora, ainda, viajando sem transição por melodias recentes que todos acompanhavam sempre sem hesitações.

Por insistência do público, João Queirós fez um *encore* com uma bela canção onde se dizia que «a velha história ainda mal começa! e agora volta tudo ao que era dantes», pelo que «se há um camarada à tua espera! não faltes ao encontro, se constante». Os aplausos explodiram de novo, apenas abrandando quando se preparou o palco para as intervenções políticas.

Um Governo «rasca»

«A JCP é um espaço de liberdade, de alegria, de luta e de reflexão!», afirmou Susana Duarte no meio de aplausos entusiásticos dos ouvintes. Esta jovem dirigente da JCP proferiu a primeira intervenção do breve comício realizado na festa do Ritz Club, seguindo-se-lhe Carlos Carvalhas. Minutos antes, e no mesmo ambiente informal, haviam subido ao palco outros responsáveis da JCP, nomeadamente José Vilhena, Paula Peres, Fernando Ramalho, Ana Ramos, Paulo Raimundo, Ana Ferro e Alexandra Silvestre (que apre-

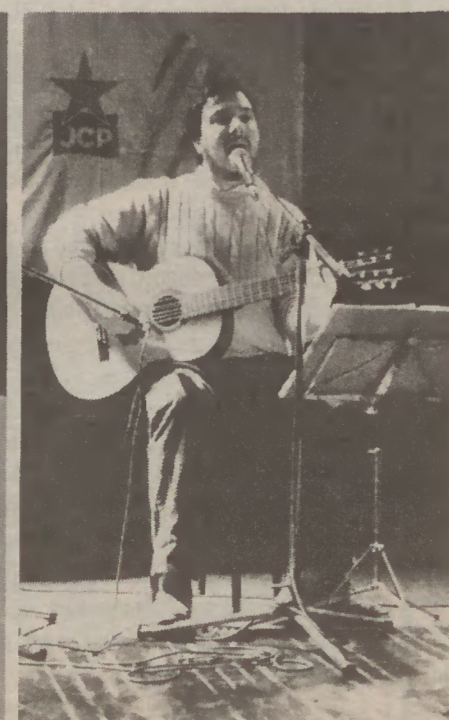
sentou a mesa e os oradores), assinalando-se que aquela iniciativa de comemoração do 17º aniversário da JCP era promovida pelas organizações de Lisboa e Setúbal, a par de muitas outras promovidas em todo o País.

Na sua intervenção, Susana Duarte destacou que a JCP «luta para que a vida colectiva em Portugal tenha os mais vastos horizontes de realização - o socialismo e o comunismo», verberando de seguida a política do Governo chefiado por António Guterres, que continua na mesma linha de agravamento dos problemas que há anos afligem a juventude portuguesa, nomeadamente em áreas tão fundamentais como o emprego e as saídas profissionais, o ensino e a habitação.

Carlos Carvalhas, falando de improviso, atacou fortemente a política do actual Governo, que considerou «rasca». «Não concede verbas suficientes, mantém o *numerus clausus*, condena a maioria dos jovens ao desemprego», lança uma Lei de Bases não consultando ninguém e procurando dividir jovens e professores, acusou, acres-



Da esquerda para a direita: Susana Duarte (que fez a primeira intervenção), Alexandra Silvestre (que apresentou o comício) e João Queirós (que animou musicalmente a iniciativa)



centando: «Pode-se dizer que não há dinheiro, mas sempre se encontram milhões para agrários, banqueiros e capitalistas.» Quanto à «paixão» de Guterres pela Educação que, segundo o próprio, o levou a «pôr à cabeceira» a carta que uma jovem lhe dirigiu durante a campanha eleitoral, Carlos Carvalhas ironizou: «a carta que ele certamente agora tem à cabeceira é a dos banqueiros». O Secretário-Geral do PCP, por entre fortes aplausos, exortou ainda a JCP a «agarrar as grandes causas, como aliás o tem feito», a reforçar o recrutamento e a organização, recordando que o PCP, de quem a JCP é organização autónoma, «é o grande partido da esquerda, na sua intervenção e na sua prática».



O entusiasmo da festa-aniversário da JCP no Ritz Club dominou todos os cantos da casa e teve o seu ponto alto no breve e vibrante comício em que participou Carlos Carvalhas



Festejos em todo o País

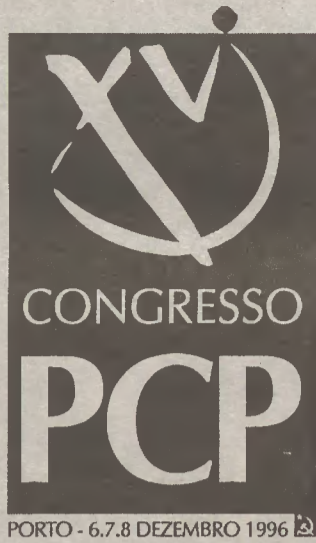
«Foram inúmeras, as iniciativas desenvolvidas pela JCP assinalando a passagem do seu 17º aniversário», como nos relata Bruno Dias, da direcção da JCP. «De Portel a Viana do Castelo, de Angra do Heroísmo a Lisboa, o leque de eventos foi mais que variado: concertos, comícios, debates, torneios desportivos, diversificados foram os caminhos encontrados para festejar os 17 anos de vida e de luta da Juventude Comunista Portuguesa.»

Nos Açores a festa começou mais cedo, como conta Bruno Dias, que esteve presente. «A 10 de Novembro - conta ele - a organização da ilha Terceira da JCP fez a festa. Mais de duas de-

nas de jovens juntaram-se em Angra do Heroísmo para comemorar o aniversário da JCP, contribuindo com os «comes e bebes» que cada um pôdia oferecer. Música, poesia, intervenções políticas levaram a iniciativa pela noite dentro. E uma prenda: duas inscrições, com um dos recrutados a fazer anos nesse dia.»

Bruno Dias assinala igualmente «o magusto-convívio de Viana do Castelo, os debates no Porto e em Évora, o torneio de futebol em Vendas Novas e os concertos de Évora e Portel» como «ilustrativos da criatividade e do entusiasmo com que os jovens comunistas assinalaram esta data».

EM FOCO



PORTO - 6.7.8 DEZEMBRO 1996

A mão visível

«É porque os governos se submetem à ditadura dos mercados financeiros que o regime democrático se espalha sem entraves através do planeta. De outra forma, qualquer projecto democrático seria ferozmente combatido pelos detentores do capital, aliados a maior parte das vezes às forças armadas. Desde a Guerra Civil de Espanha (1936-1939) ao derrube do Presidente do Chile, Salvador Allende, em 1973, não faltam exemplos desta realidade de regimes democráticos tragicamente abatidos porque se preocuparam com as desigualdades e tentaram repartir, de forma equitativa, a riqueza. Porque pretenderam nacionalizar (pôr ao serviço da nação) os sectores estratégicos da economia.»

A afirmação é de um articulista de «Le Monde Diplomatique», em artigo publicado na edição de Outubro último. Uma reflexão interessante que serviu de ponto de partida para a mesa-redonda promovida pelo «Avante!», com Octávio Teixeira, Lino de Carvalho e Sérgio Ribeiro, sobre a análise das questões económicas nas teses do PCP ao XV Congresso.

Que democracia é esta que se está a espalhar pelo mundo e que só pode subsistir com a subordinação ao capital?

OT - Depende de que «democracia» é que estamos a falar. O sentido da citação é o de que existe uma submissão dos governos aos ditames dos mercados financeiros e aos interesses militares e por isso a democracia se vai empobrecendo. Nós, os comunistas, não consideramos a democracia apenas como uma questão de liberdade de voto, antes achamos que tem várias vertentes - a democracia política, económica, social e cultural.

LC - Quando os povos e as políticas procuram pôr em causa os interesses do sistema capitalista, vêm ao de cima tentativas conservadoras, reaccionárias, dos meios financeiros para impedir essas novas políticas económicas. Se se entende por democracia o acesso de todos aos meios de produção, uma distribuição mais equitativa dos recursos do planeta e de cada país, é evidente que só pode haver democracia quando este sistema económico for posto em causa e quando os interesses dos grandes grupos económicos e financeiros forem combatidos.

SR - Os ataques à ideia de democracia como nós a defendemos assumem hoje uma dimensão muito maior, já que passaram do plano nacional para o plano mundial. Os casos apontados na citação eram na altura «escandalizáveis», chamemos-lhe assim; hoje esses ataques são tidos como «normais». O caso da moeda única, da união económica e monetária, é uma forma de dizer aos povos que não pode haver democracia económica e política, mesmo que a queiram de determinada maneira, porque se está a impor de fora um determinado modelo.

As ingerências deixaram de ser pontuais e escandalosas, embora se realizassem, passando a ser apresentadas como factos inevitáveis.

Nas teses, quando se fala dos fundamentos da política económica dominante, refere-se que os argumentos induzidos na sua defesa são falsos. Estando o país inserido, quer a nível europeu quer a nível mundial, numa determinada lógica de mercado, numa determinada lógica financeira, existem possibilidades reais de contrariar essa lógica?

LC - No quadro actual dos processos de mundialização do sistema capitalista e de livre circulação dos capitais, a consolidação deste sistema implica os modelos de crescimento e desenvolvimento económico que estão em cima da mesa: a moeda única, o primado do mercado, a necessidade de se criar condições para uma maior liberdade de circulação de capitais, uma mais fácil exploração dos recursos do planeta e das zonas do planeta onde as mais-valias podem ter níveis mais elevados. É exactamente o que nós pomos em causa, pois não consideramos que isso seja democracia.

A democracia tem outras vertentes que são incompatíveis com este sistema. Quando nas teses dizemos que defendemos uma nova e radicalmente diferente política de desenvolvimento económico e social, em que o crescimento económico não seja um fim em si mesmo mas um elemento essencial para a criação de emprego, para o aumento da riqueza, para uma distribuição económica mais justa, para a melhoria permanente das condições de vida dos portugueses, estamos obviamente a defender um sistema incompatível com o sistema capitalista.

OT - O que se diz nas teses quanto aos argumentos invocados para a alegada «inevitabilidade» da política económica de direita que vem sendo seguida, é que são pretextos, formas de mascarar as opções políticas. As coisas não nascem nem

caem do céu: a moeda única, as orientações neoliberais do tratado de Maastricht, o que o Governo português diz sobre o papel primordial do mercado na regulação económica, etc., etc., são opções políticas que foram assumidas. Quando o Governo PS diz que «temos de avançar para o primeiro pelotão», «temos de aderir e integrar a moeda única», «temos de dar a primazia ao mercado», está simplesmente a tentar mascarar as suas opções.

Portugal irá para a moeda única, se for, porque o PS e o PSD querem, e não porque seja obrigatório ou inevitável. Mesmo na União Europeia há países que, neste momento, não estão orientados para integrar a moeda única, por opção própria. Quando se argumenta com a primazia do mercado, o mercado de que se fala não é de facto o mercado puro, se assim se pode dizer, mas antes o mercado feito, o mercado elaborado por forças económicas nacionais e transnacionais, por governos nacionais e organizações internacionais.

SR - Neste ponto das teses (2.2.28), refere-se que os dois argumentos invocados são o da inevitabilidade e o do primado do mercado como regulador da economia. Ora, como o Octávio disse, trata-se de um logro, pois na verdade não se está a deixar funcionar «a mão invisível do mercado», como de resto se explica noutro ponto (2.2.40). O que está a funcionar é a mão visível das grandes empresas, dos conglomerados transnacionais, dos Estados ao seu serviço... Se esta mão visível intervém na economia, intervém no mercado, e altera o seu funcionamento, não há nenhum primado de regulação das economias pelo mercado.

Se não é o mercado, apesar de se dizer que é o mercado, então como é que está a ser regulada a economia? E a que níveis?

SR - Essa é a questão, e as teses deveriam avançar mais nesse âmbito. Quando falamos na dificuldade de conseguir soluções nacionais, e a introdução do debate refere isso, isso sucede justamente porque a regulação não é feita pelo mercado mas a outros níveis de intervenção: G7, União Europeia, OCDE, Banco Mundial, FMI... São estas organizações que estão a influir no modo como a economia capitalista está a funcionar e a perturbar imenso o que seriam as leis do mercado puro a que se referia o Octávio.

Esta questão aparece num ponto ou outro das teses, mas seria de toda a conveniência avançarmos mais na reflexão desta problemática.

A concepção que ressalta das teses continua a ser a do capitalismo monopolista de Estado. Será que isto responde aos pro-

blemas tão complexos que se colocam com a globalização e mundialização da economia e o cada vez maior controlo da política por parte do capital?

SR - Eu estou insatisfeito com alguns aspectos das teses, como outros terão motivos de insatisfação, o que é normal, já que não se trata de um produto acabado.

As formas de regulamentação da economia vão sendo cada vez mais transnacionais, possibilitadas pelos avanços tecnológicos que, através das auto-estradas da informação e tudo o mais, associados com a livre circulação dos capitais, levam à sua mundialização e globalização. Isto sem prejuízo de as lutas continuarem concentradas no plano nacional.

Justamente, em relação à economia, após uma análise em que todos estes factores aparecem em vários pontos, o que prevalece como concepção é o capitalismo monopolista de Estado, que eu penso não dever ser a fórmula que encontramos como aquilo que reflecte todos os mecanismos tão complexos com que nos deparamos. Os monopólios têm uma dimensão diferente; os Estados têm formas de se associar que ultrapassam a dimensão nacional. Trata-se de uma questão que me deixa com água na boca e com vontade de discutir para além do que está nas teses.

LC - Se há uma matéria que implica novos desenvolvimentos em termos de reflexão e de debate, é a que tem a ver com esta dicotomia entre a manutenção, no plano nacional, das condições do capitalismo, porque se mantêm, e é aí o centro do combate da luta de classes, mas também a oportunidade de se reflectir sobre maiores convergências e confluências de lutas no plano internacional. Cada vez mais estes dois elementos estão imbricados, e o comício de Paris recentemente realizado é disso exemplo. Face à internacionalização dos processos produtivos e sobretudo da globalização ou mundialização da economia capitalista, a articulação entre lutas nacionais e internacionais tornou-se inevitável.

SR - Quando se fala da globalização, temos que distinguir dois aspectos: um, o que considera a globalização um processo objectivo, que está em curso; outro, é a ideologização deste processo, que é uma arma de que se serve a social-democracia, os democratas cristãos e as forças políticas ligadas ao capitalismo, no sentido de, ideologicamente, transformarem o que é um processo objectivo num instrumento seu. Verifica-se que por vezes temos uma reacção de recusa do que é um processo objectivo, em vez do que deve ser um combate ideológico.

OT - Creio que tanto nas teses como na política do Partido a questão não se coloca em termos de recusa desses processos objectivos, mas sim na forma como esses processos estão a ser aproveitados e ideologizados como tu referes, em termos completamente diferentes do que é o processo objectivo em si. Quanto ao processo objectivo não é possível lutar, nem há razões para lutar, desde que esses processos apareçam acompanhados das regulações que é necessário fazer. O que não pode existir é a completa desregulação ou desregulamentação de tudo o que se passa ao nível do mercado financeiro internacional. É evidente que a desregulação ou desregulamentação existe porque é querida e é imposta pelas transnacionais e pelos Governos que lhes estão ligados.

SR - Inteiramente de acordo, mas não confundamos desregulação com desregulamentação.

Qual é a diferença?

SR - Regulamentação significa que tem de haver determinado tipo de regulamentos, de regras, para que as coisas funcionem, porque, como disse o Octávio, há limites à circulação de capitais. A regulação é a forma como a economia se organiza, com ou sem regulamentações.

É curioso registar que há efectivamente um processo de desregulamentação, ao mesmo tempo que se estão criando mecanismos de regulação a partir do acordo entre entidades supranacionais. São os chamados códigos de conduta. Hoje pegamos num documento e só encontramos códigos de conduta. São princípios que os próprios interessados estabelecem e que às vezes me fazem lembrar qualquer coisa como estabelecer regras de conduta ao Al Capone!



Lino de Carvalho

“Face à internacionalização dos processos produtivos e sobretudo da globalização ou mundialização da economia capitalista, a articulação entre lutas nacionais e internacionais tornou-se inevitável”

EM FOCO

da ditadura financeira



Regista-se no presente uma série de lutas reivindicativas por toda a Europa. O capital manifesta grande capacidade em se organizar a nível mundial. E os trabalhadores? Será que as lutas a nível nacional chegam para fazer face a um processo mundial?

SR - Acho que é de evitar a fuga para a frente, ou seja, tentar fazer a outros níveis o que não somos capazes de fazer internamente. O cerne da luta deve estar nas massas e nos próprios países. O que não quer dizer que essa luta não se confronte com situações diferentes resultantes desta internacionalização do capital. Daí a necessidade de haver formas de cooperação e, se possível, levar mesmo as lutas a outro nível.

Os sinais que referes têm por vezes expressões bem perversas. Em relação à UE, por exemplo, as manifestações feitas na Áustria e na Finlândia aquando das eleições para o Parlamento Europeu têm sinais contrários. Todo o mal-estar social, todo o desacordo com as decisões que estão a ser tomadas nas costas dos povos, num caso tiveram o efeito de fazer aumentar a votação na Aliança de Esquerda - e o nosso Grupo vai beneficiar com isso, sendo o único a aumentar com as eleições na Finlândia; na Áustria, na ausência de forças políticas, de forças sindicais, capazes de dar um sentido progressista e de luta a esse descontentamento, deu-se o reforço da extrema-direita. Este é um dos perigos deste momento.

LC - A luta de classes continua a desenvolver-se sobretudo nas empresas e nos locais de trabalho. É aí que se concretiza a degra-

dação dos direitos laborais e sociais. A tendência da fuga para a frente, como diz o Sérgio, a transferência para uma zona de combate mais abstracta, uma zona onde a mão do capital é mais difícil de se perceber, pode levar ao enfraquecimento de lutas reivindicativas e do aumento da consciência social. Dito isto, também é preciso dizer que no quadro da internacionalização dos processos produtivos naturalmente que se impõem cada vez mais formas de convergência das lutas no plano social e no plano político. Lutas contra o desemprego na Europa, contra a precarização, contra as deslocalizações de empresas, contra a militarização da UE, etc., são elementos que permitem fazer convergir no plano social e portanto também no plano político entre os partidos comunistas e operários, partidos de esquerda, lutas por objectivos comuns no plano transnacional.

OT - Cabe também não esquecer a cultura dominante a nível dos próprios governos, das instituições políticas e de muita comunicação social europeia, que favorece a deslocação do descontentamento social para a extrema-direita, para tentar impedir ou evitar que esse descontentamento reforce a esquerda.

Se por um lado assistimos ao aumento do desemprego, à destruição do aparelho produtivo, etc., etc., por outro lado verifica-se que as pessoas, de algum modo, vivem hoje melhor. Aparentemente, há aqui uma contradição, que eventualmente pode explicar a dificuldade em mobilizar as pessoas para a luta por outro sistema económico...

OT - Nas nossas teses não dizemos que se vive pior hoje do que há dez ou vinte anos. Se tal acontecesse provocaria convulsões sociais bastante graves, e os detentores do poder económico, do poder político, estão atentos e procuram fugir a essas convulsões. Agora, alguns dos aspectos que se podem considerar como sinónimo de «viver melhor» podem, neste momento, ser mais aparentes do que reais, e a situação, em termos de evolução, aponta para uma degradação ainda maior.

LC - Há uma evolução natural resultante dos avanços tecnológicos. É óbvio que se vive hoje melhor do que se vivia na Idade Média. O problema não se pode pôr nesses termos, até porque para o próprio sistema de acumulação capitalista é preciso consumo e condições para que o sistema se possa desenvolver.

A questão a que importa responder é outra: a quem tem beneficiado este progresso tecnológico, este desenvolvimento da base material e técnica da sociedade? De que modo é que os recursos têm sido distribuídos? De que modo é que está ou não - e na nossa óptica não está - a verificar-se um desenvolvimento equilibrado no plano regional, social?

Os últimos dados dos chamados indicadores do desenvolvimento humano, da ONU, mostram que nos últimos 30 anos se tem agravado, por um lado, a diferença entre os segmentos das populações que vivem melhor e os que vivem pior, dos países com maior acumulação de riquezas e dos países mais pobres, e, por outro lado, que se tem agravado a distribuição do rendimento.

Em Portugal isso é claro: nos últimos dez anos agravou-se a distribuição do rendimento a favor do capital e contra a remuneração do trabalho. Alargou-se a mancha brutal dos excluídos da sociedade, dos excluídos do progresso, dos «dispensáveis»; aumentou a pobreza, a exclusão social. Com isso aumentou também a marginalidade, a delinquência, a insegurança, o desequilíbrio no desenvolvimento urbano.

SR - O que é viver melhor? Viver melhor tem de ser algo encarado dinamicamente. Quando os fidalgos andavam de caleche, a plebe andava de pé descalço. Viver melhor tem de ser visto em relação às necessidades que é possível satisfazer, tendo em conta que as necessidades também evoluem.

OT - Acho que vale a pena enfatizar que o conceito de viver bem não pode ser apenas encarado numa perspectiva material. Não se pode considerar «viver melhor» quando um trabalhador, mesmo ganhando mais em termos reais do que há dez anos, tem um emprego precário porque deixou de haver segurança no emprego; quando está sujeito à lei da flexibilidade e da polivalência; quando é cada vez maior o fosso da distribuição da riqueza, em desfavor dos trabalhadores.

Temos um exemplo em Portugal. Para 1997, o Governo prevê um aumento da riqueza à volta de 2,5 por cento e desse montante não vai nada para os trabalhadores.

LC - De acordo com os dados conhecidos, há actualmente em Portugal 2,3 milhões de pobres, isto é, cidadãos que vivem abaixo do nível de subsistência; há na Europa 55 milhões de pobres; anda na ordem dos 60 por cento o número dos desempregados que em Portugal não têm acesso a nenhum subsídio de desemprego.

SR - Já agora, de referir que quando se fala de 2,3 milhões de pobres estamos a falar de pessoas que estão a baixo de metade do rendimento médio... portugueses! Se fôssemos ver quantas pessoas vivem abaixo de metade do rendimento médio da UE, não seriam 2,3 milhões, mas muitos mais.

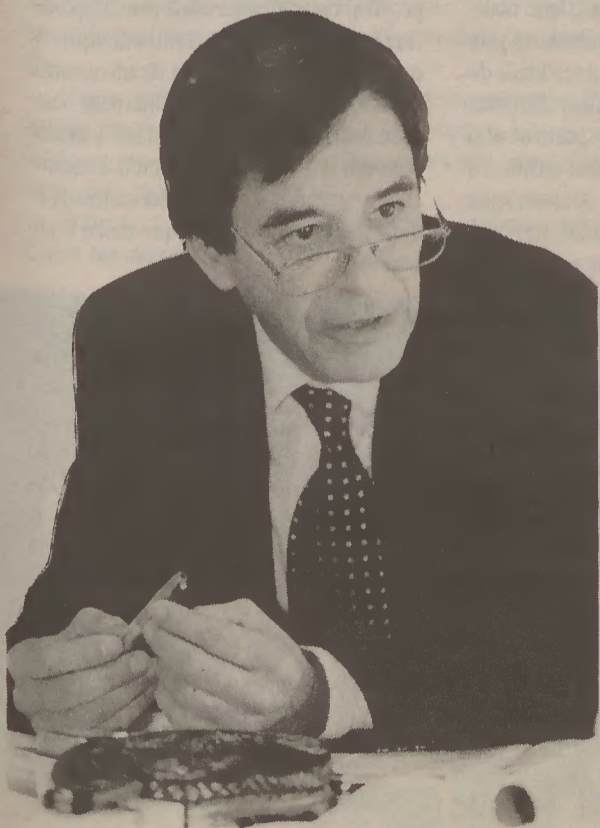
O desemprego, hoje, deve ter uma apreciação qualitativa muito diferente da que tinha há alguns anos, justamente porque esse desemprego é o que poderia ser o tempo de lazer e de cultura a que os cidadãos têm direito. O viver melhor que poderíamos ter em quantidade e qualidade é um viver pior do que era antes, por aquilo que poderia ser e não é.

Octávio Teixeira

“As coisas não nascem nem caem do céu: a moeda única, as orientações neoliberais do tratado de Maastricht, o que o Governo português diz sobre o papel primordial do mercado na regulação económica, etc., etc., são opções políticas que foram assumidas”

Sérgio Ribeiro

“Em relação à economia, o que prevalece como concepção é o capitalismo monopolista de Estado, que eu penso não dever ser a fórmula que encontramos como aquilo que reflecte todos os mecanismos tão complexos com que nos deparamos”



EM FOCO

A Mulher e o Desporto

Texto: Margarida Folque

Fotos: Sérgio Morais

Congresso aponta

Grande participação e entusiasmo marcaram o Congresso «A Mulher e o Desporto» que, durante três dias, decorreu no Teatro Taborada, em Lisboa. Promovido pelo Movimento Democrático de Mulheres (MDM), com o apoio do pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa, o congresso que no passado fim-de-semana se realizou, embora com uma assistência maioritariamente feminina, contou com a presença atenta e até interveniente de um número significativo de homens. De destacar ainda nesta assembleia o peso importante da juventude, ao lado da qual o entusiasmo, alegria e criatividade das mais velhas não destoavam.

A composição da Comissão de Honra que presidiu ao Congresso «A Mulher e o Desporto» - incluindo atletas, dirigentes, professoras, médicas, uma árbitra, uma treinadora, sindicalistas, jornalistas, presidentes de Câmara - fazia já prever a riqueza e qualidade das intervenções que se iriam verificar. De grande inovação e qualidade foram, de facto, as intervenções proferidas nos painéis e secções em que o congresso estava dividido. Pena sentiam as participantes de não poder estar ao mesmo tempo em todos os locais onde o debate se travava.

Na sessão de abertura, presidida por Helena Bastos, do Conselho Nacional do MDM, intervieram Odete Brás, do Secretariado do Congresso, Odete Graça, secretária-geral do Congresso, e ainda Lígia Amâncio, presidente da Comissão Para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, e Caleia Rodrigues, vereador do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa, que saudaram esta iniciativa pioneira em Portugal.

Afirmando que a revolução de Abril, «livremente ou a custo», entrou casa dentro dos portugueses, provocando uma profunda alteração de mentalidades, Odete Brás referiu que, entretanto, os golpes que posteriormente os governos de direita desferiram contra as conquistas de Abril, levaram a que os direitos das mulheres fossem crescentemente ignorados e desrespeitados e se mantivesse, duas dezenas de anos depois do 25 de Abril, a discriminação da mulher portuguesa a todos os níveis da sociedade.

O desporto continua um campo quase exclusivamente reservado a homens, denuncia Odete Brás, sublinhando o enorme «fosso» que separa as mulheres da prática desportiva que, quando existe, é na maioria das vezes virada para a «estetificação do corpo» e no sentido de corresponder ao «estereótipo de mulher que a sociedade promove e valoriza». Fazer o diagnóstico da situação da mulher no desporto, «lançar pistas, abrir caminhos, propor soluções, encontrar alternativas» é para Odete Brás o principal objectivo do Congresso.

O género no desporto

Por sua vez, Odete Graça pergunta na sua intervenção se «existe uma identidade própria da mulher» no desporto e, caso exista, como se encontra definida no presente e se pode tornar mais nítida no futuro. E referindo que nos últimos dez anos o número de praticantes inscritos nas federações poucas alterações sofreu, afirma que a evolução do desporto está condicionada pelos «interesses muitas vezes inconfessáveis, da espectacularidade das práticas que se vendem».

Para além dos «êxitos, por vezes estrondosos, ou dos falhanços sensacionalisticamente inventados», que rodeiam a presença das atletas portuguesas, «como se viu nos Jogos Olímpicos de Atlanta» - sublinha a Secretária-geral do Congresso -, a prática desportiva das mulheres não desperta a atenção da opinião pública e encontra «muito pouco eco» nos organismos públicos. Em relação ao atletismo - modalidade que «mais tem prestigiado o país internacionalmente» -, diz que o número de dirigentes e técnicas nem de longe corresponde à composição da parte feminina da equipa.

Importa que as mulheres imprimam nas estruturas desportivas a sua própria personalidade, defende Odete Graça, depois de dizer que o desporto está direccionado para o homem e por ele dominado. Existe, no entanto, apesar das limitações estruturais do desporto escolar, uma participação feminina até aos 17 anos. É a partir dessa

idade que começa a desafectação das praticantes que, aos 20 anos, sofre uma estrondosa queda.

Será o desporto praticado pela mulher diferente daquele que é praticado pelo homem? Quanto às estruturas do movimento desportivo, haverá que criá-las de raiz ou actuar dentro das existentes? Dever-se-á intro-

duzir novos elementos na concepção dos equipamentos? Em relação à prática desportiva, será vantajoso criar novas formas, obedecendo a outros critérios, subordinadas a outros valores?

Estas algumas das questões que Odete Graça deixou à apreciação das congressistas, ao mesmo tempo que apontava, «na linha das recomendações da Declaração de Brighton», a necessidade de uma participação activa na gestão do sistema desportivo, quer como dirigentes, técnicas ou juízas, quer como participantes.

Uma Associação que nasce

O Congresso estava em marcha. Temas como «A prática desportiva e as suas consequências para a mulher»; «As condições de acesso

da mulher ao desporto»; «A mulher dirigente associativa»; «A mulher e o desporto de alta competição»; «Desporto escolar e desenvolvimento do desporto feminino»; «Mulher, desporto e comunicação social» foram rampas de lançamento para a abordagem, e em alguns casos grande aprofundamento, de uma problemática que passa pelo apuramento objectivo da situação e pelo derrube de preconceitos que obstam ao exercício de um direito de enorme importância para a saúde física e mental das mulheres.

Na sexta-feira, ao fim do dia, os trabalhos ameaçavam não terminar na sala onde acaloradamente se debatia «Mulher, desporto e comunicação social». E no jantar de convívio que se seguiu na sala Ogival do Castelo de S. Jorge, com os ânimos já completamente serenados, o debate prosseguia e a solidariedade reaparecia revigorada.

Ao fim da manhã de sábado, depois da intervenção de Sylvie Jan, Presidente da Federação Democrática Internacional de Mulheres, e antes da sessão de encerramento, presidida por Dulce Rebelo, do Conselho Nacional do MDM, Geraldine Oliveira, do Comité Olímpico de Portugal, e Odete Graça, secretária-geral do Congresso, a assembleia ouviu a leitura dos relatos e conclusões das várias secções, e aprovou uma Proclamação (tratada à parte).

Entretanto, a par dos trabalhos que decorriam no Teatro Taborada, crescia o número de adesões à declaração de Brighton e era dado corpo a uma nova Associação - a Associação da Mulher e o Desporto - a cuja constituição o Congresso se associou desde a primeira hora.

— Um debate apenas iniciado —

Coube às convidadas estrangeiras intercalar com algumas conferências o debate travado pelas congressistas ao longo dos três dias de congresso.

Milagros Garcia, historiando as dificuldades encontradas pelas mulheres espanholas no acesso à prática desportiva - idênticas às encontradas pelas portuguesas -, denunciou a moral religiosa que, ao estigmatizar «as mulheres desportistas com o fantasma da Maria Rapaz», reduziu a sua participação no terreno despor-

tivo. A inglesa Jennifer Hargraves lançou um olhar «à história quase desconhecida da mulher no boxe». A norueguesa Kari Fasting, por sua vez, depois de equacionar os problemas e desafios que se colocam à promoção da mulher no desporto, concluiu que «as organizações desportivas talvez precisem mais das mulheres do que as mulheres das organizações desportivas». Kristina Thurée, vinda da Suécia, falou dos antecedentes e da intervenção do grupo Europeu Mulher no Desporto.

Também Sylvie Jan, Presidente da Federação Democrática Internacional de Mulheres, com a autoridade que lhe advém do cargo que ocupa, afirmou, na intervenção que proferiu no último dia do Congresso, que «a igualdade entre homens e mulheres no desporto é ainda uma meta a alcançar».

Entretanto, nas secções, dezenas de intervenções abordavam as temáticas mais variadas: o género no desporto português; o desporto para deficientes; a capacidade física da mulher atleta: realidade e mitos; a luta das trabalhadoras pela conquista de tempos livres; a realidade do desporto no Alentejo; a mulher dirigente associativa; a mulher e o desporto de alto rendimento; desporto escolar, enfim... a par de depoimentos vários, nenhum tema parece ter ficado por abordar, nenhum diagnóstico por fazer. Mas a discussão

apenas se iniciou. A busca de soluções vai continuar.

E como a troca de experiências é também urgente, Augusta Serralha trouxe do Montijo a sua experiência. Diz que para ganhar gente nova para o desporto não há como formar uma associação de veteranas... vem a mãe, a filha, a avó.

Tendo sido obrigada, por falta de recursos financeiros, a frequentar a escola nocturna, só tardiamente concretizou a sua ambição de praticar desporto, conta com simplicidade. Há três anos, ela e meia dúzia de amigas da sua idade, decidiram formar uma associação para a prática de desporto, fazendo nascer a Associação Desportiva de Veteranas do Montijo, que conta já com mais de 300 pessoas inscritas.

Hoje, jurista e reformada, apesar de uma maior desinibição - que a prática do desporto lhe proporcionou - não consegue ainda intervir em grandes plenários. Aproveita, no entanto, os trabalhos daquela secção para mostrar como era possível fazer alguma coisa pelo desporto feminino. E defende, também aqui, o direito à diferença: na festa de aniversário da associação, junto ao galhardete e ao hino escrito em papel reciclado e atado com um laçarote, foi oferecido às associadas um porta-chaves, uma camisola e um espelhinho, objectos que exhibe com orgulho.





discriminações



«Mulheres em Movimento»

A participação da mulher em igualdade passa pela construção da auto-estima e confiança e estas ganham-se através da participação. Um círculo vicioso para o qual o MDM tenta encontrar as respostas mais adequadas.

No parecer de Maria Vilar Diógenes, a prática desportiva reforça os laços de solidariedade entre as mulheres e estimula-as para uma maior intervenção e para a afirmação das suas potencialidades e saberes.

Com esta perspectiva, o MDM assinou com o Pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa, em 1995, a criação de centros «Mulheres em Movimento», visando a dinamização de espaços de actividade física dirigidos a jovens trabalhadoras, donas de casa e reformadas, existindo já a funcionar três centros de Movimento e Saúde: nas colectividades de bairro das freguesias de Carnide e Stº Condestável e no Centro Social do Casal Ventoso.

Espaços de aprendizagem individual e colectiva, estes centros permitem simultaneamente a afirmação do MDM e das mulheres, o fomento da prática desportiva, a realização de debates sobre desporto e saúde mental, alimentação saudável, defesa do consumidor, prevenção de doenças, designadamente da osteoporose, planeamento familiar, doenças profissionais, leis laborais e muitos outros temas considerados de interesse pelas mulheres que os frequentam.

Situa-se entre os 48 e os 80 anos, a idade das mulheres que frequentam o centro de Stº Condestável, e entre 14 e 68 a das que frequentam o de Carnide. Paralelamente às aulas de ginástica, que visam proporcionar o bem-estar e desenvolvem designadamente a flexibilidade, coordenação, força, agilidade, o bom funcionamento do aparelho respiratório e cardiocirculatório, promove-se o convívio, a interajuda, o espírito desportivo. O convívio e contacto com a natureza são ainda proporcionados por passeios regularmente organizados.

Para as mulheres idosas, este projecto pode representar a melhoria significativa da sua qualidade de vida, diz Maria Vilar, defendendo que os centros «Mulheres em Movimento» dão «mais vida aos anos e mais anos à vida» das idosas.

Promover o aparecimento de mais centros na cidade de Lisboa é, pois, um objectivo prioritário do MDM.



Proclamação defende igualdade de acesso ao desporto

No último dia de trabalhos, o Congresso aprovou uma Proclamação que encerra as principais linhas de orientação aí traçadas.

Introduzindo as decisões tomadas, e depois de realçar nos seus considerandos o «grande atraso» que caracteriza a mulher no desporto português, sendo ela que sofre «mais fortemente as consequências da crise social, económica e cultural que se vive na nossa sociedade, a Proclamação refere também o objectivo principal da Conferência de Brighton, de «acelerar o processo de mudança no desequilíbrio constatado da presença de mulheres no desporto», e afirma que, ao votarem o seu texto, os delegados estimaram que este «seria susceptível de ser aplicado e aceite em todo o mundo, em países de diferentes níveis de desenvolvimento, diferentes religiões ou culturas, pela justeza e correcção dos seus princípios e objectivos».

O Congresso proclama assim, de «forma categórica», a sua adesão aos princípios e objectivos da Declaração de Brighton, comprometendo-se a encontrar «formas de acção que envolvam o movimento desportivo e as mulheres portuguesas na concretização prática dos referidos princípios e objectivos».

Apelando às organizações femininas e às mulheres para que integrem este «combate pela participação da mulher no desporto, como parte integrante do combate mais vasto pela igualdade», a proclamação aponta as linhas fundamentais «para uma maior participação da mulher no fenómeno desportivo, a todos os níveis e funções».

Ao Governo e à Administração Central apela o Congresso, designadamente, a que incorporem «provas desportivas femininas e medidas de igualdade nos programas bilaterais de intercâmbio e cooperação»; criem condições para a «prática de Educação Física e do Desporto Escolar a todas as raparigas que frequentam os estabelecimentos de ensino a todos os níveis; adoptem normas específicas no Estatuto de Alta Competição, «tendentes a assegurar o efectivo acesso da mulher ao desporto de alta competição»;

apoiem a participação de mulheres «em cursos de formação e seminários internacionais».

As Federações Desportivas, Confederações e Comité Olímpico de Portugal, o Congresso, entre outras sugestões, defende a verificação do «processo de implementação e eficácia das políticas de igualdade entre homens e mulheres em reuniões e assembleias anuais»; a inclusão da temática da igualdade entre mulheres e homens «na educação de dirigentes, treinadores e corpo técnico»; a adopção de um regime que configure o Estatuto Social da Mulher Dirigente Associativa que «crie condições para um

mais fácil acesso ao exercício da função dirigente»; a troca de experiências de «acções positivas relativas à mulher com outras organizações desportivas nacionais e internacionais».

Por fim, manifestando o seu apoio à recém-criada Associação da Mulher e o Desporto, o Congresso sugere, entre outras medidas, a promoção e informação de contactos e programas de desenvolvimento para a mulher e o desporto; a dinamização de estudos de investigação de dados sobre a situação da Mulher e o Desporto em Portugal; o apoio à participação das mulheres em congressos e seminários científicos.



EM FOCO

O mundo sob as garras do

■ Manoel de Lencastre

«Apartheid» global

Por 64 919 votos contra 40 581, o pessoal dos Correios Britânicos (Post Office) deu à direcção do seu sindicato (Communications Workers Union) uma importante mensagem de confiança. Esta votação, que se mostrava desnecessária, fora imposta por inúmeras pressões do governo e dos trabalhistas de Tony Blair que põem em questão, constantemente, em todas as circunstâncias, a legitimidade das direcções sindicais para conduzir greves. Neste caso, porém, os trabalhadores responderam com notável firmeza a favor das decisões do Sindicato e contra o projecto dos patrões de dividi-los em pequenos grupos independentes.

Mais tarde, a administração dos Correios, que se comporta segundo todos os princípios ao mesmo tempo sofisticados e cruéis dos dirigentes privados (os Correios continuam a ser um serviço público), recuou em toda a linha e aceitou entrar em novo ciclo de conversações desde que o Sindicato se compromettesse a não declarar novas greves pelo menos até ao período do Natal e Ano Novo. O Sindicato concordou. E o governo do funcionário Major declarou, igualmente, que retirava, por enquanto, a ameaça de suspender o monopólio da distribuição de cartas. Esse monopólio pertence, naturalmente, ao «Post Office». Muito boa gente, entretanto, incluindo os próprios dirigentes do mesmo, pretendem que todos os serviços dos Correios sejam privatizados. Em tudo isto, contudo, para além do interesse económico, existe uma atitude psicológica. Ser director de uma grande empresa que distribui cartas é, na imaginação dos adeptos das privatizações, coisa de muito mais destaque do que ser director dos Correios, empresa nacional. Os trabalhadores, pelo contrário, bem agarrados aos seus interesses e objectivos, e sem ilusões quanto ao destino que os espera se tiver lugar a privatização do negócio estatal da distribuição de cartas, preferem ser funcionários dos Correios nacionais. Naturalmente...

Olhemos o mundo. É nas condições que os trabalhadores dos Correios britânicos não desejam tombar que 80% da população do globo ganha sensivelmente o mesmo que metade do valor das vendas realizadas pelas mais importantes 200 companhias transnacionais. Isto, segundo o Instituto de Estudos Políticos, de Washington. Num relatório recentemente publicado por esse Instituto e assinado pelos seus colaboradores Sarah Anderson e John Cavanagh (economistas) afirma-se que as duzentas companhias em questão controlam mais de um quarto das actividades económicas mundiais. Grande parte delas realiza um volume de negócios superior ao das economias de muitos países. A «Philip Morris», por exemplo, é «maior» do que a Nova Zelândia. O PIB do mundo inteiro, em 1982, era de 12,6 trilhões de dólares. As vendas das duzentas maiores empresas representavam 20% desse PIB. Em 1995, os valores em causa tinham atingido o dobro, mas as tais duzentas transnacionais haviam aumentado o seu «chiffre d'affaires» para 28%. Dessas grandes companhias, 117 eram americanas e japonesas. Cerca de 93% das mesmas tinham a sua sede no Japão, nos Estados Unidos, na Alemanha, na França, na Grã-Bretanha, na Holanda e na Suíça. É, por assim dizer, o imperialismo contra o Mundo.

A actividade das gigantescas empresas que dominam o sector das telecomunicações é intensa, como todos sabemos. Não obstante, 90% da população do mundo não possui telefone. Segundo o Instituto acima mencionado, as principais 200 multinacionais estão a criar um sistema de «apartheid» global, não a aldeia global que outros disseram ter visto... algures na escuridão.

«Bye-bye» à indústria aeronáutica soviética

É nesta conjuntura que a «Aeroflot» (lembra-se?) decidiu adquirir 10 novos aviões «Boeing» 737-400, uma decisão controversa que, evidentemente, deu lugar a manifestações de espanto e desagrado em tudo o que resta da antiga indústria aeronáutica da defunta URSS. De acordo com a direcção da empresa de aviação comercial russa, os aparelhos de fabrico americano são mais eficientes quanto ao consumo de combustível, exigem menos cuidados de manutenção e, «do ponto de vista do público utilizador», os aviões estrangeiros são os preferidos.

Esta decisão representa a sentença de morte para os construtores ex-soviéticos que restam. Disse o presidente de uma dessas companhias: «Por enquanto, ainda podemos dizer que sabemos fabricar aviões. Mas, se começamos a comprar no estrangeiro em vez de pensarmos no desenvolvimento da nossa própria indústria aeronáutica, deixaremos em breve, de sabê-lo.» A isto respondeu logo um senhor chamado Yevgeny Shaposhnikov, antigo marechal da Força Aérea da URSS e ministro da Defesa de Yeltsin: «Esquecem-se de que estamos a viver numa economia de mercado livre, não na URSS quando a «Aeroflot» não tinha de pagar combustível. Se a «Aeroflot» tentar salvar os construtores russos (referia-se à fábrica «Kazan» que construiu os famosos «Tupolev») morrerá com eles.» O «amigo» Shaposhnikov aprendeu depressa. Mas fez-nos recordar que, antigamente, o combustível pertencia ao país e, agora, não. Eis a razão.

Bob Dole

Numa eleição para o lugar de presidente dos Estados Unidos, esperava-se da parte dos respectivos candidatos um nível mínimo de valor intelectual, político, uma capacidade natural para explicar as coisas — alguma identidade, até, com os valores humanistas dos chamados «founding fathers». Infelizmente, o mundo nada aprende com esses candidatos. Vejamos algumas declarações do «inedito» Bob Dole: «Dir-lhes-ei a verdade e pensarão que será o fim do mundo. Que lhes parece? Foi o que Truman fez, e ganhou. Lembrem-se: ele estava atrasado, segundo as sondagens, e ganhou. Ponham os olhos em mim. Vou ser o segundo Harry Truman. Olhem para mim, e logo verão. Agora, saibam que este Estado de Louisiana é também um dos meus Estados. Andei aqui, no Verão quando rapaz. «Boys», como fazia calor! Mas aprendi. Conseguí, depois de perder-me, encontrar a minha base. Tinha andado desorientado na savana, durante algumas horas. Mas o Bill Clinton perdeu-se e nunca mais se encontrou. Eu só me perdi durante algumas horas. E se ele estivesse aqui, hoje, encontrar-nos-íamos todos para a sua festa de despedida. Vamos ter o Dia D. O dia 5 de Novembro não vem longe. Sempre mantive a minha palavra. Toda a gente no Congresso vos poderá dizer que o Bob Dole mantém a sua palavra. É escravo da sua palavra. Sei que há pessoas que não dão importância a isso, que a confiança do povo não faz qualquer diferença. Quando se chega a presidente dos Estados Unidos pode fazer-se tudo o que se pretende, sem quaisquer consequências. Na Casa Branca, tudo é possível. Ninguém mais quer saber. Arrumemo-nos, rapazes! Mais uma cerveja! O Partido Democrático vai arranjar dinheiro seja onde for. Al Gore foi buscar 122 000 dólares a um templo budista, em Los Angeles, um templo onde se fazem promessas e juras de pobreza. Vamos a eles, rapazes!»

Alger Hiss

Com 92 anos de idade, faleceu, há dias, o antigo diplomata americano e alto funcionário do Departamento de estado, Alger Hiss. Fora, nos anos 30, um dos principais proponentes e defensores de «New Deal» e, mais tarde, teve um papel importante durante a conferência de Yalta. Esteve na base, também, dos trabalhos de organização da ONU. Mas, em 1948, a acusação nunca provada de que trabalhava para o KGB, aruinou o prestígio e a autoridade que cons-



truíra ao longo da vida e deixou o povo americano atónito e, simultaneamente, mais permeável aos viscosos instintos anticomunistas, anti-soviéticos, que os propagandistas da guerra disseminavam.

As mentirosas declarações de Whittaker Chambers diante do Comité da Câmara dos Representantes para as Actividades Anti-Americanas foram devastadoras. Chambers, um agente de McCarthy, afirmou ter sido membro do Partido Comunista e ter tido acesso ao trabalho de Hiss. Depois, referiu que acordava nele o impulso de patriota americano e resolvera desligar-se do Partido. Estava ali, frente ao Comité da Câmara por se sentir um verdadeiro americano e possuir provas de que Hiss tinha retirado documentos importantes dos arquivos do Departamento de Estado para fazê-los fotografar pela esposa e entregar aos serviços secretos soviéticos. O julgamento de Alger Hiss começou em Maio e terminou em Julho de 1949. A prova da sua «culpa» era a máquina de escrever usada pela senhora Hiss. Mas como o júri votou a sua culpabilidade por 8 votos contra 4, isso significava que teria de realizar-se um segundo julgamento. É quando surge, mais insistente e diabólica, a sinistra figura de Richard Nixon.

Nixon era um jovem advogado com extremas ambições políticas. Qual a melhor plataforma para subir? O anticomunismo. Durante o segundo julgamento de Hiss, Richard Nixon foi a figura parda que mais agitou. Em Novembro de 1949, a URSS tinha experimentado a bomba atómica e as actividades de Mao ameaçavam os Estados Unidos. Eram factores que, manejados habilmente por Nixon, e, na sombra, por McCarthy e pelo FBI, serviam para envenenar a opinião pública americana. Foi nomeado um juiz diferente. Apresentou-se uma nova testemunha, que disse, falsamente, ter encontrado Hiss numa reunião de comunistas em 1935, uma declaração insustentável que ninguém podia provar mas que impressionou o júri. A 21 de Janeiro de 1950, Hiss foi condenado a cinco anos de prisão. Cumpriu 44 meses na penitenciária de Lewisburg. Mas a sua vida foi destruída, criminosamente, pelos arautos do anticomunismo.

A Conspiração dos "Patrícios"

"Chegou a corrupção de costumes a tal estado (...) que os poderosos têm ódio a quem repreende suas injustiças"

António Vieira, *Sermões*

Que a democracia portuguesa está confrontada com uma ofensiva que visa a sua regressão, não constitui novidade. O que é novo são alguns traços e expedientes dessa ofensiva, que acontecimentos recentes ilustram de forma exemplar.

São os casos do branqueamento telenovelistico pimba do "último corretor" Pedro Caldeira e da monumental operação político-mediática de "desagravo" de Leonor Beleza, que traz à colação, estranhamente ou talvez não, o caso Melancia/Fax de Macau.

Têm em comum a profunda ligação dos respectivos "heróis" e agentes ao mundo da alta finança e da "classe política" e um considerável reconhecimento mediático.

Têm em comum ser peças do mesmo puzzle, da ofensiva para restringir o carácter universal dos direitos, liberdades e garantias - um valor intrínseco da democracia política, visando a exclusividade do exercício do poder formalmente democrático, pelas classes que detêm o poder económico, uma espécie de *democracia de "patrícios"* de que a "plebe" estaria arredada.

Neste quadro, a novela Pedro Caldeira, que não passaria dum vulgar caso de polícia em quaisquer outras circunstâncias, tornou-se, graças à televisão de Balsemão e Cia. e à sua arrogância doentia de "rede Globo" ("que faz e desfaz presidentes"), num acontecimento mediático, em que o vilão se travestiu de herói.

Não são claros todos os interesses que se movem nesta manobra. Mas é certo que, para a SIC, a despodorada guerra (pelo mercado) de audiências "tudo justifica".

É objectiva a ligação umbilical entre o funcionamento da economia neoliberal e as actividades criminosas e mafiosas e a proximidade a certos aparelhos de poder.

É claro que do "golpe" telenovelistico resulta uma manipulação que pretende legitimar aos "yuppies" o direito a burlar e fazer fortuna com a miséria de muitos milhares de famílias e que visa condicionar as decisões do poder judicial.

Já na soirée de solidariedade a Leonor Beleza, para além da promiscuidade entre poder político e económico e da aposta na mediatização da politiquice-espectáculo, repete-se o ataque ao poder judicial, mas, desta feita, como numa autêntica sedição.

Na intentona, ficou claro o objectivo de manietar a independência do Ministério Público, de ajustar contas com os tribunais que incomodam os dignitários do Cavaquismo e alguns outros, e de prevenir qualquer "operação mãos limpas".

Na sublevação, por interposta Leonor Beleza, assumiu-se uma conspiração da "classe política", dos políticos de direita, detentores de privilégios e vinculados aos interesses do capital financeiro, para reivindicarem um *atestado de impunidade*, válido para corrupção, peculato, nepotismo, comércio de influências, delapidação de bens públicos, em prejuízo do Estado e dos cidadãos e em benefício próprio ou partidário, deixando de competir à Justiça independente investigá-los e julgá-los, em igualdade perante a Lei com qualquer outro cidadão.

Não admira que assim fosse. A direita nunca aceitou o quadro constitucional de independência e as competências do Órgão de Soberania Tributais, que não cabem no seu estrito controlo político-administrativo e sempre procurou ver-se livre das "forças de bloqueio", pondo em causa, com arrogância, fundamentos do Estado democrático de direito.

É vê-los, Marcelo pedindo a cabeça do Procurador Geral da República, Monteiro em pressuroso socorro das suas afinal estimadas "sanguessugas" da "classe política" e Guterres prolongando o silêncio para que se oiça e repercute o coro dos "patrícios".

No passado não muito distante aconteceu a *coincidência* da absolvição de Carlos Melancia e Leonor Beleza, de que é impossível ignorar as conexões partidárias, respectivamente nos casos Emaudio e Costa Freire.

Hoje, surge a perplexidade. Não há cálculo de probabilidades que ágente tanta coincidência.

Falta saber por que sociedade secreta, maçonaria, instituto ou fundação de financiamento político oculto, passa a negociação e coordenação operativa da *conspiração dos "patrícios"*.

■ Carlos Gonçalves



Revelações

Ao ministro da Cultura do Governo de António Guterres coube a protagonização de uma das primeiras grandes manobras do novo executivo: António Maria Carrilho, poucas semanas haviam decorrido sobre a derrota do PSD nas eleições de 1 de Outubro do ano passado, subia à tribuna da Assembleia da República para anunciar com pompa e circunstância que, cultural, a nova governação ia preservar as gravuras de Foz Côa, fazer um parque arqueológico e mais diversas bondades.

A operação ia-se saldando por um fracasso. É que o porta-voz escolhido entrou pelo parlamento como um elefante numa loja de porcelana, evidenciando uma petulância, uma arrogância e uma falta de senso político que iam deitando a perder todo o impacto que se procurava. O «estado de graça» lá funcionou, mas a imagem que ficou do novo responsável da cultura deixou vivas apreensões. É, na verdade, difícil imaginar postura mais contraditória com uma gestão democrática dos assuntos culturais do que a auto-suficiência evidenciada. Ainda por cima, no tal governo do diálogo. Traumatizado pelo consulado santanista, o País levou a prestação ministerial à conta de inexperiência, do complexo trânsito entre a filosofia e a prática. Segundo tudo indica, o País não tinha razão.

A Cultura fechou-se na Ajuda a preparar remodelações várias. Algumas, eram óbvias, tratava-se tão-só de desfazer alguns aleijões mais óbvios deixados pelas peculiares concepções culturais do cavaquismo. Mas a partir daí, tudo se complicou. E começaram mesmo a suceder algumas coisas inquietantes.

O Ministério da Cultura encheu-se de comissões de estudo como um campo primaveril de cogumelos. A coisa em si até poderia ter algum sentido, não fora o facto de o ministro revelar uma preocupante tendência para se rodear exclusivamente

de um esmerado grupo de amigos e conselheiros aos quais dedica uma atenção tão desvelada quanto o soberbo desprezo que manifesta pelos trabalhadores do seu ministério. Aparentemente, no entender da nova equipa, o que estava nos serviços dividia-se entre perigosos sequazes de Santana Lopes e rematados incompetentes a requererem rápida e eficaz reciclagem ditada pelas abundantes comissões.

O País, entretanto, continuava a aguardar.

Em rigor, assim continua. As leis orgânicas que deveriam vir à luz das comissões ainda se não viram. O único serviço que revela assinalável dinamismo na Ajuda é o eficaz gabinete de relações públicas que assegura a cobertura mediática do anúncio da recuperação do mosteiro de Alcobça que estava decidida há vários anos ou a continuação das obras de Sagres que deveriam ter sido impedidas há vários anos. Bem como abundantes entrevistas onde se fica a saber que a política cultural do guterrismo é vítima de conspirações várias que abrangem, aliás, um leque vastíssimo, que vai do próprio partido do ministro até outras e desvairadas forças. Entre as quais se contam os funcionários da casa.

Estes, possivelmente desiludidos com o lento desenvolvimento das coisas novas que o guterrismo traria à cultura, têm continuado a trabalhar - o que o ministro parece aceitar muito mal. Zangado, recorre mesmo aos jornais para insultar os trabalhadores do seu Ministério, assim introduzindo na cultura política e administrativa portuguesa uma nova prática. Deveras peculiar, sem dúvida, quase tanto quanto inaceitável. O episódio com o Arquivo Nacional de Fotografia é, seguramente, de uma estentórea clareza. Talvez por se tratar de questões fotográficas, foi mesmo particularmente revelador.

Admite-se a criação de uma comissão para estudar o problema.

■ RC



Na cidade do Porto a propósito do «Avante!»

■ João Honrado

É chegada uma noite fria, áspera, invernos. Na cidade do Porto, Dezembro, 1961. Durante uma ofensiva policial. Instalações clandestinas já abandonadas, à pressa. Pontos de apoio agora menos seguros. Telefonemas combinados, com mensagens encobertas. Anúncios falsos nos jornais diários, para avisar camaradas, no mesmo sentido dos telefonemas. (Des)marcação de encontros. Troca de sectores de trabalho. Organização que não se podia perder. Pânico que não poderia haver. Camaradas presos. Insegurança nos transportes. Mudanças nas deslocações. Encontros transferidos para o centro (desconhecido) da cidade. Integrados na multidão que se dirigia para o Estádio das Antas. A luta não podia parar. Aparência de legalidade na vida dos clandestinos. As condições tornavam-se mais difíceis. Uma tipografia clandestina assaltada: a PIDE ocupa a casa e cerca as ruas. Caixas de tipo, prelo e papel foram perdidos, além da prisão dos camaradas. O material era muito valioso. Anos de defesa e consolidação para nova tipografia não se recuperam de um dia para o outro. A dificuldade de papel de bíblia de 63 gramas, que desse boa impressão dos dois lados. Novos camaradas para instalação. Havia, na tipografia assaltada, a filha do casal (Agostinho Saboga e Lucinda), uma criança com nove anos de idade. Encontros no exterior com ajuda da menina para receber e entregar material: uma situação excepcionalmente favorável para nos defendermos da vigilância policial.

Ah!, mas a luta não pára! Se lá em cima ficassem os fascistas e cá em baixo milhões de trabalhadores... Mas a luta não parou e não pára! O povo sabe isso. Os comunistas também. A tipografia clandestina do «Avante!» – órgão central do Partido Comunista Português – continuava a trabalhar regularmente. Os exemplares do «Avante!» desse mês – Dezembro – chegaram ao sector, dando conta das lutas económicas e políticas ao longo do país. Dando conta da ofensiva policial no Porto e das prisões sofridas.

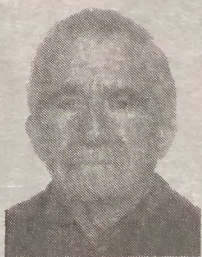
A tipografia do «Avante!» – sempre em território nacional – que vem desde 1931, com actividade ininterrupta desde 1941, continuava... O trabalho dos comunistas, particularmente dos funcionários do PCP, alimentava a informação com informações sobre a luta do nosso povo. Os jornalistas proletários escreviam (escrevem) o «Avante!». Trabalho de muitos camaradas nas organizações do Partido, também.

O «Avante!», nesta altura, tinha no Porto um forte apoio de fornecimento de papel. A repressão aumentava. Admitia-se, com algum fundamento, a aproximação da PIDE na descoberta do «armazém» clandestino de papel bíblia.

Nessa noite – noite de Natal – o camarada Vilarigues e eu na cidade deserta de transeuntes, quando já ninguém circulava, como era habitual na proximidade da hora da ceia natalícia... era, pois, para nós, a possibilidade, com sucesso, de transferirmos uma centena de resmas de papel bíblia que tínhamos no depósito.

Mas a tarefa tornou-se ainda mais difícil, para além do que tínhamos previsto: a fechadura da porta do «armazém», na casa térrea emperrada, não abria. O recurso foi o de treparmos ao telhado para destelharmos. Empoleirados, sem nenhum trânsito na rua, conseguimos assim fazer a transferência do papel para a tipografia do «Avante!», com a participação do camarada da furgoneta que, ainda hoje, não sei identificar, nem pelo pseudónimo nem pelo nome. Ou mais exacto: criarmos a possibilidade, com segurança conspirativa, de salvar o papel para, oportunamente, ir entrando para a nossa tipografia...

Assim – nessa noite fria, áspera, invernos –, sem a companhia da família e/ou de amigos, sem o aconchego duma (mesmo pobre) ceia natalícia, foi com imensa alegria que participámos do começo da reorganização, no sector Norte, na tarefa de salvarmos um importante carregamento de papel para a tipografia do «Avante!».



■ Miguel Urbano Rodrigues

O Munique soviético de Malta analisado por Anatoli Gromiko

Nos dias 11 e 15 de Junho passado, o *Pravda* publicou em Moscovo as duas partes de um importante artigo de Anatoli Gromiko, intitulado «Como venderam uma grande potência». O tema é a Cimeira de Malta em Dezembro de 89, entre Bush e Gorbatchov.

No panorama, pobre e opaco, da literatura política sobre os bastidores das relações entre a URSS e os EUA na fase da *perestroika*, o texto de A. Gromiko – prestigiado historiador e académico, filho do ex-ministro dos Estrangeiros, Andrei Gromiko – emerge como peça documental de grande significado. Um dos seus méritos é o de chamar a atenção para o trabalho, mal conhecido, que o governo dos EUA desenvolveu, com habilidade e inteligência, visando destruir os alicerces do Estado soviético, abalados pelos erros de Gorbatchov e do punhado de aventureiros que o envolviam.

O objectivo de Bush era dismantlar, por dentro, o socialismo, impedindo que fossem rectificadas os erros que haviam conduzido a URSS a uma situação de crise profunda.

O plano foi preparado com muita antecedência. Era preciso conquistar e confundir os principais interlocutores soviéticos, sobretudo três homens-chave: Gorbatchov, Chevardnaze e Alexandre Iakovlev, o poderoso responsável pela ideologia no PCUS. Tornava-se indispensável convencê-los de que a URSS tinha de se integrar em tempo brevíssimo na comunidade dita dos «Estados civilizados». Para isso iam impor-lhe condições: retirar as suas tropas da Alemanha, aceitar a reunificação do país, mantê-lo na NATO e reduzir unilateralmente os seus armamentos estratégicos.

O plano americano para Malta resultou em cheio. Bush obteve mesmo mais do que esperava.

Foi essa história que A. Gromiko contou no *Pravda* num fascinante trabalho pouco divulgado na Europa. O desinteresse pelo assunto compreende-se: a história do Munique soviético é muito incómoda para os homens que dirigem o mundo capitalista.

Em Malta, Gorbatchov violou praticamente todas as regras de ouro da diplomacia soviética, arrasando os pilares em que se apoiava a política externa do país nas últimas décadas.

A. Gromiko não exagera ao afirmar que a desintegração da URSS começou na Cimeira de Malta. Enquanto ali os americanos actuaram como representantes de uma potência imperial, conscientes do que pretendiam, Gorbatchov agiu sempre como um político vaidoso, individualista, tomando as decisões ao sabor dos impulsos do momento, como se fora dono da URSS.

A sondagem de Kissinger

Bush preparou-se muito bem. Sabia o que queria.

Quando era ainda apenas o vice de Reagan, perguntaram-lhe o que pensava de

Gorbatchov. «A nossa tarefa», respondeu, «não é ajudá-lo, mas actuar no interesse dos EUA para influir na sua política, encaminhando-a na direcção que nos convém.»

Nas relações pessoais que mantivera com Gorbatchov desde 1985 causou uma profunda impressão no líder soviético. Este, cativado pelo estilo do norte-americano (tão diferente do seu), costumava dizer que «as intenções de Bush são boas», mesmo quando ataca a URSS. O secretário do PCUS confundia sistematicamente a política do Estado com as suas impressões pessoais.

Manipular Gorbatchov passou a ser assim um objectivo prioritário da Casa Branca e do Departamento de Estado a partir do momento em que os contornos do seu perfil psicológico se tornaram nítidos para os soviétólogos de Washington.

Dois homens desempenharam um papel importante no esboço da política a seguir no diálogo com Gorbatchov: Henri Kissinger e Brent Scowcroft, o assessor para os Assuntos de Segurança de George Bush.

Kissinger, precedendo a Cimeira de Malta, fez uma visita a Moscovo. Falou inicialmente com Alexandre Iakovlev, tido por o cérebro do PCUS e pró-americano. Disse-lhe sem rodeias que as relações entre os dois países durante a presidência de Reagan haviam sido cosméticas e que era indispensável aprofundá-las com seriedade.

Abordou depois o tema da influência da URSS na Europa Oriental, insinuando que os EUA se oporiam a qualquer tentativa de a manter. Iakovlev mostrou-se compreensivo.

Cumprido o prólogo, Kissinger esteve com Gorbatchov e entregou-lhe uma carta pessoal de Bush. O russo quis saber se o presidente norte-americano pretendia averiguar se a URSS estava disposta a renunciar à Europa Oriental. Kissinger respondeu afirmativamente.

Como aconteceria depois muitas vezes, as reacções soviéticas surpreende-

ram os americanos. Iam ao encontro dos seus desejos. Gorbatchov informou Kissinger de que o assunto teria de ser estudado...

Obviamente, em Washington percebeu-se que em Malta o dirigente soviético não iria defender os interesses do seu país.

Segundo Gromiko, a atitude que Bush adoptou foi influenciada pelos conselhos de Robert Gates, o director da CIA. Na opinião deste, seria útil fazer uma pausa. Não forçar a mão aos soviéticos e demonstrar mesmo um certo distanciamento.

A imprensa norte-americana retomou as críticas à URSS. Brent Scowcroft foi incumbido de fazer o papel de mau.

Em Moscovo, Gorbatchov enervava-se com o desinteresse aparente de Bush, que parecia não ter pressa alguma de discutir as relações de Washington com Moscovo.

A. Gromiko, não sem ironia, refere os elogios que Margaret Thatcher derramava então sobre Gorbatchov e os conselhos que lhe deu para «descentralizar o poder», porque em Moscovo «os ministérios económicos controlam tudo» (julgava ela).

Gorbatchov acreditava, como em tudo o que os seus «amigos ocidentais» lhe diziam.

A Directiva NSR-3

Bush e Baker – escreve Gromiko – «consideravam que nas relações com Gorbatchov não era necessário procurar pontos de convergência, nem interesses nem compromissos. Gorbatchov era visto por eles tal como era, um político dócil, que seria fácil «derrubar», impondo-lhe a vontade deles e as suas regras do jogo. Não era preciso ir ao seu encontro a meio do caminho. «Ele vinha mesmo ao nosso encontro» – dizia Baker. «Somente era necessário permitir-lhe que continuasse assim no futuro imediato.»



A Directiva NSR-3 definiu, em meados de 89, sinteticamente os objectivos civis da estratégia norte-americana:

- Tornar irreversíveis as reformas na URSS (ou seja, as mudanças que favoreciam os EUA).

- Usar a *perestroika* como alavanca para mudar o sistema soviético «na direcção que mais nos convém».

- Manter a iniciativa e traçar os critérios com base nos quais seria tomada a decisão de permitir ou não o ingresso da URSS na «comunidade dos Estados civilizados».

A. Gromiko chama a atenção para o facto de Gorbatchov e Chevardnaze não terem compreendido durante muito tempo que a URSS estava a levar adiante uma política que punha em causa os objectivos traçados oficialmente para a *perestroika*, pelo que a estratégia adoptada conduziria à destruição do Estado soviético.

Nos EUA, porém, avaliou-se bem o significado daquilo que estava a acontecer.

«Para tratar de destruir o sistema soviético – sublinha A. Gromiko – procurou-se atingir esse objectivo pelas próprias mãos do mais alto líder soviético.»

Começaram então a elogiar Gorbatchov nos EUA, apresentando-o como um anjo. Os últimos e enormes erros da política externa da URSS foram qualificados de «conquistas históricas». A Casa Branca fez pressão no sentido de que as críticas à URSS, antes desejadas, desaparecessem dos meios de comunicação social.

Enquanto em Moscovo, Gorbachov, sem convicção, repetia que o objectivo era «mais socialismo», os americanos sorriam, apercebendo-se de que ele estava a destruir «o modelo soviético de socialismo».

«Distraída pela diplomacia de salão e tratando de conseguir o reconhecimento dos “amigos” do Oci-

dente – alicia A. Gromiko –, a equipa de Gorbachov não compreendia que os EUA aspiravam a permanecer como a única superpotência. Os gorbachovianos contavam com o apoio público da Casa Branca, mas na realidade não eram levados a sério em Washington. E isso ficou claro quando a Casa Branca começou a preparar a Cimeira de Malta.»

Capitulação em Malta

Gorbachov e Chevardnaze não tinham uma política externa merecedora desse nome. Utilizavam, para o conhecimento das situações, a herança de Andrei Gromiko e, como costumava dizer, «a reserva criada pelos peões da *perestroika* e pelo esclerótico Brejnev».

Apresentaram-se em Malta sem ideias arrumadas, sem propostas, convictos de que no centro dos debates estaria o respeito pela Acta Final de Helsínquia.

Era uma concepção pouco inteligente. Os EUA não estavam interessados na manutenção das fronteiras europeias, mas sim na sua alteração.

O desprezo pelos interlocutores russos na delegação americana era tamanho que Sununu, um dos assessores de Bush, desabafou ao chegar a Malta: «Vamos bater com força, vamos fazê-los ir pelos ares!»

O presidente George Bush exprimiu-se no mesmo sentido: «Cairemos em cima deles como um bando de assaltantes!»

As intervenções do presidente – os temas, o conteúdo e o estilo – haviam sido cuidadosamente preparadas. Bush começou por elogiar a *perestroika*, sem esquecer os agradecimentos da praxe a Gorbachov, falou da disponibilidade dos EUA

para ajudar a URSS e abrir-lhe as portas de algumas organizações internacionais, e citou 17 iniciativas que poderiam levar ao aprofundamento da cooperação técnica.

As contrapartidas eram duríssimas. O presidente não mastigou as palavras: «Os norte-americanos», disse, «não podem aceitar o seu apoio a Havana e Manágua. Os EUA não revogariam a legislação discriminatória e não dariam os passos favoráveis à URSS enquanto o Kremlin prosseguisse com a sua política para a América Central.»

Gorbachov atrapalhou-se. E começou a mentir. Segundo A. Gromiko, declarou que «Castro fora advertido sobre a necessidade de caminhar em sintonia com Moscovo e de seguir o exemplo dos países da Europa Oriental».

George Bush, com secura, insistiu e insultou o governo sandinista (pouco depois a URSS deixou de fornecer armamento e petróleo à Nicarágua).

O golpe mais devastador chegou quando principiou o debate sobre a Europa Oriental. Gorbachov, começou a falar das Duas Alemanhas como um problema criado pela história e que «a história deverá resolver».

A posição norte-americana era antagónica. O objectivo tinha transparência: liquidar a Acta Final da Conferência de Helsínquia sobre a Segurança e Cooperação na Europa, destruir o *status quo* existente.

Na opinião de Bush, as alterações ocorridas na Europa Central não ameaçavam «os interesses legítimos da segurança da URSS».

Gorbachov não tentou, sequer, resistir. Em tom lamuriento, começou a queixar-se como se estivesse numa reunião de família: «Sabemos que as nossas tropas não são desejadas ali...»

A. Gromiko comenta: «Mais uma vez revelou complexos de inferioridade, ausência de objectivos e incapacidade de defender as suas posições.»

Bush não fez concessões. Quando se discutiu o equilíbrio de forças na Europa defendeu com firmeza uma posição juridicamente e eticamente insustentável. Falou como se a Acta de Helsínquia não tivesse recebido a plena aprovação do ex-presidente republicano Gerald Ford.

Acta de vassalagem

«Naquela época», recorda Gromiko, «parecia que os milhões de pessoas caídas na luta contra a Alemanha, primeiro a do Kaiser, e depois a de Hitler, iriam fortalecer durante séculos as fronteiras estabelecidas. Mas Gorbachov e a quinta coluna da URSS, apoiada pelo Ocidente, não pensavam assim. A sua capitulação em Malta fez retroceder a URSS, e depois a Rússia, milhares de quilómetros para leste, e imprimiu às forças centrífugas da Federação Soviética uma aceleração fatal. Em Malta não era Bush quem consolava Gorbachov, mas o inverso, como se fossem os EUA quem deixava a Europa.»

Foi indecoroso o que se passou.

«Queremos que vocês permaneçam na Europa», implorou Gorbachov. «Para o futuro da Europa é importante que vocês fiquem aqui. Não pensem, portanto, que pretendemos que se retirem!»

Bush quase não acreditava no que estava a ouvir. Baker afirmou mais tarde que essa declaração de Gorbachov foi a mais importante de toda a Conferência.

A discussão em torno das repúblicas bálticas, introduzida por Bush, também se desenvolveu de forma a colocar o dirigente soviético numa posição humilhante, indigna do chefe de Estado de uma grande potência.

Bush começou por recordar que os EUA nunca haviam aceiteado «a anexação» das repúblicas pela URSS. «Se ali for usada a força», enfatizou em tom de advertência, «isso provocará grande desagrado na América. Não desejamos criar-vos maiores problemas.»

Gorbachov nem tentou corrigir a ignorância arrogante de Bush. Nem sequer explicou que a Região do Báltico soviético tinha sido durante séculos parte integrante da Rússia e que, com excepção da Lituânia, nunca haviam existido ali estados organizados antes da Primeira Guerra Mundial.

A entrega da RDA

Afirmando a sua convicção de que a Cimeira de Malta passará à História como o Munique soviético, A. Gromiko comenta: «O homem que se considerava dono da URSS efectuou com ousadia um *striptease* político, até ficar nu. Na história contemporânea mundial não há páginas mais tristes e sombrias do que as burlas de que a URSS foi vítima após Malta.»

Transcorridos dois meses, a 7 de Fevereiro de 1990, James Baker chegou a Moscovo para coordenar com

Chevardnaze a saída da URSS da Europa Oriental. Em nome de Bush, começou por propor a redução inicial do Grupo de Exércitos soviéticos na Alemanha Oriental para 195 000 homens.

O jogo do gato e do rato foi penoso. Dois dias depois, Baker reuniu-se com Gorbachov para o informar de que os EUA eram favoráveis «à unificação da Alemanha, mas permanecendo como membro da NATO e não neutral».

Helmut Kohl, evidentemente, apoiava nos bastidores esse jogo bem estudado. Gorbachov, como sempre, não estava preparado. «Começou rindo e acabou chorando» – comenta A. Gromiko. Evocou os vinte milhões de soviéticos caídos na luta contra a Alemanha e acrescentou que «a expansão territorial da NATO seria inaceitável».

Na alta direcção do PCUS houve reacções fortes. Egor Ligatchov e Valentin Ealin denunciaram a política aventureira de Gorbachov relativamente à Alemanha. Mas ao comentarem o assunto com Alexandre Iakovlov, este respondeu-lhes com uma pergunta cínica: «O que há de incorrecto ou de terrível nisso?»

A conspiração alastrava, entrando pelo próprio Politburo, cada vez mais apodrecido.

Gorbachov entregou tudo o que não lhe pertencia e, no presente oferecido aos EUA, foi de roldão a segurança da URSS.

No dia seguinte, Kohl correu a Moscovo, onde o embaixador alemão lhe entregou uma carta secreta em que Baker expunha as ideias de Gorbachov.

Dirigente de pacotilha

Meses depois, em Junho de 90, Gorbachov foi triunfalmente recebido em Washington. As festas, majestáticas, ficaram conhecidas como «O Natal em Junho».

Bush temia um recuo do dirigente, tão ostensiva era a capitulação soviética. Mas os seus receios eram infundados. Gorbachov ficou deslumbrado com a recepção. Prometeram-lhe que a URSS iria receber uma ajuda fabulosa e ele acreditou.

A vitória dos EUA foi qualificada de histórica. Com fundamento. O Tratado de Varsóvia desaparecia e a NATO não somente permanecia como começava a estender para Leste os seus tentáculos.

Em Julho de 1991, quando Gorbachov se apresentou no Encontro do Grupo dos 7 para cobrar o que lhe havia sido prometido, Bush tratou-o com frieza.

Às súplicas de Gorbachov – Washington estava já a jogar a cartada de Ieltsine – pedindo os biliões anunciados – o presidente norte-americano respondeu com secura: «Desculpe, mas nada disso está claro.»

Anatoli Gromiko, no final do seu importante e lúcido artigo, lembra que Gorbachov adquiriu agora o hábito de responsabilizar a história pelo que se passou durante o seu mandato. E expressa a sua opinião: «Esquece apenas que a história é feita por homens. Uns activos, outros passivos. Para a URSS, foi uma tragédia que um dirigente de pacotilha pertencesse à segunda categoria de pessoas.»

PONTOS CARDEAIS

Mais totoloto

O Governo tomou mais uma decisão de peso: deu luz verde à Santa Casa da Misericórdia para fazer dois totolotos semanais a partir de Fevereiro do próximo ano. Embora ainda um pouco às aranhas na elaboração de legislação específica para tão grande benefício social, os ministros da tutela - Ferro Rodrigues e Maria de Belém - já puseram a Santa Casa à vontade, dando-lhe autorização para avançar com a parte logística da coisa. Como se vê, o Governo não dorme - é quase como Deus.

O desemprego aumenta? Os salários baixam? As reformas deram mais um passo na miséria? As empresas continuam a encerrar a ritmo alucinante? A produção cai? Não há problema: em contrapartida, a sorte dos portugueses **uplicou**. Que sorte temos, com este Governo!

À cata de ouro

A notícia no *Público* brilhava assim, na primeira página: «A empresa canadiana *Montemor Resources* está a fazer prospecção e pesquisa de ouro

em Montemor-o-Novo sem autorização estatal. Uma «joint-venture» assinada com a concessionária desses direitos, a *Portuglobal*, permite-lhe concretizar um projecto que foi preterido durante a escolha dos candidatos àquela concessão. Aquele acordo ainda não foi homologado pelo organismo português responsável pelo sector, o Instituto Geológico e Mineiro (IGM). E, para conquistar o apoio de investidores luso-canadianos, a *Montemor*

Resources propagandeia em Toronto direitos que não detém. Com o ICEP a ajudar.» Note-se que o ICEP é um organismo estatal. Pelo que esta pesquisa ilegal de ouro no Alentejo ainda por cima tem patrocínio governamental! Quanto ao Alentejo, não bastava terem nele reconstruído o latifúndio e semeado de novo as sementeiras da miséria: agora até o esventram para lhe roubar o eventual ouro...



Ficheiros suspeitos

Continua a embrulhada que Marcelo Rebelo de Sousa arranhou com a actualização dos ficheiros do PSD. Primeiro, foi a triste constatação de que a maioria dos «filiados» não existia,

agora surgem «casos suspeitos» no próprio processo de actualização. É o caso de um deputado laranja que se «refiliou» sem saber... ou de nove militantes da mesma secção de Lisboa que deram todos a mesma morada na ficha. Segundo conta o *Diário de Notícias*, o processo de actualização de ficheiros é um anedotário desde o princípio. Na chamada «primeira fase» do processo, foram detectadas situações em que apareciam 89 «militantes» a residir num apartamento de três assoalhadas! Como se vê, autênticos alfbres de laranjinhas. Nesta segunda fase, chamada de «refiliação», a vigarice parece continuar firme e indomável, com estes nove «militantes» a darem a mesma morada. O caso do deputado também é fresco. O referido senhor recebeu em casa o pedido de fotocópia do bilhete de identidade, que era «o único documento que faltava no seu processo de filiação». Acontece que o dito deputado ainda não tinha enviado qualquer documento, coisa que, pelos vistos, alguém se encarregou de fazer por ele! Por este andar, a actualização dos ficheiros laranja ainda se tornam mais deliciosos que os «Ficheiros Secretos» da televisão.

PONTOS NATURAIS

Quatro notas de TV

Bola de futebol maior que a bola do Sol

- **Matou o sogro e ameaça também matar o filho.**
- **Os sequestradores do avião desviado para Londres libertaram 160 passageiros.**
- **Domingos lesionou-se, tudo indicando que se trata de uma lesão greve.**

Eis as três notícias que o Primeiro Jornal da SIC chamou para o interior do noticiário.

Também no *Novo Jornal* da TVI, e sem qualquer separador, se deixa a reportagem do crime de Ourém e se pega na operação a que Domingos foi sujeito e que demorou 35 minutos. Coitado do moço.

Em todo o lado o futebol nos aparece, por um lado, como um amortecedor de tensões, e por outro lado, como uma transferência de tensões, também aqui perigosamente acumuladas. Os meninos saltam a corda com um cabo de alta tensão.

A barragem e o tempo

Sete graus a Oeste, rubrica apresentada por Rita Saldanha, dedica-se às questões de meio ambiente. A RTP nunca fala dela, pobrezinha da enteada.

Teve muito interesse a emissão dedicada às consequências da construção da barragem do Alqueva. Entre elas, o

afogamento do Castelo de Lousa.

Precioso o depoimento do prof. José Hermano Saraiva. Considerou que o entrave à conquista do pão-nosso-de-cada-dia devia ser bem pesado e bem medido pela importância dos testemunhos do passado. Que se construa pois a barragem. E depressa. - **Levámos mais tempo a discutir a barragem do Alqueva - disse ele - do que os judeus levaram a irrigar o deserto.**

Jurista e historiador: o

conhecimento das palavras exactas e breves.

O alfinete

Para os gregos, teatro bom era aquele em que se ouvisse a queda de um alfinete no meio do anfiteatro.

Lembrei-me do caso durante a transmissão do final do «open» dos Estados Unidos entre Mónica Seles e Stefi Graf. Recinto imenso e à cunha. A certa altura, ouve-se

distintamente aquela voz depois de uma jogada hesitante:

- Mónica, casa comigo, sinto-me tão só...

Mónica perdeu o jogo. Sabe-se lá se perdeu também um bom casamento. Mas ficou provado que o ideal dos gregos está quase atingido.

Flagrante

Amareleja, Alentejo. Mais ou menos à uma hora da madrugada, uma patrulha da GNR é desinquietada pelas cantorias vindas de um café. Os guardas avançam e mandam calar os cantores. De trás do balcão sai António Rações, o nosso herói de hoje, e pergunta:

- **Não podemos cantar porque? A mim nem a Guarda nem ninguém me proíbe de cantar.**

Os guardas avisam:

- **Ou se cala, ou incorre em crime de desobediência.**

Mas o António, ali mesmo, na presença de todos, recomeça a cantar, desta vez baixinho. António Rações, mais conhecido por Tónico, é levado para a esquadra e no dia seguinte julgado sumariamente. A sentença condena-o por crime de desobediência a pagar uma multa ou a cumprir 66 dias de prisão. Tónico recorre à segunda instância dos tribunais, onde lhe é reconhecida a razão e o absolvem.

Tónico estava no seu direito quando resistiu e não acatou a ordem da GNR. Tratava-se, como depois se provou, de uma ordem ilegítima.

(*Falatório*, com Paulo Moura Pinheiro)

Mário Castro



AGENDA

AVEIRO

Aveiro - Assembleia Plenária das org. concelhias de *Ovar e Oliveira do Bairro*: dia 22, 21h30, CT Aveiro.
 Águeda - das org. concelhias de *Águeda e Albergaria-a-Velha*: dia 22, 21h30, CT Águeda.
 Ílhavo - das org. concelhias de *Ílhavo e Vagos*: dia 23, 15h, Salão de "Os Ílhavos".
 Ovar - da org. concelhia: dia 22, 21h30, CT Ovar.
 S. João da Madeira - das org. concelhias de *S. João da Madeira, Arouca, Castelo de Paiva, Vale de Cambra*: dia 23, 15h, CT S. João da Madeira.

BEJA

Cuba - Assembleia Plenária das freg. de *Cuba, Faro do Alentejo, Vila Alva, Via Ruiva*: dia 21, 20h30, CT Cuba
 Aljustrel - do conc. de *Aljustrel*: dia 23, 15h, CT.
 Ourique - das org. concelhias de *Ourique, Santana da Serra*: dia 23, 15h, CT de Ourique; de *Garvão, Santa Luzia*: dia 23, 18h, JF Garvão; de *Panoias, Concelho*: dia 23, 20h30, CT Panoias.
 Serpa - da org. de *Vale de Vargo*: dia 23, 15h, CT.

BRAGANÇA

Vila Flor - Assembleia plenária da org. concelhia: dia 22, JF de Vila Flor.
 Alfândega da Fé - da org. concelhia: dia 22, CT.

CASTELO BRANCO

Castelo Branco - Ass. plen. da org. concelhia, com Jorge Pires: dia 22, 21h, CT
 Covilhã - das org. freguesias de *Tortosendo, Domingos, Cortes do Meio*: dia 23, 15h; das freguesias cidade de *Covilhã e Boidobra*: dia 23, 21h (ambas com Jorge Pires); das freg. *Cantar-Galo, V. do Carvalho, Teixoso, Sazedo, Verdelhos, Ferro, Peraboa, Orjais, V. Formoso, A. Souto*: dia 23, 16h, JF Teixoso.

COIMBRA

Organização dos Médicos - : dia 21, 21h30, no CT de Coimbra.
 Coimbra - da freg. de *Eiras*: dia 22, 21h30, na Esc. do Ciclo em Pedrulha; das fregs. *S. Martinho e Sta. Clara*: dia 23, 15h, na JF de Sta. Clara; da freg. de *Oliveiras*: dia 23, 17, Ct de Coimbra.
 Figueira da Foz - da org. concelhia: dia 23, 15h30, Soc. Filarm. 10 de Agosto
 Montemor-o-Velho - da org. concelhia: dia 23, 14h30, Auditório da Esc. Profissional
 Oliveira do Hospital - das org. concelhias de *Oliveira do Hospital e Tábua*: dia 23, 21h, em Ervedal (casa do cam. Tomás).

ÉVORA

Alandroal - da org. concelhia: dia 26, 17h; da freg. de *Santiago Maior*: dia 26, 20h
 Borba - Debate com a *Juventude*: no Salão Nobre da CM, dia 21, 21h; ass. plenária de *Reformados*: dia 23, 15h; da org. concelhia de *Borba*: dia 26, 15.
 Évora - do Sector de *Serviços*: dia 22, 18, CT; da freg. *Graça do Divor*: dia 22, 20h30, Casa do Povo; do Sector dos *Bairros*: dia 23, 15h, CT; da célula da *CM*: dia 26, 18h, CT; do Sector *Intelectual*: dia 26, 21h, CT; de *Reformados*: dia 27, 15h, CT.
 Montemor-o-Novo - da célula da *CM*: dia 22, 21h, CT; da freg. de *Cortigadas de Lavre*: dia 22, 20h30, Centro Cultural; de *Maia*: dia 22, 20h30, Centro Cultural; da freg. de *Cabrela*: dia 23, 20h30, CT.
 Portel - Ass. plen. de *Santana*: dia 23, 20h, JF.
 Vendas Novas - Ass. plen. concelhia: dia 22, 21h, CT, com José Soeiro.
 Viana do Alentejo - Ass. plen. concelhia: dia 22, 21h, CT.
 Vila Viçosa - Ass. plen. de *S. Romão*: dia 26, 15h, Casa do Povo.

FARO

Dia 22 - Ass. plenárias concelhias em *Albufeira, Faro, Lagoa e Loulé* (às 21h).
 Dia 23 - em *Portimão e Vila Real de Sto. António* (às 15h).

GUARDA

Guarda - Ass. plen.: dia 23, 15h, no CT. No final, convívio-magusto.
 Meda e Foz Côa - da org. local: dia 24, 15h, casa do Armando (Pocinho).
 JCP - Ass. plenária distrital: dia 22, 21h, CT da Guarda.
 (Todas estas Ass. Plenárias com Aurélio Santos)

LISBOA

Alenquer - Ass. plen. das freg. *Abrigada e Cabanas*: dia 22, 21h30, CT
 Amadora - da célula dos *Trabalhadores da CM/SMAS*: dia 21, 17h30, CT da Amadora; da org. da freg. *Buraca*: dia 23, 15h, CT Damaia; da freg. de *Reboleira*: dia 23, 15h, JF Reboleira; *IV Assembleia da Org. da Freg. da Falagueira / Venda Nova*: dia 23, 14h, JF local.
 Cascais - da freg. de *Parede*, com jantar: dia 23, Coop. da Linha do Estoril;



JCP

17º

Aniversário

Em Évora,

Sábado, 23, na Joaquim António de Aguiar

- Debate: A Juventude e o Ideal Comunista às 17h30

- Café-Concerto às 21h30

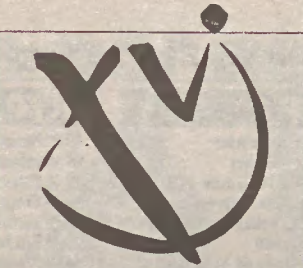
No Restaurante "O Jovem": Jantar às 20h

Em BENCATEL,

Sexta-feira, 22, no CT do PCP

Convívio de jovens de

Redondo, Borba, Alandroal, Vila Viçosa



CONGRESSO

PCP

UM PARTIDO
MAIS FORTE
NOVO RUMO
PARA PORTUGAL

PORTO - 6.7.8 DEZEMBRO 1996

Plenários
e reuniões
para
discussão
das TESES

da freg. de *Carcavelos*: dia 23, 15h30, CT Carcavelos; plenário convívio em *Alcabideche*: dia 23, 15h, CT local.

Lisboa - Ass. plen. da freg. *Fátima*: dia 21, 21h, CT da R. Soeiro Pereira Gomes; do Sector *Serviços*: dia 21, 21h, no CT da Av. Duque de Loulé; da célula da *EDP*: dia 21, 18h30, CT Vitória; da cél. *CTT/SNTCT*: dia 21, 18h30; das cél. *Marconi e Port. Telecom*: dia 21, 18h30, CT Vitória; de *Organismos da DORL* (Cél. CT Vitória, CTs, SIP DORL e outras): dia 21, 18h30, CT Vitória; da freg. *S. Domingos de Benfica*: dia 22, 21h, JF local; da freg. de *Carnide*: dia 22, 21h, JF local; da célula da *Autocoope e Ind. Táci*: dia 22, 17h30, CT Vitória; *2ª Assembleia da org. da Freg. do Beato*: dia 23, 15h, JF; das fregs. de *Alcântara, Sto. Condestável, Belém, Prazeres, Campolide*: dia 23, 15h, CT Alcântara; das fregs. de *Ajuda e S. Francisco Xavier*: dia 23, 15h, CT Ajuda; das fregs. *Lapa, Sta. Isabel, Santos, S. Mamede*: dia 23, 15h, Ct Santos; *3ª Ass. da Org. da Zona Centro de Lisboa*, com almoço-convívio: dia 23, 10h, na Subseção do Adicense (R. S. Pedro, 20, Alfama); do Sector dos *Bancários de Lisboa*: dia 26, 17h30, CT Vitória; da célula da *Segurança Social*: dia 27, 19h, CT Vitória; do org. intermédio do *Min. Finanças e Peq. Ministérios*: dia 27, 19h, CT Vitória; do Sector *Seguros*: dia 28, 18h, CT Vitória.

Loures - da célula da *CM/SMAS*: dia 21, 17h45, Refeitório Municipal; das células da *Iglo/MEC/Alcântara/Cavan*: dia 21, 18h, CT de Sta. Iria da Azóia; da freg. *Prior Velho*: dia 22, 21h30, JF; da freg. *S. João da Talha*: dia 22, 21h30, noo CT S. João da Talha; da freg. de *Caneças*: dia 22, 21h30, CT local; das células da *FIMA/Robbials/Olail/Vicar/Trefilaria*: dia 22, 18h30, CT Sacavém; da freg. *Sacavém*: dia 23, 15h, CT local; de *S. Julião do Tojal*: dia 23, 15h; da freg. de *Moscavide*: dia 23, 15h, CT local; da freg. de *Bucelas*: dia 26, 21h, JF; das células dos *Trab. das JF da Zona Ocidental de Loures / Comelna / Unalbor* dia 26, 21h, CT Odivelas.

Oeiras - dos militantes da *Cruz Quebrada*: dia 27, 21h, CT Algés.
 Sintra - de militantes do Sector *Empresas* do concelho: dia 21, 18h, CT Algueirão e dia 23, 13h, no Rest. Sousa, nas Mercês, com almoço-convívio; da freg. *Rio de Mouro*: dia 23, 15h, CT local; *Assembleia da Org. da Freg. de Queluz*: dia 23, 15h, Salão dos Bombeiros, com José Casanova; *Assembleia da Org. da Freg. de Algueirão / Mem Martins*: dia 23, 15h, no Bombeiros do Algueirão; da freguesias de *Sta. Maria e S. Martinho* (Sintra): dia 28, 21h30, CT Sintra; da freg. *S. Pedro de Penaferrim*: dia 23, 15h, em casa da cam. Vitória Lagarto (Abrunheira).

Torres Vedras - da org. concelhia: dia 22, 21h30.
 Vila Franca de Xira - *6ª Assembleia da Org. da Célula da CM / SMAS*: dia 21, 18h, no Ref. Municipal; da freg. de *Alhandra*: dia 22, 21h30, CT; da freg. de *Alverca*: dia 22, 21h30, CT; da célula do *Bom Sucesso*: dia 23, 15h30, CT local; da freg. de *Alhandra*, com convívio: dia 23, 16h, CT Alhandra; das empresas de *Alhandra/Sobralinho*: dia 26, 18h, CT Alhandra; *Encontro com Jovens Comunistas do Concelho de V.F.X.*: dia 23, 16h, CT Vila Franca. Sector da Saúde da *ORL* - Discussão das Teses com participação dos delegados eleitos: dia 26, 18h30, CT Vitória.

Sector Intelectual da *ORL* - Ass. plen. do Sector *Artes Plásticas, Arquitectos e Design*: dia 21, 21h30, CT Vitória; dos *Professores do Ensino Superior*: dia 21, 21h30, CT Vitória; da *Comunicação Social*: dia 28, 21h30, CT Vitória.

PORTO

Baião - Ass. plenária da org. concelhia: dia 23, 21h00, Casa do Povo de Sta. Maria do Zêzere.
 Gondomar - da freguesia de *Fânzeres*: dia 23, 15h, JF; de *Valbom*: dia 23, 15h, Esc. 1º Ciclo Pinheiro de Além nº 2; de *S. Pedro da Cova*: dia 23, 21h30.
 Matosinhos - Ass. plen. da freguesia de *Leça do Balio*: dia 22, 21h30, Esc. Primária Gondivai; das freg. de *Perafita, Lavra, Sta. Cruz do Bispo*: dia 23, 15h30 (ambas com Serafim Brás); da freg. de *Custóias*: dia 23, 15h, CT local.
 Penafiel - das freguesias de *Sebolido, Rio Mau, Eja*: dia 22, 21h, JF Sebolido; das freguesias de *Penafiel, Novelas, S. Mamede, Bustelo, Guilhufe, Milhundos, Marecos, Sta. Maria, S. Marta, Croca, Duas Igrejas, Castelões, S. Martinho, Valpedre, Santiago, Portela, Pinheiro, Oldrões, Paredes, Cabeça Santa*: dia 23, 15h, na Ass. Municipal
 Vila do Conde - Ass. plenária da org. concelhia: dia 22, 21h30, CT.

Assembleia Plenária da Célula da Siderurgia Nacional

Sexta-feira, 22, às 17h30, no CT do Seixal
com a participação de
CARLOS CARVALHAS

JORNADA DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA

na Pç. da Batalha
promovida pela DORP
Hoje, dia 21, a partir das 16h30

1 ano depois...onde está a mudança?

HOJEVEJA

TEMPO DE ANTENA DO PCP

RTP - Canal 1 (Após o Teletornada das 20.00h)

RDP - Antena 1 (Após o Jornal das 13.00h)

PCP

SANTARÉM

Abrantes - *4ª Assembleia da Organização Concelhia*: dia 23, 15h30, no CT, com Carlos Brito.
 Alpiarça - dia 22, 21h, CT, com Agostinho Lopes.
 Benavente - dia 22, 21h, CT, com Carlos Brito; da freg. de *Samora Correia*, com Jerónimo de Sousa: dia 23, 21h, CT.
 Cartaxo - *Assembleia da Organização Concelhia*: no Rest. "Cocharradas", dia 23, 21h30, antecedida de jantar-convívio, com Vítor Dias.
 Chamusca - Ass. plen. da org. concelhia: dia 23, 15h30, CT.
 Constância - dia 22, 21h.
 Entroncamento - da célula dos *Ferrovários*: dia 23, 15h, CT.
 Golegã - dia 22, 21h, CT da Azinhaga.
 Santarém - da org. concelhia, com Edgar Correia: dia 22, 21h30.

SETÚBAL

Alcácer do Sal - de *Sta. Susana*: dia 22, 18h30, Casão da Coop.; de *Albergaria*: dia 23, 15h, Centro Social e Cultural; da org. local da vila de *Alcácer e Rio de Clérigos*: dia 13, 15h; de *Barrancão*: dia 26, 17h30.
 Alcochete - da org. freg. *Samouco*: dia 22, 21h, JF.
 Almada - Ass. de Junção de *Coop. Táxis, JCP, Juventude, SIP Concelhia*: dia 21, 21h, CT concelhio; de *Pia/Raposo*: dia 23, 15h, CT de Pia; da freg. de *Sobreda*: dia 24, 15, Com. Moradores; da freg. de *Charneca da Caparica*: dia 24, 15h, CT Charneca; Ass. de Junção da *AIPICA, Bancários, CTT, Telecom, EDP, Têxteis, Seguros*: dia 26, 18h, CT concelhio.
 Alcochete - da vila de *Alcochete*: dia 22, 21h, CT; de *Samouco*: dia 22, 21h, CT; de *S. Francisco*: dia 22, 21h, Ref. da Escola.
 Barreiro - Ass. plen. de *Quadros Técnicos e Intelectuais*: dia 26, 21h, CT.
 Grândola - da org. *Melides*: dia 21, 20h30 e 23 às 17h, CT Melides; de *Canal Caveira*: dia 23, 17h, Rest. "Camacho"; de *Comerciantes*: dia 26, 21h, CT Grândola.
 Moita - de *Vale da Amoreira*: dia 23, 15h.
 Palmela - da freg. de *Poçoirão*: dia 21, 21h30, JF; dos *Trab. das Autarquias*: dia 22, 18, CT Palmela; de *Empresas*: dia 23, 15h, CT Palmela.
 Santiago do Cacém - Ass. plenárias, todos dia 23: da freg. de *Alvalade* (15h, CT), de *Santiago do Cacém* (15h, CT), de *S. Domingos* (15h, JF), de *Sto. André* (15h, CT local)
 Seixal - da org. Seixal: dia 23, 15h, CT; de *S.N.*: dia 22, 17h30, CT; do *Grupo de Junção "A" / Células de Empresa* (Indelma, telecom, A. Silva & Silva, Elo, Compelmada, Metalbaía, S. Pool): dia 23, 11h, CT do Seixal; do *Grupo de Junção "B" / Células de Empresas* (Speel, Trancmo, Bic): dia 21, 18h30, CT da Amora; da org. de *Amora + C. Form.*: dia 24, 15h; da org. de *Arrentela*: dia 23, 15h; de *Corroios*: dia 23, 15h; de *Paio Pires*: dia 23, 15h, Paio Pires F. Clube; de *Casal do Marco*: dia 23, 17h, na delegação da JF; de *Fernão Ferro*: dia 23, 21h30, JF;
 Sesimbra - da freg. do *Castelo*: dia 29, 21h30, Biblioteca do Zambujal.
 Setúbal - Assembleia plenária do Sector *Sindical*, para eleição de delegados, às 14h, seguindo-se, às 15h, a *II Assembleia da Organização do Sector Sindical*, com a participação de Domingos Abrantes (ambas no Edifício Arrábida, sábado, 23). Ass. plenária das org. de *S. Julião e Sta. Maria e Função Pública*: dia 23, 15h, Ct do Ed. Arrábida.
 Praia-Sado - ass. plen. de *Empresas Produtivas*: dia 22, 18h, CT local; da org. de *freg. de Praias-Sado*: dia 23, 21h, CT.
 Sines - reunião alargada da Com. Concelhia: dia 22, 21h, CT; da org. de *Paio*: dia 24, 20h; de *Comissões Locais*: dia 25, 21h

VIANA DO CASTELO

Viana do Castelo - Ass. plen. da *Org. Concelhia*, de células de *Empresa e Sectores Profiss.*: dia 22, 21h30, auditório do Hotel Viana Sol, com Henrique Sousa.
 Caminha - Ass. plen. dos concelhos de *Caminha, Melgaço, Monção, Valença, V. N. Cerveira*: dia 23, 15h, CT Caminha, com Henrique Sousa.
 Ponte de Lima - Ass. plen. dos concelhos de *Arcos de Valdevez, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima*: dia 23, 21h, CT Ponte de Lima, com Henrique Sousa.

TELEVISÃO

Quinta, 21

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 Palavras Cruzadas
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.35 Seleção RTP
15.30 Lições dos Tonecas
16.00 Liga dos campeões
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.10 O Campeão
19.00 País Real
20.00 Telegiornal
21.05 Vidas de Sal
22.10 Tudo às Escuras
22.45 Polícias
23.50 24 Horas
00.20 RTP/Financial Times
00.35 Olho Vivo

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.50 Euronews
17.30 Infantil
19.30 Notícias 2
19.40 Missão Impossível
20.30 Absolutamente Fabulosas
21.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
21.40 Remate
22.00 Jornal 2
22.50 Diário para Meus Pais
(de Marta Mészáros, Hungria-1990, com Zsuzsa Czinkóczi, Jan Mowicki. Drama)
00.45 Falatório

SIC

10.10 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 A Lei de Land
15.40 Buêrére
17.50 Portugal Radical
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.45 O Rei do Gado
22.00 Casos de Polícia
23.00 O Século do Povo
00.15 Último Jornal
00.35 Verdades Amas
01.35 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
15.00 SOS Urgências
15.50 Caída do Céu
16.45 Animação
18.20 Rua Jump, 21
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 Uma Família às Direitas
21.00 Visões e Profecias
21.55 Notícia Escaldante
22.50 Carlos Cruz
24.00 TVI Jornal
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...

Sexta, 22

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 Palavras Cruzadas
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.35 Olho Clínico
15.05 Seleção RTP
15.40 Polícias
16.35 Tudo às Escuras
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.10 O Campeão
19.00 País Real
20.00 Telegiornal
20.50 Vidas de Sal
21.45 A Mulher do Sr. Ministro
22.20 Concurso de Beleza Internacional
00.10 24 Horas
00.35 RTP/Financial Times
00.55 Apifobia: As Abelhas Assassinas
(de Rockne S. O'Bannon EUA-1995, com Jackie Chan, Teddy Robin. Acção)

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.50 Euronews
17.30 Infantil
19.30 Notícias 2
19.40 Missão Impossível
20.30 100 Melhores Vídeos
21.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
21.40 Remate
22.00 Jornal 2
22.50 O Meu Século XX
(de Hdko Enyedi, Hungria/RFA-1988, com Dorothea Segda, Oleg Jankowski. Ver Destaque)
00.35 Falatório

SIC

10.10 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 A Lei de Land
15.40 Buêrére
17.50 Portugal Radical
18.00 De Corpo e Alma
18.50 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 O Rei do Gado
21.25 Malucos do Riso
22.25 Agora ou Nunca
23.25 Os Donos da Bola
01.30 Último Jornal
01.45 Playboy

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
15.00 SOS Urgências
15.50 Caída do Céu
16.45 Animação
18.20 Rua Jump, 21
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 3ª Calhau a Contar do Sol
21.00 Ficheiros Secretos
23.00 Sem Reservas
24.00 TVI Jornal
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...
01.00 Hunter
02.00 Acção em Hong-Kong
(de Tsui Hark e Ringo Lam, Hong-Kong-1989. Acção)

Sábado, 23

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
11.30 Cybermaster
12.05 Cuidados com o Cão
13.00 Jornal da Tarde
13.20 Top +
14.30 Jornal Jovem
15.15 Beverly Hills 90210
16.25 Emoções Fortes
16.50 Magacine
17.20 Miss Mundo Boa Forma 95
18.20 Super Bebés
18.55 Há Horas Felizes
20.00 Telegiornal
20.50 Futebol: Setúbal-Sporting
23.00 Os Imparáveis
23.40 Contra-Infomação (Compacto)
23.55 Serviço de Urgência
00.45 24 Horas
01.05 O Último Bandido
(de Geoff Murphy, EUA-1993, com Mickey Rourke, Ted Levine. «Western»)
03.00 Fuga ao Destino
(de Chito Rono, EUA/Filipinas-1983, com Jacklyn José, Chanda Romero, Joel Torre. Melodrama)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Vida por Vida
12.35 Onda Curta
- «A Reconstrução»
(de Sérgio Godinho, Port-1992, com Inês de Medeiros, João Perry, Afonso Lagarto, Rita Loureiro. Ver Destaque)
13.00 A Caça
13.30 Mesa à Portuguesa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.00 Antologia dos Beatles (5)
19.00 Spray
19.30 2001
20.05 Foyer
21.00 Semana ao Sábado
22.05 Horizontes da Memória
22.30 O Rei e o Pássaro
(de Paul Grimault, Fr.-1980. Animação. Ver Destaque)
24.00 Sinais do Tempo
00.55 Jalna

SIC

08.30 Buêrére
12.00 O Mundo dos Animais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Tostões e Milhões
14.10 Passo a Passo
14.50 Malhação
16.10 Médicos Sem Fronteiras
17.00 Amanhecer Violento
(de John Milius, EUA-1984, com Patrick Swayze, C. Thomas Howel, Charlie Sheen, Ben Johnson. Guerra)
19.00 Marina, Dona Revista
20.00 Jornal da Noite
20.45 Clube VIP
21.20 O Fim do Mundo
22.20 Pensão Estrela
22.50 Big Show Sic
01.35 Último Jornal
01.55 Viver e Amar em Los Angeles
(de Mick Jackson, EUA-1991, com Steve Martin, Victoria Tenant, Richard E. Grant. Ver Destaque)
18.00 Top of The Pops
19.00 Cybernet
19.30 Futebol (Liga Espanhola)
21.30 Telegiornal
22.15 Paris, Texas
(de Wim Wenders, EUA-1984, com Harry Dean Stanton, Nastassja Kinski, Dean Stockwell. Drama)
21.40 Dr. Katz
22.10 Models
23.00 Futebol
00.50 Notícias
01.10 Mangler, A Máquina Mortífera
(de Robert Englund, EUA-1994, com Robert Englund, Ted Levine. Terror)

TVI

08.30 Missa
11.30 O 8º Dia
12.00 Animação
13.00 Notícias
13.30 Portugal Português
14.30 A Odisseia Submarina
15.30 Desafios
16.00 O Bom e os Maus
(de Claude Lelouch, Fr.-1975, com Marlène Jobert, Jacques Dutronc, Bruno Cremer, Brigitte Fossey. Ver Destaque)
18.00 1 West Waikiki
19.00 O Detetive das Mil Caras
20.00 Telegiornal
20.45 Sim, Senhor Ministro
21.15 Doças
22.35 O Último Dia
23.05 Notícias
23.25 Bob Roberts, o Candidato ao Poder
(de Tim Robbins, EUA, com Tim Robbins, Gore Vidal, Pamela Reed. Drama)

Domingo, 24

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
12.25 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.20 Made in Portugal
14.25 Alta Voltagem
15.00 86-60-86
15.45 Animais da Austrália
16.50 Avós e Netos
17.50 Caixa Mágica
18.25 Golos
18.35 Casa Cheia
19.20 Jet 7
20.00 Telegiornal
20.50 Os Principais
21.45 Enviado Especial
22.40 Domingo Desportivo
24.00 24 Horas
00.20 A Chacina dos Inocentes
(de James Glickenhaus EUA-1993, com Scott Glen, Jesse Cameron-Glickenhaus. «Thriller»)

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.30 Rumo à Lua
12.00 A Última Fronteira
12.30 O Dinheiro Não Dorme
13.00 Máquinas
13.35 Desporto 2
19.40 Bom Bordo
20.10 Artes e Letras - «António Gedeão»
21.25 Projecto Lazarus (4º e últº Epis.)
22.25 O Nosso Século
23.00 Teatro: «Macbeth»
01.40 Notas de Música

SIC

08.30 Buêrére
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Internacional SIC
14.10 Assuntos de Família
14.40 Malhação
15.40 Balada de Nova Iorque
16.30 Guerra dos Mundos
17.20 O Caloiro da Mafra
(de Andrew Bergman, EUA-1990, com Marlon Brando, Mathew Broderick, Maximilian Schell. Ver Destaque)
19.35 Trapalhões
20.00 Jornal da Noite
20.45 O Fim do Mundo
21.15 Cantigas da Rua
22.15 Impacto Súbito
(de Clint Eastwood, EUA-1983, com Clint Eastwood, Sondra Locke, Bradford Dillman. Policial)
00.15 Último Jornal
00.45 O Ressuscitado
01.45 Portugal Radical

TVI

08.30 Missa
11.30 O 8º Dia
12.00 Animação
13.00 Notícias
13.30 Portugal Português
14.30 A Odisseia Submarina
15.30 Desafios
16.00 O Bom e os Maus
(de Claude Lelouch, Fr.-1975, com Marlène Jobert, Jacques Dutronc, Bruno Cremer, Brigitte Fossey. Ver Destaque)
18.00 1 West Waikiki
19.00 O Detetive das Mil Caras
20.00 Telegiornal
20.45 Sim, Senhor Ministro
21.15 Doças
22.35 O Último Dia
23.05 Notícias
23.25 Bob Roberts, o Candidato ao Poder
(de Tim Robbins, EUA, com Tim Robbins, Gore Vidal, Pamela Reed. Drama)

Segunda, 25

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 Palavras Cruzadas
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.45 Seleção RTP
15.50 Os Principais
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.15 O Campeão
19.15 País Real
20.00 Telegiornal
20.50 Vidas de Sal
21.50 Longa Metragem
23.45 24 Horas
00.05 RTP/Financial Times
00.20 Segunda Parte

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.45 Infantil
19.05 Universidade Aberta
19.35 Missão Impossível
20.30 Murphy Brown
21.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
22.00 Jornal 2
22.45 Fizeram-me Passar por Mulher
(de Howard Hawks, EUA-1949, com Gary Grant, Ann Sheridan, Marion Marshall. Ver Destaque)
00.20 Falatório

SIC

10.15 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 A Lei de Land
15.40 Buêrére
17.50 Portugal Radical
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.45 O Rei do Gado
21.45 Ponto de Encontro
22.45 Marcas de Bâton
(de Andi Wolk, EUA-1992, com James Belushi, Lorraine Bracco, Tony Goldwyn. Drama)
00.50 Último Jornal
01.15 Contos de Arrepiar
02.15 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
15.00 SOS Urgências
15.50 Chrsty
16.45 Animação
18.20 Rua Jump, 21
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 Doido por Ti
21.00 Pontos nos II
22.00 A Esmeralda e o Crime
(de Jeannot Szwarc, Fr.It.-1989, com Michael Brandon, Marisa Berenson, Guy Marchan. Comédia)
23.50 TVI Jornal
00.25 Alfred Hitchcock Apresenta...

Terça, 26

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 Palavras Cruzadas
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.45 Seleção RTP
15.25 Lá em Casa Tudo Bem
16.00 Notas para Si
16.30 Jet 7
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.15 O Campeão
19.00 País Real
20.00 Telegiornal
20.50 Vidas de Sal
21.50 Nós, os Ricos
22.20 De Par em Par
22.50 Maria Elisa
00.20 24 Horas
00.50 RTP/Financial Times

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.50 Euronews
17.30 Infantil
19.30 Notícias 2
19.40 Missão Impossível
20.30 Os Simpson
21.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
22.00 Jornal 2
22.45 Quanto Mais Quente Melhor
(de Billy Wilder, EUA-1959, com Jack Lemmon, Tony Curtis, Marilyn Monroe, George Raft. Ver Destaque)
00.20 Falatório

SIC

10.00 Portugal Radical
10.15 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 A Lei de Land
15.40 Buêrére
17.50 Portugal Radical
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.50 O Rei do Gado
21.50 Ai os Homens!
23.00 Esta Semana
00.15 Último Jornal
01.05 Escrita em Dia
02.05 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
15.00 SOS Urgências
15.50 Chrsty
16.45 Animação
18.20 Rua Jump, 21
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 Competente e Descarada
21.00 VRS, Realidade Virtual
22.00 Mente Perversa
(de Carlo Lizzani, It.-1995, com Julian Sands, Giuliana de Sio, Eriq La Salle. Drama)
24.00 TVI Jornal
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...

Quarta, 27

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 Palavras Cruzadas
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.35 Seleção RTP
15.30 Emoções Fortes
16.00 Nós, os Ricos
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.10 O Campeão
19.00 País Real
19.35 Vamos Jogar no Totobola
20.00 Telegiornal
20.50 Vidas de Sal
21.20 Nós, os Ricos
22.20 De Par em Par
22.50 Maria Elisa
00.20 24 Horas
00.45 RTP / Financial Times

RTP 2

14.55 Basquetebol
16.30 Informação Gestual
16.50 Infantil
17.30 Infantil
19.30 Notícias 2
20.30 Os Simpson
21.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
22.00 Jornal 2
22.50 A Gaiola das Malucas
(de Edouard Molinaro, It.Fr.-1978, com Ugo Tognazzi, Michel Serrault, Michel Galabru. Ver Destaque)
00.20 Falatório

SIC

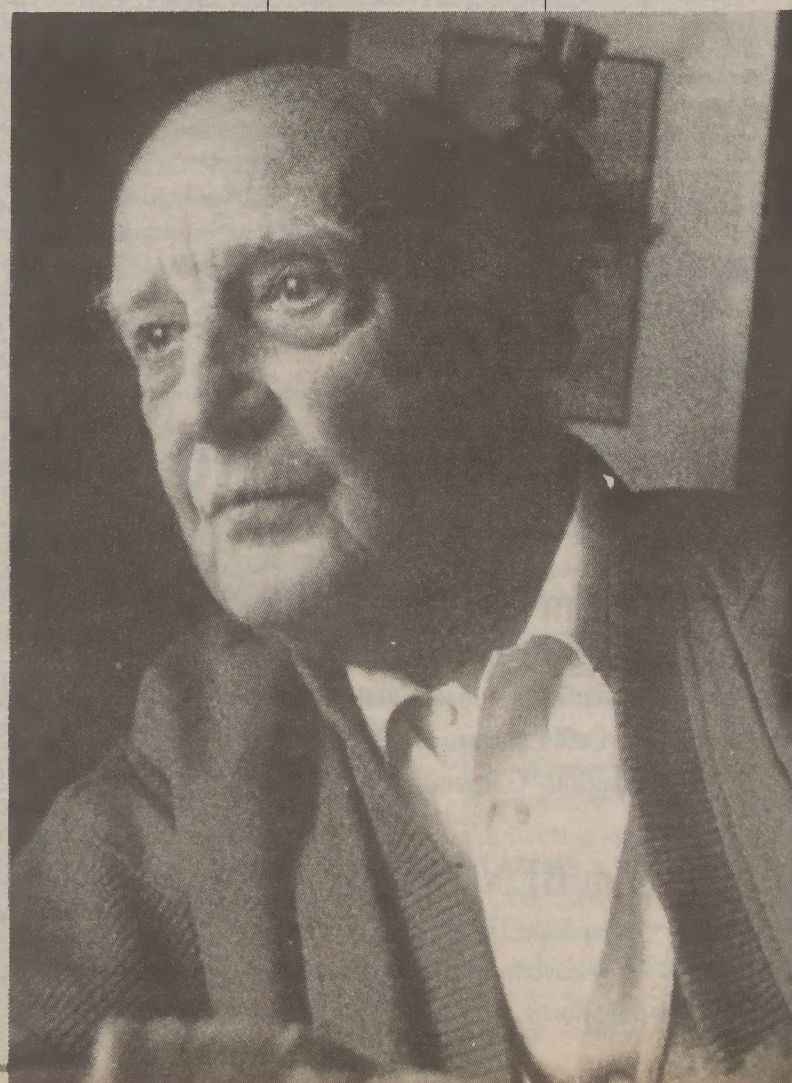
10.00 Portugal Radical
10.15 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 A Lei de Land
15.40 Buêrére
17.50 Portugal Radical
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 O Rei do Gado
21.55 Surprise
23.30 A Noite da Má Língua
00.50 Último Jornal
01.10 Toda a Verdade
02.10 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
15.00 SOS Urgências
15.50 Caída do Céu
16.45 Animação
18.20 Rua Jump, 21
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 Frasier
21.00 Picket Fences
22.00 Caos na Família
(de Ted Kotcheff, EUA-1992, com Tom Selleck, Don Ameche, Anne Jackson. Comédia)
23.50 TVI Jornal
00.20 Alfred Hitchcock Apresenta...

No próximo domingo, não se distraia com o «barulho» dos outros canais: concentre as suas atenções, «tire bilhete» para a RTP 2 e veja uma grande noite de televisão:

- 1) O último episódio de «Projecto Lazarus», o último trabalho de Denis Potter;
- 2) A peça de «Macbeth», de Shakespeare, segundo a famosa encenação de Trevor Nunn, numa produção para a Thames Television;
- 3) «Rómulo de Carvalho e o seu amigo António Gedeão», uma entrevista de Diana Andringa, agora que o poeta completou 90 anos.



TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

O Meu Século XX (Sexta, 22.50, RTP2)

«Um filme de sabor revivalista e evocativo rodado a preto e branco e com recurso às técnicas narrativas do cinema mudo como é o caso da utilização da montagem com íris.» Assim reza o texto de apresentação da própria RTP a propósito de mais um filme de uma cinematografia prestigiada como é a húngara, à qual o canal dedica esta semana as *soirées* de «Cinco Noites, Cinco Filmes». O realizador é Ildiko Enyedi e a história do filme situa-se na passagem do século, focando o percurso de duas irmãs gémeas apaixonadas pelo mesmo homem. Diz-se ser um filme «divertido» e «nostálgico». A ver vamos...

A Reconstrução (Sábado, 12.35, RTP2)

Trata-se da segunda curta-metragem encenada por Sérgio Godinho de um pacote de três subordinados ao título genérico *Ultimactos*, que a RTP encomendou ao conhecido cantor-actor-e-agora-realizador. Tendo como pano de fundo a reconstrução do Chiado, o realizador coloca em primeiro plano a história (bem contada) de um tio e de uma sobrinha que, durante toda uma noite, trocam revelações e intimidades. Nos primeiros papéis, as boas prestações de Inês de Medeiros e João Perry.

Daisy Miller: Uma Mulher às Direitas (Sábado, 15.50, TVI)

Como adaptação do romance homónimo de Henry James, o filme de Bogdanovich é extremamente irregular, em particular pela desastrosa desadequação da interpretação de Cybill Shepherd em relação à personagem principal. Mas, ao confrontar-se com o resto das programação dos restantes canais a esta hora, o filme até parece uma obra-prima...

O Rei e o Pássaro (Sábado, 20.00, RTP2)

Um rei tirano domina um pequeno reino, apenas contestado e contrariado nos seus poderes por... um pássaro. Mas o rei está enamorado de uma camponesa que, pelo seu lado, tem um outro apaixonado. E ambos fogem com a ajuda do pássaro para escapar aos esbirros do tirano, mas são aprisionados. Então o pássaro nosso herói reúne forças, provoca a revolta dos leões e da população e, todos juntos, anulam os poderes do rei. E todos serão felizes e terão muitos meninos... Esta fantasia realizada em desenhos animados por Paul Grimault é a sequência de uma primeira tentativa, datada de 1950, de adaptar ao cinema de animação o conto de Andersen. A primeira experiência - também primeiro desenho animado de longa-metragem realizado em França - apenas foi explorada comercialmente em 1953, aliás numa versão remontada e repudiada pelo seu autor. Agora, nesta segunda versão (na qual apenas aproveita 20 minutos do material original) Grimault realiza uma verdadeira maravilha, premiada com o Prémio Louis Delluc em 1980. Uma história da luta de oprimidos contra a repressão e a tirania, em desenhos animados, às 20 horas de Sábado. Estou a esfregar os olhos! Deve ser engano, com certeza...

Viver e Amar em Los Angeles (Sábado, 01.55, SIC)

É um problema (pelo menos para o escriba) conseguir achar um mínimo de piada a uma actor como Steve Martin. Que é que querem? Mas como não posso nem devo comportar-me de forma sectária, não posso deixar de vos dizer que este filme (aqui destacado, além do mais, por estarmos numa semana particularmente vazia de bons acontecimentos nesta matéria), parece capaz, segundo se diz, de provocar sorrisos e às vezes mesmo farta gargalhadas, ao acompanhar a história de um «manda-chuva» da TV que procura safar-se na vida. O escriba de serviço não viu o filme mas as referências consultadas, sem ser entusiásticas, aconselham uma olhadela.

O Bom e os Maus (Domingo, 16.00, TVI)

Em 1935, um mecânico de automóveis, a sua namorada e um amigo judeu formam um pequeno bando independente ao recusarem-se a fazer parte do gang de um importante bandido. Mas a guerra rebenta, a Ocupação abate-se sobre a França e as vidas dos protagonistas desta história distribuem-se pelos campos em presença, os colaboracionistas e a resistência. Mais tarde, na Libertação, as condecorações surgem. Enfim, um filme cuja atmosfera visual e cujo requinte aburguesado dos ambientes e da encenação (bem ao jeito de *Lelouch*) se mostra totalmente desadequado face à tragédia deste pedaço contraditório da História. Aqui fica o aviso.

O Caloiro da Máfia (Domingo, 17.20, SIC)

Como que na esteira da revisão-em-estilo-de-comédia dos grandes «géneros clássicos», este filme de Andrew Bergman conta a história atribulada de um estudante de cinema que se vê envolvido no ambiente de uma «família» absolutamente suspeita... Uma comédia fora do vulgar, na qual



Cary Grant, em travesti, numa cena de «Fizeram-me Passar por Mulher», uma comédia de Howard Hawks

Marlon Brando, Penelope Ann Miller, Bruno Kirby e Mathew Broderick, numa cena de «O Caloiro da Máfia», de Andrew Bergman



Um fotograma de «Viver e Amar em Los Angeles», de Mick Jackson



Tony Curtis e Jack Lemmon, também em travesti, numa cena de «Quanto Mais Quente Melhor», uma obra-prima de Billy Wilder



Michel Serrault e Ugo Tognazzi, intérpretes principais de «A Gaiola das Malucas», de Édouard Molinaro



surge (por indifereçáveis necessidades de «facturar») Marlon Brando numa impagável caricatura da personagem de *O Padrinho*, de Coppola.

Fizeram-me Passar por Mulher (Segunda, 22.50, RTP2)

Esperava-se tudo do talento histriónico de Cary Grant menos vê-lo num papel de travesti, de saias e cabeloira! E, no entanto, uma tal

ideia passou pela cabeça de Howard Hawks que decidiu aventurar-se na experiência. E, se bem o admitiu, pior o fez! O facto é que nesta comédia, o grande realizador esticou demasiado a corda e acabou a fazer um filme em que tudo é forçado e em que Cary Grant representa (desta vez, sem a sua habitual e imprescindível sutileza) o papel de um oficial do exército francês que, tendo casado na Alemanha ocupada do pós-guerra com uma oficial do exército americano, se serve de uma cláusula do regulamento militar americano (que facilitava a imigração das «esposas de guerra») como estratégia para se disfarçar de mulher e regressar ao país com a sua cara metade...

Quanto Mais Quente Melhor (Terça, 22.50, RTP2)

Em 1929, apanhados como testemunhas involuntárias do célebre massacre do dia de S. Valentim, dois músicos (*Joe e Jerry*) escapam aos gangsters autores do morticínio da única maneira que a fortuna lhes proporcionou: como membros de uma orquestra feminina em digressão pelo país, em vésperas de partir para um contrato em Miami e necessitando de mais dois elementos. Assim se disfarçam de jovens instrumentistas, mas um dos dois não pode evitar perder-se de amores pela bela e ingénua *Sugar*. Trata-se, está bem de ver, da celeberrima comédia realizada em finais dos anos 50 por Billy Wilder, ao mesmo tempo uma paródia aos filmes burlescos do cinema mudo (como é a longa e trepidante sequência de perseguição no comboio entre Chicago e Miami) e aos filmes de gangsters dos anos 30, bastando para tal ver-se como ele utiliza actores como George Raft, Pat O'Brien ou Edward G. Robinson. Mas outro elemento de irresistível atracção neste filme, para além da comovente homenagem aos mitos de Hollywood, é a brilhante interpretação de um trio em grande forma: Jack Lemmon, Tony Curtis e, sobretudo, Marilyn Monroe, fabulosa na sua desarmante ingenuidade... Uma obra-prima a não perder!

A Gaiola das Malucas (Quarta, 22.50, RTP2)

Seria inevitável que, após o fenomenal êxito de representações que experimentou em Paris (mais de 1500!), esta peça teatral fosse adaptada ao cinema (e já vai na terceira *sequela*, datada de meados dos anos 80). Da primeira adaptação - e da sua segunda continuação - encarregou-se um realizador com suficiente capacidade oficial, Édouard Molinaro, que transpôs com graça para o *écran*, e sem cair em efeitos triviais, esta comédia desbragada passada num clube nocturno que apresenta um espectáculo de travestis. Mas as imprevisíveis consequências estão centradas no encontro de um deputado irreprensível e de elevada moral que ali se desloca para conhecer a família de um jovem que pretende casar-se com a sua filha... Ugo Tognazzi e Michel Serrault são alguns dos impagáveis pândegos desta história verdadeiramente absurda.

■ Francisco
Costa

No país dos telemóveis

Fiz, o outro dia, uma experiência que me deixou estarecido: pura e simplesmente, na secção sobre os filmes da TV publicada aqui ao lado no «Avante!», pus-me a contar aqueles que, transmitidos pelos dois canais da RTP, tinham sido objecto de destaque nestas últimas semanas. E mesmo descontando tudo o que de subjectivo possa haver nessas escolhas, o facto é que o número a que cheguei, por comparação com os outros dois canais privados, é esclarecedor.

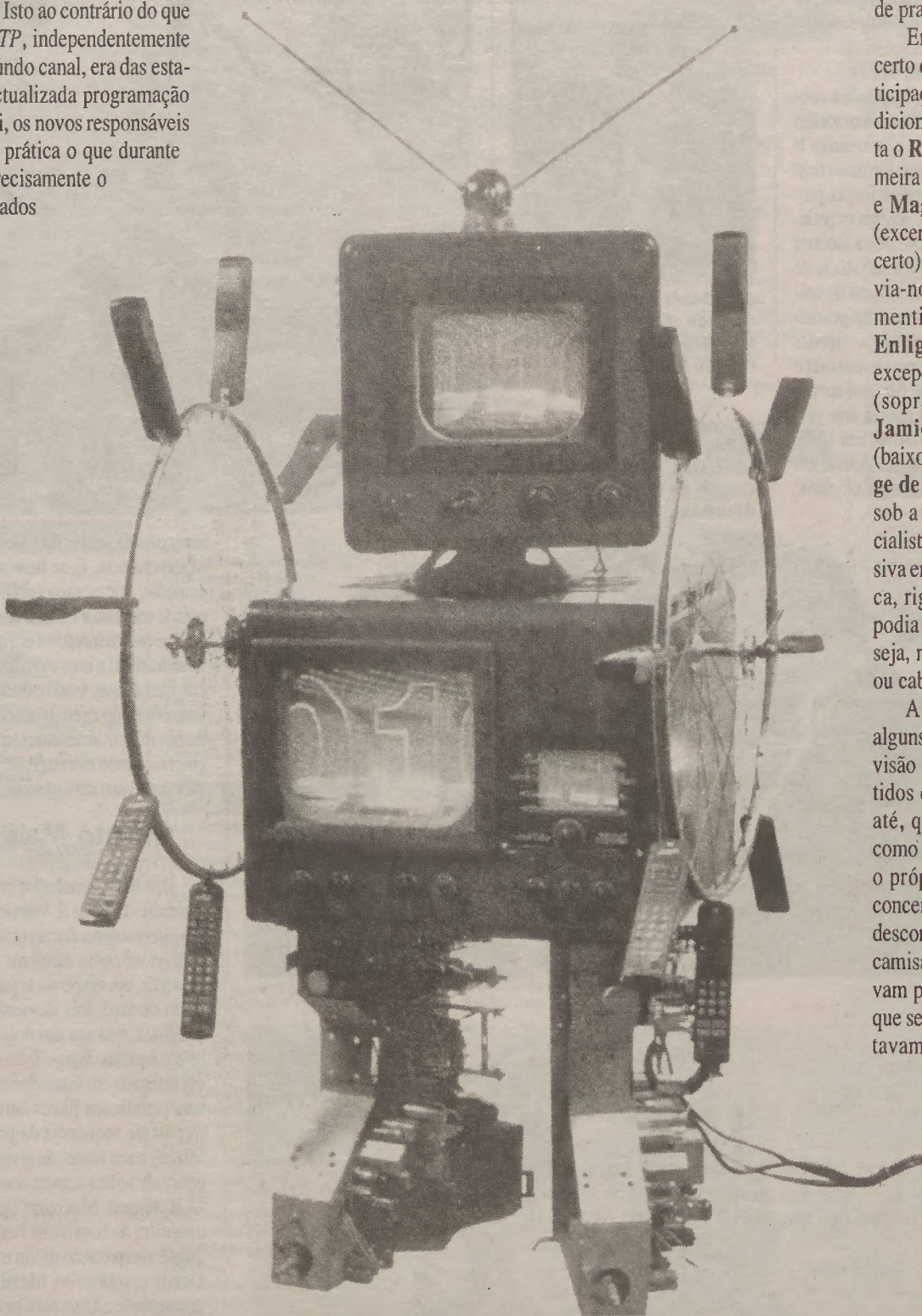
Mesmo incluindo os filmes que de forma positiva ornamentam a programação geralmente cuidada da RTP 2 neste domínio, eles são, no conjunto dos quatro canais, em número inferior. (Permitam-me que não vos revele o resultado que apurei, para não ficarem envergonhados como eu.) Mas isto só pode levar-nos a uma constatação que infelizmente não é nova e que, aliás, parte de um lugar já comum: é que, desde há mais de uma década para cá, a programação cinematográfica no canal público de maior penetração junto do público (a RTP 1) tem descido a níveis de qualidade verdadeiramente assustadores, até mesmo inferiores aos que normalmente são os parâmetros das piores estações comerciais. Isto ao contrário do que há anos acontecia quando a mesma RTP, independentemente de considerarmos o primeiro ou o segundo canal, era das estações europeias com melhor e mais actualizada programação cinematográfica. Ou seja, também aqui, os novos responsáveis da televisão pública, desmentindo na prática o que durante muitos meses prometeram, seguem precisamente o caminho dos seus tão justamente criticados antecessores e continuam a ter dois pesos e duas medidas quanto ao estatuto de «serviço público» a que estão obrigados: vertem na RTP 1 as toneladas de lixo compradas com subsídios do Estado, mal geridos e desbaratados em anteriores e mais do que obscuras negociatas (como tem vindo a público), enquanto agora se servem da programação da RTP 2 para deitar areia para os olhos, como álibi enganador destinado a esconder estatisticamente o descalabro cultural a que se chegou.

Um «magazine» esclarecedor

Exemplo paradigmático desta estratégia de «dois pesos e duas medidas» é o que agora se passa a propósito de um novo magazine de cinema que começou a ser transmitido na RTP 1 aos sábados à tarde. Enquanto, na RTP 2, havia um outro magazine dedicado à 7ª arte (que, na opinião dos azougados programadores, porventura se destinava às elites que gostam de filmes chatos e longas entrevistas), agora no primeiro canal terá chegado o tempo de se tratar desta temática, mas a um nível idiota e primário - ou seja, com base num conceito absolutamente perverso e à revelia de uma verdadeira postura democrática em termos de divulgação da arte e da cultura.

Apresentado por um menino que dá pelo nome de Pedro Lima, que não sabe do que está a falar e que mal consegue articular uma frase seguida (visivelmente um «modelo», porventura competente na sua profissão mas um verdadeiro susto nesta!), a concepção do magazine é a do «vídeo-clip de longa duração», matraqueando os olhos e os ouvidos do espectador com um «fogo de vista» ao nível do mais refinado embuste formal: colagem e justaposição arbitrária de sequências pré-produzidas, montagem frenética de planos curtos, imagens e sons subliminares, vertiginosas cortinas separando assuntos sem qualquer relação, enquadramentos de câmara artificiais e «esquisitos», banda sonora «p'ra frentex» - tudo para espantar o burguês, como se diz em francês... com legendas.

Quanto à exaltação dos valores cinematográficos, da qualidade dos realizadores, do significado dos filmes, da criatividade dos actores, é melhor esquecer: do que ali se cuida é de promover (num ciclo vicioso e regorgitante) os tops das salas e dos vídeo-clubes, do que ali se trata é de vender uma «mercadoria», um «produto»; o que ali se ouve no comentário *off* é uma sucessão de frases soltas, de carácter meramente publicitário - do estilo «uma história de amor com um funeral pelo meio!» ou «um dos vilões preferidos de Hollywood está de volta!» - fazendo apelo ao que de mais rasteiro existe na esmagadora percentagem da indústria cinematográfica actual. Mais: de todos os filmes publicitados, apenas um (evidentemente, pelas mais ínvias razões, «Trainspotting») era de origem europeia - aquilo que nos é imposto em geral é o peso esmagador da indústria cinematográfica americana, além do mais misturando de forma promíscua e acrítica os seus melhores espécimes com os mais reles subprodutos.



Mas o espanto maior ficaria para o fim. É que uma vigarice destas - atamancada pela simples colagem de uma série de «vídeos de promoção» empacotados pelas grandes *majors* e pelos distribuidores locais ao seu serviço (como é, aliás, transparente ao ver-se no génio final o agradecimento pela cedência das imagens!) - é coroada com um dos mais compridos e desenvolvidos genéricos e fichas técnicas que até hoje me foi dado ver neste domínio: nada menos do que 21 (vinte e uma!) entradas, como se tratasse de uma obra de grande fôlego oficial.

E, ainda, outro simples pormenor aqui vos deixo: «isto», que assim vos descrevi sem qualquer exagero e que é de pro-

dução mais que primária, nem sequer foi baratinho, realizado com os meios próprios da RTP - antes foi encomendado a uma produtora externa! Um verdadeiro escândalo que, tal como os do futebol (e para usar uma expressão vinda daquela área), faz com que a estação da 5 de Outubro cada vez mais esteja a «bater no fundo».

Bip, bip, bip

Por falar em futebol, estava eu na segunda-feira no intervalo do Barcelona-Valladolid da TVI (e, com 3-0, já as coisas iam decididas para o lado dos catalães), quando me apeteceu procurar qualquer outra coisa para descansar a cabeça. Nos canais nacionais, o panorama era assustador: na RTP 2, estava-se nos entretantos, ainda não chegara o «Cinco Noites, Cinco Filmes»; na RTP 1, já não era apenas um, mas dois Van Damme, a fazer de irmãos gémeos e a distribuírem pancada com aquela arte marcial que tão bem se lhe(s) conhece; e na SIC transmitia-se mais um inefável «Ponto de Encontro»...

Desandei, então, pela TV Cabo dentro. E fui parar a uma música gloriosa que me fez recostar de prazer.

Era, nem mais em menos, do que um concerto da série *Promenade* produzida com a participação da BBC e que, no Verão londrino, tradicionalmente enche de uma multidão entusiasta o Royal Albert Hall. O repertório era de primeira água: J. S. Bach (Suite nº 3 em Ré Maior e Magnificat em Ré Maior) e G. F. Händel (excertos do «Julius Cesar» em versão de concerto). O som, de transcendente qualidade, devolvia-nos os especialíssimos timbres dos instrumentistas antigos da orquestra *The Age of Enlightenment* ou as vozes de solistas de excepção, como Maria Bayo e Susan Gritton (sopranos), Andreas Scholl (contratenor), Jamie MacDougall (tenor) ou Peter Kooy (baixo), com os coros fabulosos do New College de Oxford ou da Catedral de Winchester, sob a superior direcção de um reputado especialista como René Jacobs. A realização televisiva era, no respeito da planificação face à música, rigorosa, eficaz e pedagógica. Como não podia deixar de ser, estava na BBC Prime, ou seja, num dos canais internacionais por satélite ou cabo da televisão pública britânica.

A inveja com que eu fiquei! É que talvez alguns se lembrem que, há muito tempo, na televisão fascista, de vez em quando eram transmitidos estes concertos *Promenade*. Acontecia, até, que em muitos aspectos isso constituía como que um verdadeiro acto subversivo, já que o próprio comportamento do público nesses concertos, a forma respeitadora mas não menos descontraída com que ele assistia, as mangas de camisa, os calções e o à-vontade que nos entravam pela casa dentro, a própria força e energia que se desprendiam desse acto cultural, contrastavam em muitos aspectos com os rigores da censura e a ferocidade da ditadura, traduzidos simbolicamente em termos de classe no smoking e no vestido comprido, obrigatórios por exemplo no S. Carlos.

E não pude deixar de fazer comparações. É certo que hoje muitas das nossas salas de concerto apresentam lotações esgotadas mas as mais das vezes à custa de centenas e centenas de convites feitos às empresas patrocinadoras, que os distri-


buem pelos seus quadros superiores, tão impecáveis na seda natural dos seus fatos, camisas e gravatas, como não menos barulhentos nas abundantes tosses, nas palmas a despropósito, ou no abandono às revoadas dos lugares que não chegam a aquecer.

Hoje, um sinal dos tempos é ouvir-se nesses concertos uma voz gravada a pedir que sejam desligados os telemóveis e os bips. Hoje, salvo raras e espaçadas excepções, a RTP 2 despreza a música clássica e nem sequer se lembra de transmitir os concertos *Promenade*. Mas não sejamos pessimistas: um «país de telemóveis» sempre é melhor do que uma «república das bananas»!

ESCAPARATE

IV COZINHA DOS GANHÕES

ESTREMOZ



22, 23 e 24 de Novembro
Pavilhão do Mercado

VINHOS e PETISCOS

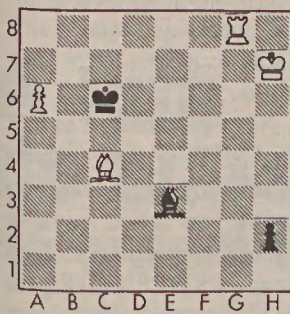
Os prazeres da mesa alentejana

Esta semana, mais uma vez, «Escaparate» volta a prestar atenção (com água a crescer na boca!) a actividades ligadas à gastronomia. Tudo se passa de novo em Estremoz com a 4ª edição da chamada «Cozinha dos Ganhões», onde se associam «os sabores da tradição gastronómica alentejana, à prova do vinho novo, à animação cultural, aos valores de um povo cujo património nunca se esgota». A iniciativa é da Câmara Municipal de Estremoz, com a colaboração de várias juntas de freguesia locais e da Comissão Cozinha de Ganhões e decorrerá, já a partir de amanhã, 22, 23 e 24 no Pavilhão do Mercado Abastecedor. Informe-se e, nas próximas 24 horas, aproveite para fazer dieta!

XADREZ

DLXXXVI - 21 DE NOVEMBRO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996X047
Por: LADISLAV PROKES
Sachové Umeni, 1949

Pr.: [3]: Ph2 - B63 - R66
Br.: [4]: Pa6 - B64 - Tg8 - Rh7



Brancas jogam e ganham

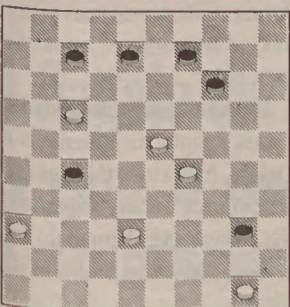
SOLUÇÕES DO Nº DLXXXVI

Nº 1996X047 [L.P.]: 1. Tg6+, R65; 2. Bd5!, Rd5; 3. Th6, B:h6; 4. a7; h1-D; 5. a8-D + e g.
A. de M. M.

DAMAS

DLXXXVI - 21 DE NOVEMBRO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996D047
Por: GERMAIN AVID - La Marseillaise, 1962

Pr.: [6]: 7-8-9-14-27-40
Br.: [6]: 17-23-29-36-38-50



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DLXXXVI

Nº 1996D047 [G.A.]: 1. 17-12!, (8X17*); 2. 50-44, (40X49-D); 3. 36-31, (49-19); 4. 31X2-D; Se: 4. ..., (9-13); 5. 29-23, (-); 6. 1x46 ou 1x5 + Se: 4. ..., (19-35); 5. 29-24...+ Se: 4. ..., (19-28); 5. 29-23...+

CLASSICA

Um grande quarteto de cordas

É grande a expectativa com que se aguarda a actuação entre nós de um dos agrupamentos de câmara mais importantes da actualidade: o Quarteto Borodine, constituído por



Mikhail Kopelman (1º violino), Iaroslav Alexandrov (2º violino), Igor Naidin (viola) e Valentin Berlinsky (violoncelo). Serão dois os concertos que realizará em Lisboa este quarteto, ambos integrados na Tempo-

rada de Música e Dança 1996/1997 da Fundação Calouste Gulbenkian. No primeiro (2ª feira 25, 19.00, no Grande Auditório) serão executadas

DANÇA



«Anomalias Magnéticas», de Clara Andermatt

Um Festival em Lisboa

Começa hoje e prolongar-se-á até final do mês o festival «Danças na Cidade» cujos espectáculos decorrerão nos Teatros Municipais S. Luiz e Maria Matos, na Sala Polivalente do Centro de Arte Moderna e na CAT/Fábrica de Açúcar de Alcântara. Hoje, às 21.30, naquele primeiro espaço, serão interpretados dois bailados: «Légèrment Déplacé» (1994), de Robert Seyfried (da Companhia D.I.T, de França) por Sylvie Honle, Béatrix Acuna, Bruno Danjoux e Didier Gilbert; e «Anomalias Magnéticas» (1995) de Clara Andermatt, com música de Carlos Martins e interpretação de Amédia Bentes, Mónica Lapa, Félix Lozano, José Silva e Clara Andermatt.

JAZZ

Joe Lovano em Lisboa

Realiza-se esta noite, na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, concerto aguardado com o maior interesse com a participação de um dos melhores músicos de Jazz actuais: o saxofonista Joe Lovano. O grupo que virá a Lisboa nesta digressão europeia será ainda constituído por Tom Harrell, um brilhante trompetista já conhecido dos amadores de Jazz portugueses, pelo contrabaixista Denis Irwin e pelo baterista Yoron Israel. O concerto será às 22.00 horas.

Festival em Guimarães



14 a 23 de Novembro

Com concertos a realizar no excelente Auditório da Universidade do Minho, chega este fim-de-semana ao fim mais uma edição (a quinta) do Festival de Jazz de Guimarães, organizado pela Associação «Convívio», com a colaboração da Câmara Municipal daquela cidade. Depois de no passado fim-se-semana terem actuado o pianista cubano Gonzalo Rubalcaba com o seu quarteto, o trio norte-americano Oregon e o grupo do guitarrista Nguyen Lê, hoje à noite, pelas 22.00 horas, será o concerto de Maria João e Mário Laginha com Kai Eckardt (baixo eléctrico) e Martin France (bateria). Amanhã, sexta-feira, à mesma hora, será a vez do Jazz espanhol com a participação de alguns nomes consagrados do país vizinho como os de Jorge Pardo (saxofones), Chano Dominguez (piano), Carles Benavent (baixo) e Ruben Dantas (percussão). Finalmente, no sábado, o festival encerrar-se-á com o concerto mais aguardado: o da orquestra do pianista britânico Django Bates, uma das mais importantes do Jazz contemporâneo.



«Trying to Kiss the Moon», de Atephen Dwoskin

Mostra do Cinema Contemporâneo

Numa semana particularmente carregada de acontecimentos cinematográficos, destaca-se em Lisboa a continuação do ciclo sobre o cinema contemporâneo integrado no «Programa Monumental 96». Sempre às 22.15 (e ainda, às sextas e sábados, às 00.15) serão projectados nos próximos dias, no Cinema King, os seguintes filmes: 21. «Abfallprodukt der Liebe», do alemão Werner Schroeter; 22. «Pour Rire» de Lucas Belvaux e For Ever Mozart de Jean-Luc Godard; 23. «Super Cotosen Ko», de Wan Jen, da Formosa; 24. «Heartbreak Island», de Hu Hsiao Ming, também da Formosa; 25. «Trying to Kiss the Moon», do americano Stephen Dwoskin; 26. «Salaam Cinema» e «Nun Va Goldun», do iraniano Moshen Makhmalbaf; e 27. «Brigands», do georgiano Otar Iosseliani.

Cem Anos do Cinema Português

Paralelamente à comemoração do centenário do cinema português, que este mês a Cinemateca Portuguesa realiza no Porto, serão projectados na Casa das Artes esta semana mais três filmes incluídos no ciclo «25 Obras-Primas para um Centenário». São eles: «The Lady Vanishes» (Gr.Br./1938), de Alfred Hitchcock; «La Signora di Tutti» (It./1934), de Max Ophüls; e «Saikaku Ichidai Onna» (Jap./1952), de Kenji Mizoguchi. Mas na 2ª feira, 25, no Auditório Nacional Carlos Alberto, o Cineclube do Norte realizará a sua 1000ª sessão com a projecção do filme «A Tomada do Poder por Luís XIV» (Fr./1966) de Roberto Rossellini. Entretanto, um outro ciclo interessante (apropriadamente intitulado «Porto Vintage») é o dedicado ao cinema produzido no Porto pela Invicta Filmes nos anos 10/20. Esta semana o destaque vai para quatro filmes datados de 1923. Dois deles projectados, também na Casa das Artes, na 2ª feira 25 («O



Leonor Silveira, em «Party», de Manoel de Oliveira

Primo Basílio», de Georges Pallu, às 18.30; e «Os Lobos», de Rino Luppó, às 21.30) e na 4ª feira 27 («As Pupilas do Senhor Reitor», de Maurice Marlaud, às 18.30; e «Lucros Ilícitos», de Georges Pallu, às 21.30).

O último filme de Oliveira

Finalmente, o destaque em matéria de cinema vai ainda para a estreia do último filme do cineasta português Manoel de Oliveira. Intitula-se «Party», foi produzido em 1996 e tem como principais intérpretes Michel Piccoli, Irene Papas, Leonor Silveira e Rogério Samora.

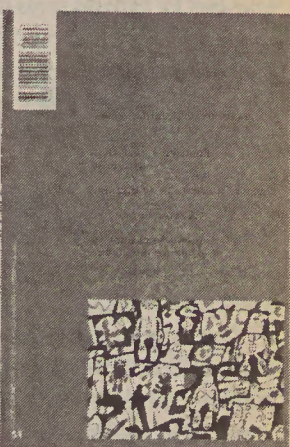
REVISTAS

Diagonal

Desta vez falemos de revistas. E aqui há a apontar o lançamento, em edição do Sector Intelectual do Porto do PCP, do primeiro número de uma publicação a que auguramos o melhor futuro. Trata-se da Diagonal. Ao contrário do que o nome escolhido poderia deixar supor, a revista pretende cortar a direito com as ideias. E logo na capa, uma frase de Marx não deixa dúvidas: Não basta interpretar o Mundo. O que é preciso é transformá-lo!

Dirigida pelo Secretariado da Direcção do Sector Intelectual do Porto, que reúne os camaradas Jorge Sarabando, Luís Carvalho e Sérgio Vinagre, a Diagonal foi lançada publicamente no passado sábado no CT da Boavista, perante uma centena de pessoas (ver notícia na pág. 9).

A colaboração deste primeiro número é variada e inclui discursos: o proferido no jantar de aniversário do PCP, por José Luís Borges Coelho, e o de Óscar Lopes, Reflectindo sobre o Currículo, que o Professor produziu aquando da sessão em que lhe foi entregue o Prémio Vida Literária da Associação Portuguesa de Escritores. O Pluralismo Teórico nas Ciências Sociais, de Carlos Pimenta, os Dez Anos da Lei de Bases do Sistema Educativo, de Mário Davis Soares e A Expansão da Internet e as suas Implicações, de Rogério Reis, são outros dos temas em destaque.



O Professor

Revista bimestral, está em distribuição o número correspondente a Outubro de O Professor, com a direcção de Manuela Esteves. Dirigida sobretudo aos profissionais do Ensino, os temas tratados na revista concitam, no entanto, a atenção de todos os que se interessam pela vasta problemática do ensino e da aprendizagem. Um dossier sobre Língua Portuguesa, que se desdobra em vários subtemas, preenche parte considerável deste número, e conta com as colaborações de Maria Regina Rocha, Maria Isabel Marta Simões, Graça Magalhães, Ana Amaro, Eduarda Carvalho, Carolina Gil Rostra e Sara Rato e Costa. O número encerra com um artigo de reflexão - Saber Aprender para Saber Ensinar - da autoria de Leonor Malik.



EXPO.

Gravura de Paula Rego

Com o título «Pendle Witches», a pintora Paula Rego expõe uma série de gravuras na Galeria 111 (Campo Grande, Lisboa). A exposição está patente ao público de segunda a sábado, das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00.

ÚLTIMAS

ATALHE
DE FOICEFidel,
Papas
e papistas

Fidel Castro e Cuba dominaram outra vez a semana internacional.

Aliás, de há quinze dias para cá quase não se fala de outra coisa.

Primeiro, foi a Cimeira Ibero-Americana realizada no Chile que, a fazer fé nos relatos, só ganhou interesse quando o Chefe de Estado cubano desembarcou em Santiago.

Seguiu-se a Conferência Mundial da FAO sobre a fome, ocorrida em Roma, onde a presença e o discurso de Fidel quase apagaram o que antes por lá havia sido dito.

Finalmente, concretizou-se há dias o encontro entre o Presidente cubano e o Papa João Paulo II - que recebeu Fidel no Vaticano com as máximas honras protocolares reservadas aos Chefes de Estado -, e o mundo ocidental ficou de boca aberta até ao Equador.

O curioso deste desvelo pelo líder da Revolução cubana está na concomitante crítica ao «regime» que ele representa, produzida quase compulsivamente pelos seus excitados anfitriões.

Todavia tais críticas são cada vez mais genéricas, acantonando-se monotonamente na mesma rigidez de fórmulas de que tanto acusam Fidel.

Exceptuando os dirigentes dos EUA - que nutrem há décadas um ódio covarde, e portanto obsessivo, pelo regime cubano -, há muitos anos que nenhum dirigente ocidental tem a presunção - como Mário Soares - de «dar lições» de qualquer espécie a um homem como Fidel Castro.

As «críticas» dos dirigentes ocidentais resumem-se cada vez mais a palavrorio sobre «democracia» e «ditadura» que os próprios não levam muito a sério, tanto pela (má) consciência que têm da desproporção entre esta retórica aplicada zelosamente a Cuba e elidida mercantilmente em relação a regimes de facto brutais, sanguinários e injustos, como pela grandeza objectiva que emerge da dignidade e da coragem com que o povo e o regime cubanos têm enfrentado e vencido o monstruoso bloqueio que lhes foi imposto pelos EUA.

É por isso que a figura de Fidel impressiona e domina, por muito implacável que seja (e é) a sanha persecutória do capitalismo aos valores do socialismo que essa figura afirma e defende com energia e convicção.

É por isso que Fidel circula pelo mundo atraindo multidões e paixões, não deixando ninguém indiferente e impondo respeito com o que de mais grandioso o homem tem - a dignidade em conseguir sê-lo, ao lutar infatigavelmente no lado certo da vida.

Foi por isso que Fidel conseguiu e pôde erguer a voz indignada na Conferência Mundial da FAO, zurzindo os senhores do planeta pela vergonha de se proporem concretizar a «diminuição» dos esfomeados de 800 para 400 milhões, no princípio do próximo século.

Os aplausos apoteóticos que recebeu não foram a ovação circense a um «dinossauro», foram o cumprimento irrecusável ao único, *inter pares*, que teve a coragem de dizer o essencial.

Foi ainda por isso que um homem como o Papa João Paulo II recebeu ostensivamente Fidel Castro no Vaticano, mitigando a sua conhecida estratégia anticomunista com um gesto político a dizer claramente aos EUA que estão a ir longe de mais, no seu ódio insano ao pequeno país das Caraíbas.

Dá-se ter tornado ainda mais extraordinária a forma solitariamente grosseira como o Primeiro-Ministro português António Guterres se referiu ao Presidente cubano, durante a Cimeira Ibero-Americana. Censurando deslocadamente Fidel por tanto querer agradar aos EUA, acabou à expor o nosso país à censura mundial.

Sendo tão católico como diz ser, acabou afirmando-se mais papista que o Papa.

■ HC

Campanha na rua

Já começou a campanha de esclarecimento que o PCP decidiu desenvolver na segunda quinzena de Novembro. Por todo o País as organizações locais do PCP iniciaram a distribuição de um jornal onde é feito um balanço da política que há um ano vem sendo realizada pelo Governo do PS.

Exemplificando com factos e números, os comunistas demonstram à evidência que o melhor património público está a ser leiloado e privatizado; que o anunciado aumento de 3,3% para as reformas do Regime Geral da Segurança Social, respectivamente, para os beneficiários da pensão mínima do regime e da pensão social, não atingem os 37\$00 e os 34\$00 diários; que os utentes dos serviços públicos de transporte estão já a «pagar a factura»; que a política de impostos do Governo PS mantém a injustiça fiscal, fazendo aos trabalhadores pagar os impostos e ao grande capital receber os benefícios fiscais.

«Um ano depois, onde está a mudança?» é a grande interrogação que este jornal de campanha coloca. «Um ano após a posse do Governo do PS, aí está outro Orçamento de Estado que, subordinado a Maastricht e à obsessão da moeda única, não favorece o crescimento económico, assume claramente a perspectiva do aumento do desemprego, aposta no congelamento ou redução dos salários reais, agrava as injustiças fiscais e não responde às exigências de uma política social digna desse nome», denuncia ainda. As consequências da Lei da Flexibilidade e da Polivalência, os sacrifícios que a adesão à moeda única exige, a contenção salarial são aspectos da política socialista a merecerem igualmente referência.

«Somos a oposição de esquerda à política do Governo PS», dizem por fim os comunistas, clarificando que não é a «esquerda» que está no Governo. «Portanto, não venha depois a direita dizer que o fracasso do Governo do PS é "o fracasso da esquerda"».

CUIDADO

DESEMPREGO
MOEDA ÚNICA
ORÇAMENTO DE ESTADO
CONTENÇÃO SALARIAL
FLEXIBILIDADE E POLIVALÊNCIA
REFORMAS DE MISÉRIA

Estão a meter a mão no TEU bolso!

Com esta política não vamos lá. Defende os teus direitos. Junta-te a nós!

PCP

Contra a discriminação
no material eléctrico

Duas centenas de trabalhadores e sindicalistas deslocaram-se anteontem à sede da Associação Nacional dos Industriais de Material Eléctrico e Electrónico, em Lisboa, que tem recomendado às empresas filiadas a aplicação de aumentos salariais selectivos.

Uma moção aprovada durante esta acção recorda que a associação patronal, desde o início do ano, recusa negociar a revisão salarial para 1996 com a comissão negociadora sindical liderada pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctri-

cas de Portugal; em Julho, a ANIMEE conseguiu a assinatura de «pseudo-sindicatos da UGT que não representam ninguém no sector» e, desde então, tem procurado impor um contrato colectivo que retire direitos previstos e regulamentados no CCT em vigor.

Com este objectivo, as multinacionais da fabricação de material eléctrico «pressionaram, chantagearam e discriminaram salarialmente os trabalhadores que não aceitaram as imposições feitas pelas direcções das empresas, resultando assim graves prejuízos para a esmagadora maioria dos que, com o seu trabalho, têm contribuído para que estas multinacionais tenham lucros fabulosos».

Na moção, entregue na sede da ANIMEE, exige-se que a associação patronal actue para acabar com a discriminação salarial, inicie negociações com a FSTIEP/CGTP para concluir a revisão do contrato colectivo com «uma atitude negocial séria e honesta». Repudiando «o manobristo e acordos cozinhados entre o patronato e os divisionistas da UGT, cúmplices na estratégia comum de prejudicar os trabalhadores», o documento reafirma a intenção de «manter formas de intervenção permanentes», cujos contornos serão definidos dentro de duas semanas, se se mantiver a posição patronal.

Especiais responsabilidades foram apontadas à Siemens e Delphi, para cujas fábricas (no concelho de Sintra) o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas convocou 24 horas de greve.



As empresas fabricantes de material eléctrico e electrónico receberam mais um aviso para porem termo às discriminações salariais

Opções do Governo
agravam problemas de Setúbal

Com a presença de Octávio Teixeira e de Francisco Lopes, membros da Comissão Política, a Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP realizou na passada terça-feira uma conferência de imprensa onde analisou a realidade económica e social do distrito, marcada por um elevado desemprego (mais de 55 mil trabalhadores) e pela destruição do aparelho produtivo.

«O Governo PS não está a responder a questões essenciais do desenvolvimento do distrito», dizem os comunistas, afirmando que, ao contrário do que o Governo pretende fazer crer, «embora as verbas

sejam sempre limitadas, a ausência de respostas aos problemas do distrito de Setúbal não decorre da falta de dinheiro, mas sim das opções de fundo da política do PS».

Ao mesmo tempo que recusa verbas para projectos urgentes e importantes, denuncia a DORS do PCP, o Governo decide dar mais de 60 milhões de contos aos latifundiários do Alentejo e prevê, no próprio Orçamento de Estado, 190 milhões de contos de benefícios fiscais, de que as grandes empresas e as operações e actividades especulativas serão as principais usufrutuárias.

